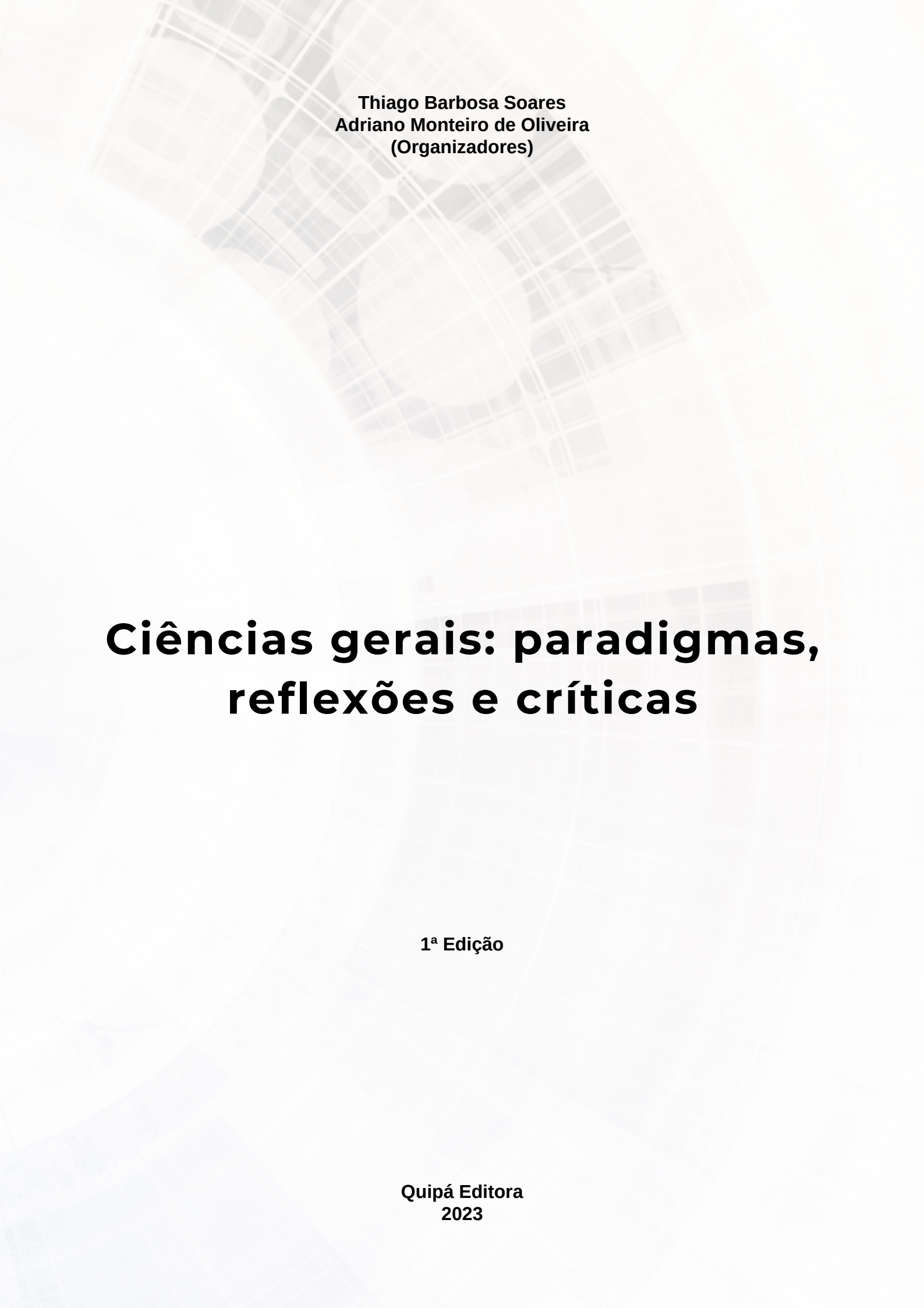


Ciências gerais: paradigmas, reflexões e críticas

Thiago Barbosa Soares
Adriano Monteiro de Oliveira

Ciências gerais: paradigmas, reflexões e críticas



**Thiago Barbosa Soares
Adriano Monteiro de Oliveira
(Organizadores)**

Ciências gerais: paradigmas, reflexões e críticas

1ª Edição

**Quipá Editora
2023**

**Copyright © dos autores e autoras.
Todos os direitos reservados.**

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

O conteúdo de cada capítulo é de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da editora, inclusive de seus conselheiros e organizadores da obra.

**Revisão e normalização: os autores e autoras
Preparação e diagramação: Quipá Editora**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências gerais : paradigmas, reflexões e críticas / Organizado por Thiago Barbosa Soares e Adriano Monteiro de Oliveira. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2023

159 p. : il.

ISBN 978-65-5376-282-4

DOI 10.36599/qped-978-65-5376-282-4

1. Ciências – pesquisas. I. Soares, Thiago Barbosa. II. Oliveira, Adriano Monteiro de. III. Título.

CDD 370

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada em dezembro de 2023.
www.quipaeditora.com.br / @quipaeditora

CONSELHO EDITORIAL - QUIPÁ EDITORA

Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora
Dra. Aida Figueiredo, Univeridade de Aveiro (UA), Portugal
Me. Ailton Batista de Albuquerque Junior (Roinuj Tamborindeguy), Instituto Federal do Ceará
Dra. Alana Maria Cerqueira de Oliveira, Universidade Federal do Acre
Me. Ana Paula Brandão Souto, HUWC / Universidade Federal do Ceará
Me. Ana Nery de Castro Feitosa, Universidade Federal do Espírito Santo
Dra. Anna Ariane Araújo de Lavor, Instituto Federal do Ceará
Dra. Anny Kariny Feitosa, Instituto Federal do Ceará
Me. Antoniele Silvana de Melo Souza, Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Dr. Carlos Wagner Oliveira, Universidade Federal do Cariri
Me. Cristiane Ferreira Lima, Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará
Dra. Elaine Carvalho de Lima, Instituto Federal do Triângulo Mineiro
Dra. Érica Priscilla Carvalho de Lima Machado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Dra. Fernanda Pereira Martins, Instituto Federal de Goiás
Dra. Fernanda Pinto de Aragão Quintino, Universidade Federal do Amazonas
Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri
Me. Francisco Odécio Sales, Instituto Federal do Ceará
Dra. Harine Matos Maciel, Instituto Federal do Ceará
Dr. Hildelano Delanusse Theodoro, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dr. Iarê Lucas Andrade, Universidade Regional do Cariri
Dra. Jane Márcia Mazzarino, Universidade do Vale do Taquari
Dr. Jarles Lopes de Medeiros, Universidade Estadual do Ceará
Dr. José Luiz Esteves, Pontífica Universidade Católica do Paraná
Me. Josete Malheiro Tavares, Secretaria Municipal de Saúde em Eusébio - Ceará
Me. Karine Moreira Gomes Sales, Secretaria Estadual de Educação do Ceará
Dra. Keyle Sâmara Ferreira de Souza, Secretaria Estadual de Educação do Ceará
Dra. Leonice Alves Pereira Mourad, Universidade Federal de Santa Maria
Dr. Marcelino Gevilbergue Viana, Universidade Estadual da Paraíba
Me. Marcos Adriano Barbosa de Novaes, Universidade Estadual do Ceará
Dr. Marcos Pereira dos Santos, Faculdade Rachel de Queiroz
Me. Maria Antunízia Gomes, Instituto Federal do Ceará
Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri
Dra. Maria Iracema Pinho de Sousa, Universidade Federal do Cariri
Me. Marília Maia Moreira, Universidade do Vale do Acaraú
Me. Mira Raya Paula de Lima, Instituto Federal do Ceará
Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará
Me. Nadielli Maria dos Santos Galvão, Universidade Federal de Sergipe
Dra. Patricia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza, TCE-SE/ Universidade Tiradentes
Esp. Ricardo Damasceno de Oliveira, Universidade Regional do Cariri
Me. Roger Flores de Carvalho, Centro Universitário Augusto Motta
Me. Sergio Ricardo Quiroga, La Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Dra. Sislândia Maria Ferreira Brito, Universidade Regional do Cariri
Dr. Thiago Barbosa Soares, Universidade Federal do Tocantins

APRESENTAÇÃO

Aos 26 de julho de 2020, nascia a Quipá Editora, com a missão de viabilizar a publicação de conteúdos de gêneros literários e não literários, com destaque para obras acadêmico-científicas, de qualidade e relevância, tais como monografias, dissertações e teses, que são publicadas como livro, compreendendo as mais diversas áreas do conhecimento.

Cada livro é especialmente produzido, pensado em detalhes, para dar vida a sonhos diversos, sejam acadêmicos, técnicos ou literários.

Para tanto, a Quipá oferece serviços de editoração e publicação de livros, em formato e-book/PDF, ou serviços editoriais de pré-impressão para livros físicos. Existe, ainda, a possibilidade de publicar artigos como capítulos em nossas coletâneas, com chamadas públicas, divulgadas em nosso site (www.quipaeditora.com.br).

Além disso, a editora possui conselheiros de renome, vinculados a instituições de ensino nacionais e internacionais, a quem somos gratos pela colaboração e parceria.

Como forma de expressar essa gratidão, pela colaboração ao longo do ano que se encerra, pelo trabalho conjunto, a presente coletânea foi organizada, exclusivamente para publicizar trabalhos dos conselheiros, conselheiras e seus convidados.

Os capítulos versam sobre temáticas diversas, tais como: educação, saúde, direito, ciências sociais, dentre outras. Desejamos boa leitura a todos e todas.

Felizes festas e um 2024 pleno de realizações e publicações.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1 **08**

O MODELO QUADRIPOLAR DE PESQUISA CIENTÍFICA APLICADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPÍTULO 2 **20**

PARADIGMAS E TRANSDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: REFLEXÕES EM TEMPOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 3 **36**

A SEMÂNTICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CAPÍTULO 4 **50**

DESAFIOS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UM OLHAR SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

CAPÍTULO 5 **65**

DO ANTIGO AO NOVO: OS SEBOS LITERÁRIOS COMO LOCUS COMERCIAIS E CULTURAIS EDUCATIVOS – ESTUDO DE CASO JUNTO AO “SEBO ESPAÇO CULTURAL II” NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

CAPÍTULO 6 **83**

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA RESSARCIMENTO DA DÍVIDA HISTÓRICA

CAPÍTULO 7 **98**

GESTÃO DEMOCRÁTICA: LITERATURA E LEGISLAÇÃO

CAPÍTULO 8 **108**

PANORAMA DO PARADIGMA DE PESQUISA NA ÁREA CONTÁBIL
BRASILEIRA

CAPÍTULO 9 **117**

ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR DESAFIOS NO ENSINO DE CÁLCULO:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

CAPÍTULO 10 **130**

PRINCIPAIS DIRETRIZES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA
PESQUISA EM SERES HUMANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 11 **144**

EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR:
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE PRODUTORES NA REGIÃO
CENTRO SUL CEARENSE

CAPÍTULO 1

O MODELO QUADRIPOLOAR DE PESQUISA CIENTÍFICA APLICADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS¹

*Fernanda Pinto de Aragão Quintino
Regina Marieta Teixeira Chagas
Rosa Mendonça de Brito
Rosimario de Aragão Quintino*

RESUMO

O presente texto aborda o modelo metodológico quadripolar de Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) descritos na dinâmica das pesquisas em ciências sociais, com ênfase no polo morfológico. Buscando analisar a pertinência e a interligação do polo morfológico com os demais polos, suscitados na dinâmica da pesquisa, evidenciamos as regras de estruturação, com a exposição e a formação do objeto científico que lhe impõe certa figura e ordem entre seus elementos e permite colocar um espaço de causação em rede onde se constroem os objetos científicos, findando com a objetivação, seja como modelos/cópias, seja como simulacros de problemáticas reais. Como metodologia utilizamos a análise de literatura pertinente a temática. Apontamos nesse campo metodológico para o ponto de vista da qualidade epistemológica, bem como de sua abordagem, compreendendo que tal polo nos guia para um produto final, onde fica evidenciado a estrutura e a arquitetura da pesquisa.

Palavras-chave: Modelos. Pesquisa. Polo Morfológico.

INTRODUÇÃO

A dinâmica das pesquisas sociais, sobretudo as voltadas para educação, vem ao longo da sua trajetória histórica buscando cada vez mais romper com os modelos tradicionais de pesquisa científica. Daí que estudiosos como Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) apresentam o modelo metodológico quadripolar, cuja importância é dada no âmbito qualitativo, uma vez que o desafio está no ato de investigar fenômenos sociais sem deixar faltar com a objetivação da subjetividade, nem categorizar as atividades da pesquisa como uma simples busca por leis e variáveis que regem esses fenômenos sociais. Mesmo mais de 4 décadas após a escrita do livro em questão, podemos observar, junto a leitura de

¹ Texto apresentado no Congresso Internacional Movimentos Docentes 2023 e a partir das considerações da comissão científica do evento, foi adaptado, com título diferente, e a participação de mais um pesquisador que realizou as modificações para fazer parte dessa coletânea.

pesquisas mais atuais, que esse método ainda é necessário para se esquematizar e categorizar uma pesquisa. Nesse sentido, o presente artigo tem como fio condutor a metodologia apresentada por Bruyne, que apresenta quatro polos interdependentes e articulados entre si, indispensáveis para nortear o trabalho do pesquisador na área das ciências sociais.

O polo morfológico tem como funções no desenvolvimento da pesquisa, a exposição, a causação e a objetivação, desse modo, concordamos com Sena (2011, p. 21) quando afirma que “escrever um texto não é algo simples. A escrita de trabalhos científicos também não o é”. Muito pertinente para o processo de produção do conhecimento é a afirmação deste autor. Enquanto pesquisadores, nos deparamos com a necessidade constante de conseguirmos nos expressar por meio do texto científico, considerando que é a partir dele que nossas pesquisas são validadas mundo a fora.

O exercício da produção e estruturação do conhecimento feito por meio das pesquisas científicas geralmente não acontece de maneira rápida e tranquila, pois demanda a mobilização e articulação de várias capacidades ao mesmo tempo, de modo que alcancemos o resultado almejado. Ainda segundo Sena (2011, p. 21) “escrever bem, [...] implica ter ciência da lógica de organização do pensamento e, consequência disso, registrar no papel ou na tela do computador a expressão das ideias marcadas pela unidade, pela coesão, pela coerência, pela clareza e pela ênfase”. Diante desta necessidade de articulação das ideias, dos conceitos e dos elementos da pesquisa e de como transpô-los para o texto científico é que fazemos algumas considerações sobre o papel que o polo morfológico ocupa metodologicamente na produção do conhecimento.

Na prática metodológica temos uma estrutura quadripolar que organiza, sistematiza e orienta a construção de uma pesquisa acadêmica. O polo epistemológico é a exigência de uma pertinência da pesquisa e tem nas suas diversas abordagens epistemológicas (dialética, fenomenológica, positivista, construtivista, entre outras) a sua organização. O polo teórico que é a exigência da conceituação na pesquisa, se divide em quadros de referências (lógicas: hipotético dedutiva e indutiva; modelos: dos tipos experimental, compreensivo e descritivo) e nos mostra que temos que seguir uma linha teórica lógica e complementar, na explicação e pertinência da pesquisa.

O polo técnico é a exigência da verificação empírica da pesquisa e tem nos modos de investigação, com os métodos (correlacionais, descritivos e etc.) e na instrumentação (observação direta e indireta) a sua verificabilidade, sua aplicabilidade. Esses três polos, juntos ao polo morfológico que é a exigência da coerência, a estrutura, a arquitetura da pesquisa, junto aos seus quadros de análises (tipologias, tipos ideais, sistemas, modelos e estruturas e etc.), formam a estrutura científica de uma pesquisa em Ciências Sociais.

Conceitualmente entende-se por morfologia o estudo da forma, de sua estrutura e configuração externa. Partindo deste entendimento, tal conceito cabe bem para a nossa compreensão inicial sobre o que venha a ser o polo morfológico no âmbito metodológico da pesquisa científica, pois é no polo morfológico que se evidencia a forma como o conhecimento científico foi produzido ao longo do processo de investigação. Bruyne; Herman; Schoutheete (1977) afirmam que cabe ao polo morfológico a configuração arquitetônica do texto científico, sua estrutura escrita, sua estética. Nele revela-se o objeto da pesquisa, por meio do estilo que cada pesquisador dará a sua produção escrita, articulando os conceitos e os elementos constituintes da pesquisa.

Se a teoria é o lugar da formulação da problemática, como entendemos a construção das pesquisas em ciências humanas, o polo morfológico é o lugar de sua objetivação, pois é no polo morfológico que se objetiva no processo de pesquisa e se apropria do conhecimento científico, portanto é preciso que se objetive nele, ou seja, é necessário que se expresse por meio dele, que construa e desenvolva o pensamento, a partir do que já foi compreendido por meio dos acessos no decorrer dos estudos desenvolvidos na referida disciplina. A essa expressão, gerada pelo movimento de apropriação denomina-se de objetivação, como sintetizado pelos autores supracitados quando declaram que “esse polo representa o plano de organização dos fenômenos, os modos de articulação da expressão teórica objetivada da problemática da pesquisa” (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1977, p. 159).

A efetivação da produção científica evidenciada no polo morfológico, três características fundamentais representam a função original desse polo, quais sejam: a exposição, a causação e a objetivação. Essas três características são indissociáveis e complementares para o processo discursivo, de cuja integração resulta a coerência textual e a objetividade da pesquisa.

EXPOSIÇÃO

É pela exposição que mais se evidencia toda a formalização, estruturação e objetivação da pesquisa, ou seja, no polo morfológico, que é o lugar da articulação do sentido, da estruturação das teorias e das problemáticas úteis à pesquisa. É pela exposição que se desvela e se explicita todo esse processo de significação e sentidos que são atribuídos aos conceitos explorados na produção do conhecimento (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1977).

É pela exposição também que se contempla o estilo que o pesquisador imprime à sua maneira de entender e a organização dos seus resultados na pesquisa. Nesse sentido, apreende-se que são bastante diversas as configurações ou arquiteturas textuais que são possíveis de se produzir. Cada pesquisador dará o seu “tom”, a sua “forma” de apresentar o conteúdo de sua pesquisa, com base em todo o processo metodológico que vivenciou, como enfatizam Bruyne; Herman; Schoutheete (1977, p. 161) quando afirmam que “o modo de expressão é frequentemente um correlato do modo de reflexão e da própria prática metodológica” do pesquisador, pode-se assim dizer.

Ao considerar a capacidade de autoria e de manifestação da expressão que cada pesquisador imprime a sua pesquisa, são indicados seis estilos principais pelos quais as pesquisas são apresentadas. Na busca de uma maior compreensão sobre esses estilos, considerando que os autores supracitados não realizam uma maior explicação sobre cada um deles, elaboramos o Quadro 1, abaixo, na busca por expressar o entendimento sobre tais estilos.

Quadro 1 – Os diversos estilos

	Estilos	Explicação apresentada pelos autores	Em outras palavras
a)	Literário	É o menos afastado do saber científico, o menos rigoroso na exposição;	Entendemos que nas produções que se caracterizam pelo estilo literário preza-se pelo uso da função mais poética da linguagem, por meio principalmente de metáforas para se trabalhar o objeto de pesquisa e toda a sua estruturação textual.
b)	Acadêmico	Pretende-se mais nocional, opera uma certa ruptura com o senso	O estilo acadêmico é o que geralmente tem predominância nos trabalhos científicos, considerando que a escrita acadêmica é

		comum desenvolvendo uma linguagem esotérica, mas cuja coerência é totalmente relativa;	sempre trabalhada por meio de orientações da metodologia do trabalho científico. Tais orientações geralmente prevalecem nas estruturas das pesquisas.
c)	Erístico	É concebido mais diretamente para o desenvolvimento rigoroso de uma argumentação; as definições e as proposições são melhor circunscritas com vistas a administrar uma prova;	Segundo Abbagnano (2007, p. 340) a erística se refere a “arte de combater com palavras, ou seja, vencer nas discussões”. Segundo Houaiss (2009) a erística é a argumentação que, buscando unicamente a vitória em um debate, abandona qualquer preocupação com a verdade. Textos que se fundamentam na erística são muito presente no meio jurídico, mas também se fazem presentes na pesquisa científica.
d)	Simbólico	“Recorre à abstração lógico-matemática ou à quantificação, o que implica automaticamente uma formulação mais estrita”.	Embora seja bem frequente o uso de fórmulas matemáticas em trabalhos científicos nas áreas de exatas visando à compreensão dos conceitos a que ali são trabalhados, também é possível encontrarmos pesquisas na área de humanas que se utilizam também de fórmulas para desenvolverem suas explicações.
e)	Postulativo	“Corresponde à lógica hipotético-dedutiva, o objetivo é fornecer provas rigorosas desenvolvendo um sistema de axiomas”.	Busca verdades absolutas (axiomas), muitas vezes utilizadas como princípios na construção de uma teoria, ou como base para uma argumentação. É, desse modo, a construção de leis e postulados tidos como valores universais para validação da pesquisa.
f)	Formal	“Realiza a abstração completa e se desenvolve no rigor científico dedutivo sem se preocupar com problemas substanciais”.	No estilo forma a centralidade é a busca pela padronização da escrita, sendo o conteúdo muitas vezes sem grande valor científico ou profundidade substancial. Neste estilo o que importa é parecer ciência, é ser reconhecido pela maneira que se escreve, pelos métodos que os classifica e não pelo alcance do seu conteúdo e da sua relevância.

Fonte: sistematizado pelos autores (2018) a partir de Bruyne; Herman; Schoutheete (1977).

Concordamos com os autores que existem vários outros estilos que não foram nomeados aqui, e isso se deve, sem dúvida, a própria diversidade de pesquisas existentes,

o que permitem que se crie uma lógica própria de produção e de exposição dessas pesquisas, a partir das articulações dos elementos das pesquisas que são realizadas, levando em consideração as diversas formas de ver, vivenciar, pensar, sentir e experienciar o mundo.

A CAUSAÇÃO EM REDE

A causação é a operação que permite que algo, seja um fato, um acontecimento, o efeito ou a situação, que aconteça sob certas condições teóricas determinadas. Na rede morfológica, as conexões entre teses, acontecimentos, podem aparecer como determinante, possibilitando passar de algo que é dado à ideia a algo que nunca nos foi dado na experiência. Pela causalidade ultrapassamos o dado para fazer inferências, previsões. Desse modo, a causação é posição de uma coerência significativa que articula os fatos científicos numa configuração operatória (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1977).

Brito (2016) afirma que toda explicação é também uma interpretação, pois ela remete a uma teoria, a um sentido, o que torna impossível que ela ocorra sem que haja alguma compreensão do fenômeno global que coloca um quadro de referência para a explicação. Desse modo, a compreensão e a explicação são dois aspectos metodológicos da causação e, apesar de dissociáveis, são complementares. De acordo com a autora,

A causação é operação que permite que algo, seja um fato, acontecimento, efeito ou situação, aconteça sob certas condições teóricas determinadas. Ela nos possibilita passar de algo que é dado à ideia a algo que nunca nos foi dado na experiência. Pela causalidade ultrapassamos o dado para fazer inferências, previsões (BRITO, 2016, p.38).

A causação pode ser vista como resultante da arrumação específica de um conjunto de determinações produzidas por uma rede de estados de coisas. Esses estados de coisas são essenciais para que o pesquisador possa distinguir as causas de seus efeitos, todavia se torna igualmente necessário entender o contragolpe de efetuação sobre os estados de coisas e sobre o tipo de causação que se pode derivar.

A rede morfológica pode conter ainda diferentes tipos de conexões entre os fenômenos sociais. Assim, no Quadro 2 é possível observar, de forma sucinta, alguns dos diferentes tipos de conexões.

Quadro 2 - Os diferentes tipos de conexões

Tipos de Conexões	Definição/Característica
Ligação causal indireta	Pode ser destacada entre fatos, elementos, etc., que são correlatos contingentes de outro grupo de fatos ou de elementos.
Ligação causal simples	Destacada sob forma de lei hipotética quando uma interdependência relativamente constante pode ser observada entre fenômenos sociais.
Ligação significativa	Destaca um gênero de causalidade compreensiva, uma totalidade significante.
Ligação causal e significativa	O mesmo nome integra os dois tipos de causalidade precedentes, a explicação e a compreensão.

Fonte: Sistematizado pelos autores a partir de Bruyne; Herman; Schoutheete (1977).

Portanto, esses diferentes tipos de conexões permitem colocar a existência de agregados sem conexões internas, por serem agentes que ligam dois processos distintos, um a causa e o outro o efeito.

O primeiro processo pode ser entendido como sendo, em parte, responsável pela existência do seguinte. Desse modo, o efeito pode ter mais de uma causa. Isto, pode se explicar por um processo dinâmico de um vir a ser, que se dá numa relação contínua e replicável, uma vez que um efeito pode ser a causa de outros efeitos e, de igual modo, um efeito pode desencadear um processo causal. A partir dessa assertiva, podemos afirmar que a causação é uma abstração que indica como o mundo evolui e diante desse fenômeno temos outros conceitos básicos de causação, que podem ser aceitos como um princípio. E, para compreender a causalidade, a intuição se faz necessária, quando analisamos o avanço dos episódios desse fenômeno. Devido a isto, a explicação da causalidade é construída na estrutura conceitual da linguagem corrente, buscando estabelecer a “causa” como o conteúdo fundamental da explicação.

Ao pensar a estrutura de um trabalho de pesquisa, se faz necessário planejar o produto escrito, objetivando a lógica do diálogo entre os elementos conceituais e metodológicos dos demais polos estruturantes dessa pesquisa (Epistemológico, Técnico, Teórico e Morfológico), na perspectiva de que o produto final represente os propósitos do

pesquisador (seja uma tese, dissertação, artigo científico, TCC, relatório de pesquisa, entre outros).

A OBJETIVAÇÃO

A objetivação é uma das três características do polo morfológico, especificando uma rede de relações e ao mesmo tempo construindo um espaço de causação e de significação, implicando numa operação referencial que é a estrutura da problemática da pesquisa, é a função metalinguística deste polo.

Dois regimes de funcionamento estão presentes nesse polo, são eles o configurativo e o arquitetônico, e é o seu papel metodológico que os especifica, pois são as singularidades que determinam se o objetivo final da pesquisa é produzir uma cópia do real (da problemática) ou um simulacro dessa problemática.

A cópia é a representação do objeto da pesquisa, é o aspecto configurativo, é a forma detalhada, numa transcrição fiel, fundamentada e adequada aos modelos para o pesquisador expressar as suas ideias e objetivos, pois ela busca uma verdade. O simulacro vai além da cópia, não busca uma verdade, busca a reconstrução a partir do objeto, um novo sentido para ele, pois possui regras próprias e é autorregulado. O simulacro tem potencial criador, é a compreensão do objeto e a sua superação a partir de modelos fantasia, sem desqualificar o original e a sua cópia, enquanto que a cópia produz modelos ícones, se pretendendo fiel a realidade (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1977).

É o objetivo da sua pesquisa que dirá se você produzirá uma cópia ou um simulacro, pois a objetivação final do pesquisador precisa estar clara no texto, ou você produziu um trabalho com uma abordagem simbolizante, que busca se aproximar da realidade, se adequar aos modelos e recobrir os sentidos do seu objeto, permanecendo-lhe fiel ou você produz um texto com uma abordagem formalizante, com linguagem própria definindo um código sintático que abarque as necessidade de ser dessemelhante do objeto original.

Formas enfraquecidas, sem grande valor acadêmico, podem surgir a partir da cópia e do simulacro (os dois modelos de objetivação), são o esgarçamento da objetivação numa busca que muitas vezes geram formas ilegítimas de produção final, como a cópias esquemáticas e o artefato.

A cópia esquemática se dá quando uma pesquisa é extremamente reduzida, através de análises de partes para entender o todo, simplificando o objeto ao ponto de querer retratar a sua complexidade em pequenas amostras que não dão conta dos seus sentidos centrais, é um esquema redutor.

O artefato vai além da simplificação, é uma tradução do objeto numa outra linguagem de um modelo qualquer, é uma simples tradução sem nada acrescentar, é quando um objeto é descrito com outras palavras, as vezes mais científicas, apenas para mascarar a sua pobreza conceitual, é uma cópia da cópia.

O polo morfológico é um polo autônomo na pesquisa, pois tem em sua centralidade a forma final do objeto produzido, é a configuração, a estruturação arquitetônica, contudo, é na relação entre a metodologia, a teoria e a técnica que esse polo tem seu sentido completo, pois a rigidez metodológica não pode ser a centralidade de uma pesquisa, o polo morfológico tem na metodologia os seus limites, é um campo de determinabilidade, espaço de causação, de combinatória.

Temos quatro espécies principais de quadros de análises em ciências sociais que nos ajudam a compreender o objeto e os desdobramentos da pesquisa, eles realizam a função morfológica, são eles: a tipologia, os tipos ideais, os sistemas e os modelos estruturais.

As tipologias são ordenação, classificação dos dados, instrumento indispensável de conceituação, contudo, está no estágio inicial da pesquisa, pois seu objetivo é a elaboração da estrutura conceitual analítica da pesquisa, assimilada a uma teoria, para ser mais que uma cópia. As tipologias são um instrumento de pesquisa e não um método de explicação, ela não se identifica como categoria, deve apreender o princípio das conexões que ligam os diferentes tipos entre si.

Na tipologia várias operações são possíveis, como a simples divisão, a justaposição, a combinação de tipos e a subdivisão, pois o quadro tipológico permite frequentemente a aplicação do método comparativo, o que permite eliminar as diferenças menores. O tipo ideal é a singularização do objeto ou acontecimento para explicar o todo, através de uma constelação de conexões causais-significativas que visam explicar um fenômeno social em sua totalidade através da sua singularidade. É uma abordagem individualizante tanto na produção de conceitos, quanto na representação sobre o real, cria um conceito hiperconcreto. Ele visa chegar a uma excessiva descrição do fenômeno, de modo a melhor

identifica-lo, numa utopia concreta, com valores selecionados pela pesquisa num campo epistêmico, a fim de atingir totalidades conceituais globalizantes que estão conectadas em totalidades significativas. Assim,

O campo da pesquisa é, portanto, o lugar prático da elaboração dos próprios objetos do conhecimento científico, de sua construção sistemática e da constatação empírica dos fatos que essa pesquisa deu a conhecer. É essencial situar toda pesquisa num campo epistêmico o campo propriamente científico, isto é, visar uma “objetividade” de tipo científico. Somente com esta condição a integridade das exigências metodológicas será respeitada e a integridade dos pesquisadores protegida das determinações e coerções exteriores à prática científica. Esta posição “descentrada” é indispensável à autonomia da pesquisa, isto é, a sua exigência interna de desenvolvimento e de autocontrole (Bruyne; Herman; Schoutheete, 1977, p. 28).

Os sistemas seguem uma lógica que nos parece contrária a lógica do tipo ideal, uma vez que esses partem do singular para o todo e o primeiro é a predominância do todo sobre as partes. Desse modo, sob o ângulo metodológico, um sistema precisa comportar uma identificação dos elementos que o compõe, uma especificação das características dos elementos e uma especificação das regras que regem as interações dos elementos, pois a noção de sistema remete a uma ordem de coisas e acontecimentos, onde seus elementos têm propriedades comuns em vez de únicas. São elementos, propriedades e relações que fazem do sistema uma totalidade, mas também existem subsistemas que mantêm relações com outros sistemas exteriores a ele. Sendo assim, o quadro sistêmico de análises é concreto e abstrato ao mesmo tempo, dependendo do seu uso metodológico, levando em conta o contexto o seu valor é principalmente heurístico, mais do que explicativo, pois o sistema é a articulação das teorias em um todo.

É o estudo macrofenomenológico que orienta os sistemas, tanto no que concerne as estruturas, quanto aos processos que nele se envolvem, favorecendo o pluralismo metodológico, sem privilegiar um nível em relação ao outro. Os modelos e as estruturas, ou o estruturalismo dos modelos na pesquisa, trata da caracterização da contribuição estruturalista pelo uso morfológico, e para ser uma estrutura na pesquisa em ciências sociais ele precisa satisfazer quatro condições, quais sejam: oferecer um caráter sistêmico, pertencer a um grupo de transformações, oferecer a possibilidade de prever de que modo o modelo reagirá em caso de modificação de um de seus elementos e por fim, explicar por seu funcionamento todos os fatos observados. Contudo, os fatos investigados só ganham sentido na e pela estrutura, e é na língua, através da linguística que a estrutura apreende o seu aspecto sintático.

A estrutura é uma possibilidade prática de transformação do sentido, é um simulacro e a observação escrupulosa é a condição da validade da construção estrutural, num movimento axiomático, as estruturas são objetivas em correlação com uma fase determinada da prática. Esses quadros principais de análise em ciências sociais realizam a função morfológica, e dentro do polo morfológico elas nos mostram que é possível, a partir da estrutura, estabelecer soluções teóricas para a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto procurou mostrar que os estudos apreendidos sobre o polo morfológico têm como função metodológica fornece uma configuração, uma arquitetura. As três funções do polo, a exposição, a causação e a objetivação têm em seus estilos, conexões e resultados (cópia e simulacro) a sua aplicabilidade. Entende-se que a forma é apenas um momento da problemática, é um momento provisório da pesquisa e são os quadros de análise que realizam a função morfológica de sua construção.

Percebemos que há várias possibilidades de observar os modos de realização da pesquisa científica num modelo de análise não redutor, que considere essas várias dimensões para compreender os aspectos da pesquisa, contudo, é a união dos quatro polos que dá sentido e rigor a ela e nos auxilia a compreender e interpretar os objetos e acontecimentos em ciências sociais. Concluímos afirmando que o polo morfológico apesar de autônomo, só tem sentido em suas relações reais no conjunto das abordagens metodológicas sendo elas epistemológica, teórica e técnica.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolas. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES, De Anima. **Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes Reis**. São Paulo. Ed. 34, 2006.

BRITO, Rosa Mendonça de (Org.). **Caminhos metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento**. Manaus: EDUA, 2016.

BRUYNE, de Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, de Marc. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SENA, Odenildo. **A engenharia do texto**: um caminho rumo à prática da boa redação. Manaus: Editora Valer, 2011.

CAPÍTULO 2

PARADIGMAS E TRANSDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: REFLEXÕES EM TEMPOS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E DA INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL

Prof. Dr. José Luiz Esteves, DBA.²

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os paradigmas que norteiam as Ciências Sociais Aplicadas, destacando seu papel fundamental na transdisciplinaridade em um contexto marcado pela gestão do conhecimento e a necessidade de inovação nas organizações. Abordaremos questões centrais como a interação entre disciplinas, a emergência de novas formas de compreensão e as implicações dessa abordagem para a inovação organizacional.

Palavras-chave: Administração, Ciências Sociais, Gestão do Conhecimento, Inovação, Organização, Transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

As Ciências Sociais Aplicadas desempenham um papel fundamental na compreensão das dinâmicas sociais e organizacionais. No entanto, seus paradigmas tradicionais têm sido objeto de críticas e questionamentos em cenários emergentes, e que demandam respostas mais integradas e transdisciplinares. Este trabalho tem a proposta de explorar de maneira conceitual como a transdisciplinaridade pode contribuir para a gestão do conhecimento e impulsionar a inovação nas organizações.

Paradigmas nas Ciências Sociais Aplicadas

Os paradigmas tradicionais nas Ciências Sociais Aplicadas têm sido caracterizados por uma abordagem disciplinar, muitas vezes fragmentada. Essa fragmentação, embora tenha proporcionado alguns avanços significativos em áreas específicas, pode limitar a compreensão holística das complexidades sociais e organizacionais. A necessidade de

² Global Chair do ODS 4 pela Global Sustainable Futures Network – UK, Pós-doutorado em Inovação para a Sustentabilidade Organizacional/ESG no PPAD da PUC-PR; Doutorado em Administração de Empresas; CEO da Exponentialis Educação 4.0; Professor dos MBAs da PUC-PR e de outras IES, Pesquisador do Think Tank da ABES Associação Brasileira das Empresas de Software, e integrante da Academia ICE Instituto de Cidadania Empresarial, entre outros. jlestevesbr@gmail.com

superar essas limitações tem, no meu entendimento, impulsionado uma necessária reavaliação crítica dos paradigmas existentes. É possível refletir sobre esse aspecto tomando como base a figura abaixo:



Figura 1: Matriz de conceitos das ontologias sociais. Acessível em <https://ensaiosnotas.com/2016/11/16/paradigmas-em-ciencias-sociais/>

Os paradigmas nas Ciências Sociais Aplicadas constituem a base teórica que molda a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e organizacionais. É preciso observar e aprofundar o entendimento que nos legam algumas obras, que considero, se destacam na construção do pensamento administrativo contemporâneo.

Tome-se, por exemplo, os trabalhos referenciais de **Peter Drucker**³, **Alvin Toffler**⁴ e **Alberto Guerreiro Ramos**⁵, que ressaltam no que poderíamos considerar uma síntese construtiva, a importância de compreender e questionar os paradigmas nas Ciências Sociais Aplicadas. Num mundo caracterizado por mudanças rápidas, movidos por dois acrônimos

³ **Peter Drucker** foi um escritor, professor e consultor administrativo de origem austríaca, considerado pai da administração ou gestão moderna, sendo o mais reconhecido dos pensadores do fenômeno dos efeitos da globalização na economia em geral e em particular nas organizações — subentendendo-se a administração moderna como a ciência que trata sobre pessoas nas organizações.

⁴ **Alvin Toffler** foi um escritor e futurista norte-americano, doutorado em Letras, Leis e Ciência, conhecido pelos seus escritos sobre a revolução digital, a revolução das comunicações e a singularidade tecnológica.

⁵ **Alberto Guerreiro Ramos** (Santo Amaro da Purificação, 13 de setembro de 1915 — Los Angeles, 6 de abril de 1982) foi um sociólogo e político brasileiro.

Negro, foi figura de grande relevo da ciência social no Brasil, e suas ideias influenciaram intelectuais de todo o mundo na sociologia e na política.

que se intercalam nesse período de “pós-pandemia do covid19”, o **V.U.C.A.**⁶ e o **B.A.N.I.**⁷, ambos expressando conceitos datados de um momento anterior quando arrolados a perspectiva das teorias contemporâneas de gestão e seus componentes mais emblemáticos do processo de formação do conhecimento, questões como adaptação e a inovação tornam-se imperativas.

Entendo que, ao considerar essas contribuições, os demais estudiosos do campo das Ciências Sociais Aplicadas, com recorte especial para a Administração, e seus gestores podem promover uma abordagem mais eficaz e reflexiva, abraçando a complexidade inerente aos fenômenos sociais e organizacionais contemporâneos.

De forma sintética, mas ainda resguardada pelo analítico de seu conteúdo, teríamos um exercício de ideias como segue. Me reservo a suspeição da síntese, uma vez que me considero um grande admirador de seus entendimentos, frequentemente por mim utilizados em referências para outros trabalhos, além de associados as minhas oportunidades de docência e professorado em diferentes disciplinas no campo da administração/gestão:

Peter Drucker e a Era da Administração

Peter Drucker, frequentemente chamado de "o pai da administração moderna", trouxe contribuições significativas para a compreensão dos paradigmas administrativos.

Em seus trabalhos referenciados como "A Sociedade Pós-Capitalista"⁸ e "A Administração na Próxima Sociedade"⁹, Drucker antecipou a transição para uma era pós-capitalista e destacou a importância da gestão do conhecimento como um paradigma

⁶ O termo **VUCA** é um acrônimo das palavras inglesas Volatility, Uncertainty, Complexity e Ambiguity (em português: volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade) e foi empregado pelo U.S Army War College na década de 90 para explicar o mundo no cenário pós-Guerra Fria e vem sendo utilizado desde então por empresas, organizações, governos e instituições de ensino para descrever de maneira geral diferentes cenários desafiadores e complexos.

⁷ **BANI** é um acrônimo formado pelas palavras *brittle*, *anxious*, *nonlinear* e *incomprehensible* – em português, **frágil**, **ansioso**, **não-linear** e **incompreensível** – que descreve o atual paradigma que a sociedade atual vive. O conceito de Mundo Bani foi criado pelo antropólogo norte-americano Jamais Cascio e definido em um artigo publicado no Medium em abril de 2020 e intitulado *Facing the Age of Chaos* (“Enfrentando a era do caos”, em tradução livre).

⁸ Escrito em 1993, *A Sociedade Pós-Capitalista* continua a ser um livro de referência, pela pertinência e atualidade dos temas abordados, que vão desde uma análise presciente de que seria necessário combater o terrorismo à transformação do papel do Estado na economia, visando libertar recursos e melhorar a produtividade. Dividido em três partes (Sociedade, Política e Conhecimento), começa por abordar historicamente a passagem de uma sociedade capitalista, cujos recursos principais são o capital, a terra e o trabalho, para uma sociedade que tem o conhecimento como recurso de base. Uma alteração de paradigma que exige mudança de mentalidades e novas realidades econômicas e sociais.

⁹ O livro aborda as mudanças decorrentes dos impactos econômicos e sociais da revolução da informação, numa sociedade imersa em desordens de âmbito mundial, e traz previsões para o futuro da administração.

emergente. Sua visão abrangente transcendeu as fronteiras da administração tradicional, enfatizando a necessidade de adaptabilidade e inovação.

Alvin Tofler e a Terceira Onda

Alvin Tofler, por meio de obras como "A Terceira Onda"¹⁰ e "Powershift: As mudanças do poder"¹¹, introduziu o conceito de ondas de mudança social e tecnológica. Ele argumentou que as sociedades passam por diferentes estágios de evolução, cada um caracterizado por paradigmas distintos. Para as Ciências Sociais Aplicadas, essa perspectiva implica a necessidade de se adaptar a novos paradigmas, principalmente na era da informação, destacando a importância da gestão do conhecimento e da flexibilidade organizacional.

Guerreiro Ramos e a Teoria da Transdisciplinaridade

Guerreiro Ramos, figura de destaque e muito considerada na teoria administrativa brasileira, contribuiu com sua obra "A Nova Ciência das Organizações"¹² propondo a teoria da transdisciplinaridade. Ele desafiou paradigmas estabelecidos ao sugerir uma abordagem que transcende as fronteiras disciplinares, buscando uma compreensão mais holística e integrada dos fenômenos organizacionais. Sua visão provocadora incentiva a superação de paradigmas fragmentados nas Ciências Sociais Aplicadas.

¹⁰ A proposta do livro é apontar uma saída para o desespero do dia a dia, num balanço otimista das potencialidades do homem. Discorre sobre as transformações violentas no mundo de hoje, ao mesmo tempo em que analisa os problemas que afligem a humanidade, família, negócios e da economia. Com recorte de destaque para os caminhos que a democracia terá de seguir para sobreviver ao longo desse século XXI.

¹¹ O livro promove um abrangente painel da sociedade do século XXI. Toffler argumenta que, embora as manchetes se concentrem em mudanças de poder em nível global, mudanças igualmente significativas estão ocorrendo no mundo cotidiano que todos habitamos – o mundo dos supermercados e hospitais, bancos e escritórios de negócios, televisão e telefones, política e vida pessoal. A própria natureza do poder está mudando sob nossos olhos.

¹² A Nova Ciência das Organizações apresenta como seu objetivo “contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado, que tem dominado as empresas privadas e a administração pública nos últimos 80 anos”. Guerreiro atenta que se faz “necessário um modelo alternativo de pensamento, ainda não articulado em termos sistemáticos, porque a sociedade centrada em mercado, mais de 200 anos depois de seu aparecimento, está mostrando agora suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana como um todo”.



Figura 2: Mapa do significado do comprometimento organizacional. Cavalcanti et al, 2015. Acessível em <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/54/50>

Muito embora Drucker, Tofler e Guerreiro Ramos tenham abordado os paradigmas que movem a reflexão do presente trabalho a partir de perspectivas distintas, há uma convergência em suas preocupações com a adaptação, inovação e compreensão mais abrangente dos fenômenos sociais e organizacionais.

No meu entendimento, a **gestão do conhecimento**¹³ emerge como um elemento chave em seus discursos, refletindo a necessidade de uma abordagem mais dinâmica e integradora

Transdisciplinaridade e Integração do Conhecimento

A transdisciplinaridade emerge, então, como pressuposto para a construção de uma abordagem que visa superar as barreiras entre disciplinas, promovendo uma integração mais ampla do conhecimento.

Ao transcender fronteiras disciplinares, buscar-se-ia criar um ambiente propício para a emergência de novos insights e soluções inovadoras. A transdisciplinaridade não apenas reconhece a interconexão entre diferentes áreas do conhecimento, mas também busca criar um diálogo contínuo entre elas.

¹³ A gestão do conhecimento pode ser definida em seu sentido mais amplo como o **processo de criar, compartilhar, usar e gerenciar o conhecimento** de uma organização. Esse conceito se refere a uma abordagem multidisciplinar para alcançar os objetivos organizacionais por meio das melhores práticas do uso do conhecimento.

A transdisciplinaridade emerge como uma abordagem essencial na Administração contemporânea, desafiando fronteiras disciplinares e promovendo a integração do conhecimento. Sendo assim, é necessário retomar o mergulho no reconhecimento prévio e atestado, nos fundamentos que se destacam na visão de teóricos contemporâneos, e nos aspectos desse legado que considero fundamentais para compreender a importância da transdisciplinaridade na gestão organizacional, e que busca nas sínteses referenciais de **Edgar Morin**¹⁴, **Fritjof Capra**¹⁵ e **Ken Wilber**¹⁶, entre possíveis outros.

Muito embora Morin, Capra e Wilder abordem a transdisciplinaridade a partir de perspectivas diferentes, entendo que possa existir uma convergência, a partir de sua ênfase na integração do conhecimento como base para uma gestão mais eficaz e adaptável. A complexidade, a teoria sistêmica e a integralidade nos oferecem as diferentes – e sinérgicas ferramentas conceituais para superar abordagens fragmentadas, promovendo uma visão mais completa das organizações.

Edgar Morin e a Complexidade

Edgar Morin, renomado pensador da complexidade, destaca-se por suas contribuições para uma compreensão mais holística dos fenômenos organizacionais. Em sua obra referencial para esse trabalho, "Introdução ao Pensamento Complexo"¹⁷, Morin propõe a transdisciplinaridade como resposta aos desafios da fragmentação do conhecimento. Ele argumenta que a complexidade exige uma abordagem que integre diferentes disciplinas, reconhecendo a interconexão e a interdependência dos elementos em sistemas organizacionais.

“O pensamento complexo agrega todos os possíveis modos simplificadores de pensar, mas não dá espaço às implicações redutoras, unidimensionais, mutiladoras, enquanto o

¹⁴ Considerado um humanista planetário, que superou os 100 anos e continua a produzir intelectualmente, **Edgar Morin** é autor da epistemologia da complexidade, que surge na década de 60. Do latim, *Complexus*: o que é tecido junto. O pensamento complexo é um tipo de pensamento, oriundo dessa teoria, que questiona o paradigma da razão e a ciência como único modo de interpretar a realidade. Busca religar os conhecimentos dispersos e integrar cultura científica e cultura humanística.

¹⁵ **Fritjof Capra** é sem dúvida nenhuma, um dos maiores expoentes pensadores dos nossos tempos. Destaca-se por ser um físico de renome internacional, sendo igualmente um dos mais combativos defensores e propagadores das questões da sustentabilidade da humanidade. Ele tem uma inovadora e inédita forma de olhar para o mundo em que vivemos.

¹⁶ **Ken Wilber** é um famoso pensador e criador da Psicologia Integral, e de forma mais geral do Movimento Integral. Sua obra concentra-se basicamente na integração de todas as áreas do conhecimento (ciência, arte, filosofia, espiritualidade).

¹⁷ Esta obra expõe um estudo inicial acerca do pensamento complexo, “uma introdução à problemática da complexidade” (p.8) contrapondo-se ao pensamento simplificador.

pensamento simplificador desfaz a complexidade da realidade. O segundo se refere à confusão entre complexidade e completude."¹⁸



Figura 3: A complexidade como alternativa epistemológica. Acessível em <https://www.redalyc.org/journal/5759/575965958005/html/>

Fritjof Capra e a Teia da Vida

Fritjof Capra, em "A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica Dos Sistemas Vivos"¹⁹, propõe uma visão sistêmica da administração, destacando a interconexão entre os diversos aspectos de uma organização. Sua abordagem transdisciplinar enfatiza a necessidade de compreender as organizações como sistemas vivos, onde a colaboração e a interação são fundamentais. A integração do conhecimento, segundo Capra, é essencial para uma gestão eficaz e sustentável.

É possível referenciar através de seu trabalho e considerações, que o planeta Terra é uma rede multidimensional e de grande complexidade, atuando na forma de uma cadeia pulsante e quase orgânica de acontecimentos que vão se relacionando e se modificando de maneira conexas, mutuamente. A Terra deve ser considerada como um **sistema**, e todos os seres e elementos que habitam e coexistem fazem parte desse sistema. Vale a pena reforçar, numa perspectiva epistemológica esclarecedora e complementar, que a palavra

¹⁸ OLIVEIRA, Caroline Peixoto de. In Revistas UFG. Resenha acessível em <https://revistas.ufg.br/teri/article/download/23013/13627/97234>

¹⁹ Fritjof Capra nos mostra uma forma muito mais integrada da biologia, da ecologia e sustentabilidade em nosso planeta. Uma nova linguagem para entendimento dos sistemas complexos que estão na base da vida está emergindo, com nomes diferentes, tais como "teoria dos sistemas dinâmicos", "teoria da complexidade", "dinâmica não linear", "dinâmica das redes", entre outros. Porém, ele busca expressar nesse trabalho, uma síntese desse todo, integrado as novas descobertas num só contexto, para aterrissar esse entendimento a diferentes públicos.

o sistema se origina do Grego, e significa “colocar junto”. Dessa forma a visão sistêmica das coisas se conecta umbilicalmente a transportar tudo, internalizar para dentro de um contexto, e a partir disso estabelecer qual a natureza das suas relações e interconexões.

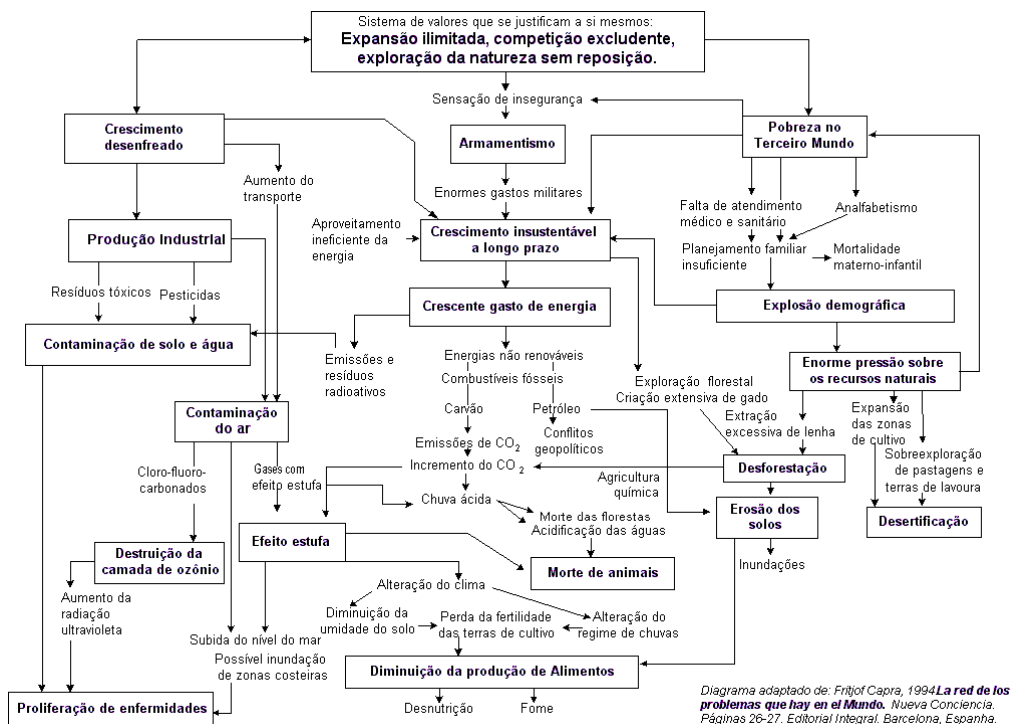


Figura 4: Diagrama adaptado de Fritjof Capra. Acessível em <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/2555-2549-1-PB.htm>

Ken Wilber e a Integralidade

Ken Wilber, conhecido na administração contemporânea por sua abordagem integral, busca com seu trabalho referenciado integrar diversas perspectivas em uma estrutura abrangente. Em "Uma Breve História de Tudo"²⁰, ele explora a evolução do pensamento humano, destacando a importância de considerar diferentes dimensões, desde o individual até o coletivo.

A integralidade proposta por Wilber sugere que a administração deve ir além das limitações disciplinares, buscando uma compreensão global e integrada dos fenômenos organizacionais.

²⁰ Ken Wilber analisa o curso da evolução enquanto manifestação reveladora do Espírito, desde a matéria (o cosmos) à vida (a biosfera) e à mente (a consciência humana), incluindo os estádios mais avançados da evolução espiritual, quando o Espírito adquire consciência de si próprio. Em cada um destes domínios da evolução, segundo ele, existem padrões recorrentes, os quais, sujeitos a análise atenta, nos permitem aprender muito sobre a situação difícil que atravessa o nosso mundo e a direção que a humanidade deve tomar se pretender que a transformação global se torne realidade.

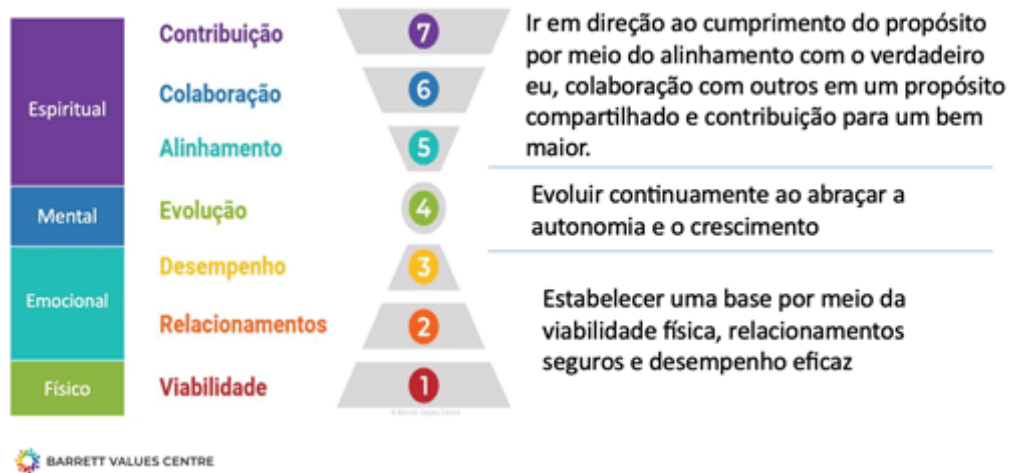


Figura 5: Cultura organizacional – Os sete níveis de consciência. Acessível em <https://www.valuescentre.com/>

Ainda tomando como base a transdisciplinaridade na Administração contemporânea, influenciada por pensadores como Morin, Capra e Wilber, representa, segundo essa perspectiva de entendimento e síntese, uma abordagem promissora para enfrentar os desafios complexos do mundo organizacional. A integração do conhecimento proveniente de diversas disciplinas não apenas enriquece a compreensão, mas também oferece soluções mais robustas e inovadoras para os problemas organizacionais. Essa perspectiva transdisciplinar não apenas abraça a complexidade, mas também reconhece a necessidade de uma visão mais completa e integrada na gestão organizacional.



Figura 6: Desenvolvimento Organizacional: mudança planejada da cultura para atingir melhores resultados. Acessível em <https://ideagri.com.br/posts/administrar-bem-lucrar-sempre-desenvolvimento-organizacional-mudanca-planejada-da-cultura-para-atingir-melhores-resultados>

Gestão do Conhecimento e Inovação Organizacional

No contexto organizacional contemporâneo, a gestão do conhecimento torna-se um catalisador essencial para a inovação. A transdisciplinaridade nas Ciências Sociais Aplicadas oferece uma base sólida para a gestão eficaz do conhecimento, promovendo a colaboração entre especialistas de diversas áreas. Essa colaboração, por sua vez, alimenta o processo de inovação, proporcionando soluções mais abrangentes e adaptáveis às demandas dinâmicas do ambiente organizacional.

A relação entre gestão do conhecimento e inovação organizacional, portanto, tem sido um tema central na Administração contemporânea. Pretende-se nessa parte final do trabalho, explorar essa interconexão, destacando as perspectivas de pensadores fundamentais como **Michael Porter**²¹, **Richard Florida**²² e **Theodore Levitt**²³, cujas contribuições nos franquearam moldar e articular com uma compreensão desses conceitos na gestão moderna.

Michael Porter e a Inovação Estratégica

Michael Porter, renomado por suas contribuições à estratégia empresarial, incorpora a inovação como pilar central. Em "Vantagem Competitiva"²⁴, Porter argumenta, por exemplo e de forma enfática que a inovação é essencial para a conquista e manutenção de vantagens competitivas.

Dessa forma, ele acaba por conectar a gestão do conhecimento à inovação, defendendo que organizações devem buscar constantemente formas de criar e aplicar conhecimento para se destacar no mercado. Seu modelo traz uma divisão da concorrência ou ambiente competitivo em uma estrutura baseada em cinco forças de

²¹ **Michael Porter** é um professor e teórico de negócios da *Harvard Business School* e possui interesse em áreas como administração e economia, sendo autor de uma vasta gama de estratégias de competitividade.

²² **Richard Florida** é um dos intelectuais de maior destaque mundial no que se refere a indústrias criativas aliadas a planejamento urbano, desenvolvimento econômico e tendências socioculturais. É professor de business e criatividade na Universidade de Toronto e autor. Comentarista da CNN, escreve regularmente para veículos da imprensa de língua inglesa, como *The New York Times* e *The Wall Street Journal*.

²³ **Theodore Levitt** foi um economista nascido na Alemanha e radicado nos Estados Unidos. Mestre da Harvard University, é um dos nomes conceituados em Marketing. Escreveu o livro *A Imaginação de Marketing* e ainda o celebrado artigo *Miopia em Marketing*, considerado de impacto até os dias de hoje.

²⁴ Neste livro, Porter mostra aos administradores e analistas como avaliar a posição competitiva de uma empresa e implementar as etapas de ação específicas necessárias para aprimorá-las. A escolha de um ambiente, o leque de atividades da empresa, produção, marketing são examinados em conjunto, fornecendo uma prática perspectiva para um meio empresarial cada vez mais competitivo.

atuação: Concorrentes; Novos entrantes; Produtos/serviços substitutos; Poder de barganha dos fornecedores; Poder de negociação dos clientes.



Figura 7: As 5 forças de Porter. Acessível em <https://ufabcjr.com.br/5-forcas-de-porter/>

De acordo com Michael Porter, o desafio de lidar com a chamada “concorrência” se encontraria no núcleo de uma estratégia de negócio, uma vez que as empresas que se encontram no mercado, a bem da verdade estão ao mesmo tempo disputando a atenção, o interesse e o bolso do consumidor. Todavia, é muito comum que as empresas tenham uma visão defasada sobre quem são seus concorrentes de fato.

Richard Florida e a Classe Criativa

Richard Florida, em "A Ascensão da Classe Criativa"²⁵, aborda a influência da gestão do conhecimento na criação de ambientes propícios à inovação. Sua perspectiva destaca a importância de atrair e reter talentos criativos, promovendo a colaboração e o compartilhamento de conhecimento como fundamentais para o desenvolvimento organizacional.

De forma direta e necessariamente contemporânea, sua colaboração ressalta em especial duas questões fundamentais para a gestão das organizações contemporâneas, nesses tempos da chamada Multigeracionalidade, e reforça a visão de que a tecnologia não

²⁵ O livro remete ao processo de leitura crítica do autor: Ao observar como, ainda nos anos 90, as empresas de tecnologia saíam de suas sedes para lugares que tinham uma provisão maior de indivíduos criativos e talentosos, Richard Florida começou a mapear uma tendência. Ao constatar esse movimento inverso, o autor percebeu também que o crescimento econômico estava ocorrendo em lugares caracterizados pela tolerância, pela diversidade e pela abertura à criatividade – porque esses eram os lugares onde indivíduos criativos queriam viver.

é necessariamente a principal força dessa transformação em curso. Segundo Florida, em seu lugar, alterações por vezes sutis no modo de vida e na maneira de trabalhar aos poucos geravam mudanças drásticas no ambiente de trabalho, no lazer, nas comunidades e no cotidiano.

Ou seja, para ele são em lugares caracterizados pela tolerância, pela diversidade e pela abertura à criatividade onde indivíduos criativos desejam viver.



Figura 8: **A reinvenção globalizada dos territórios criativos.** Rodrigues de Souza et al., 2021. Acessível em <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5314>

Theodore Levitt e a Miopia em Marketing

A aplicação da visão de Theodore Levitt em seu “Miopia no Marketing”²⁶ transcende o contexto do marketing tradicional e estende-se a áreas cruciais como Gestão do Conhecimento, Inovação e Sustentabilidade Organizacional. Compreender profundamente as necessidades dos clientes e adaptar-se a elas é fundamental para o sucesso a longo prazo em qualquer aspecto organizacional.

Levitt aborda o *Foco nas Necessidades dos Clientes*, por exemplo, e é fato que uma gestão do conhecimento eficaz requer a compreensão profunda das suas necessidades e expectativas, e concentrando-se nas informações relevantes para atender a essas

²⁶ Theodore Levitt explica porque é que as empresas se tornam obsoletas quando não entendem o que os seus clientes realmente desejam. Neste livro, o pioneiro do marketing identifica quatro mitos bastante difundidos que colocam as empresas em risco, explicando também como é que os líderes empresariais podem focar-se nas verdadeiras necessidades dos clientes.

necessidades, as organizações podem otimizar seus processos de tomada de decisão e inovação.

Levitt ainda nos oferece esse conceito de maneira a que possamos sugerir uma aplicação direta na modernidade, por exemplo, das startups e suas soluções disruptivas, no binômio *Produtos vs. Necessidades*, quando argumenta que as empresas falham ao se concentrar excessivamente em “produtos” em detrimento das “reais necessidades dos clientes”. Da mesma forma, a inovação bem-sucedida deve derivar de uma compreensão holística das necessidades do mercado, incentivando a criação de soluções que resolvam problemas reais.

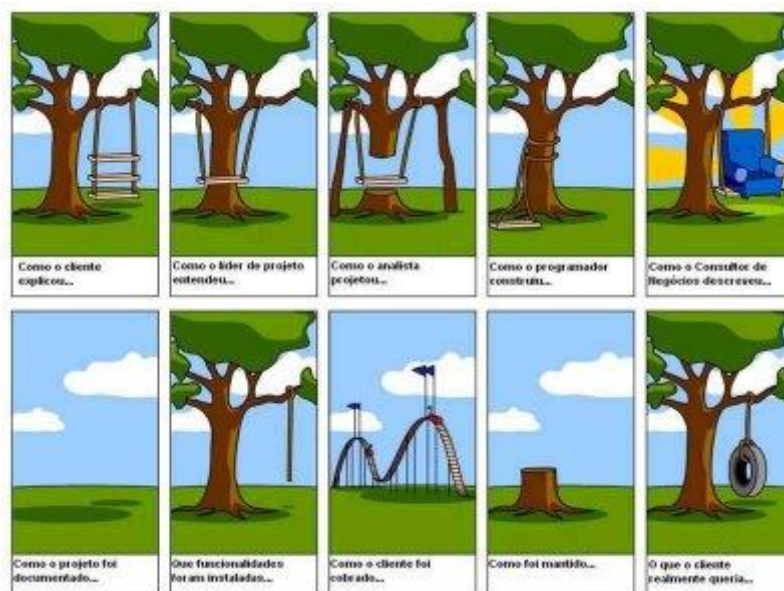


Figura 9: O que o cliente realmente queria. Acessível em <https://administracaodemarketing.wordpress.com/miopia-de-marketing/>

A visão de Levitt sobre a miopia em marketing destaca, ainda, e numa relação direta com a proposta de valor do que vem a ser a “*sustentabilidade organizacional*”, preconizada pela adoção global de um framework tridimensional como o do ESG, a importância da longevidade da empresa, que seria obtida através do alinhamento contínuo com essas necessidades. A sustentabilidade organizacional segue em nosso momento contemporâneo uma lógica semelhante, enfatizando a adaptação às mudanças ambientais, sociais e econômicas para garantir a continuidade a longo prazo.

Será importante ressaltar aqui que a visão de Drucker, Porter e Florida convergem, ao reconhecerem que a gestão do conhecimento é um facilitador-chave para a inovação: Drucker enfatiza a necessidade de uma base sólida de conhecimento interno, enquanto

Porter destaca a inovação como um componente estratégico crucial. Já Florida complementa ao ressaltar o papel da cultura organizacional na promoção da criatividade e inovação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transdisciplinaridade nas Ciências Sociais Aplicadas representa não apenas uma mudança de paradigma, mas uma evolução necessária para enfrentar os desafios contemporâneos.

Ao reconhecer a interdependência das diferentes disciplinas, podemos ser capazes potencializar a gestão do conhecimento e impulsionar a inovação organizacional com essa requalificada articulação de saberes.

Neste cenário, é fundamental que possamos repensar nossas abordagens, fomentar o diálogo entre disciplinas e cultivar um ambiente propício para a emergência de soluções inovadoras e socialmente relevantes.

A interseção entre transdisciplinaridade, gestão do conhecimento e inovação organizacional, sob a influência de diferentes prismas conceituais e autores, emerge de forma ressignificada, quem sabe como um campo dinâmico e estratégico para novas reflexões e abordagens. A capacidade de qualquer organização – independente de seu porte, área de atuação, segmento em que atua, ou mesmo da “pá” correspondente no 3-helix que se encontre, no sentido de gerenciar, compartilhar e aplicar conhecimento tornou-se um diferencial competitivo essencial em tempos de grandes movimentos externos, que fogem ao controle imediato dos gestores organizacionais e estão bem distantes do seu raio de governança.

A inovação, vista como um processo impulsionado pelo conhecimento, destaca-se como um caminho para a adaptação, crescimento e excelência organizacional. E a compreensão integrada desses conceitos, à luz das contribuições desses pensadores, é crucial para as organizações que buscam se destacar em ambientes cada vez mais complexos e competitivos.

AGRADECIMENTOS

Dedico fundamentalmente a Deus essa nova “pequena realização”: Esses últimos períodos do tempo e espaço têm sido realmente de grandes impactos e profundas transformações na minha própria existência, e graças a sua presença sentida me renovo a cada dia. O último deles ocorreu recentemente, com a partida de minha amorosa, resiliente

e fantástica mãe, Maria da Penha Esteves – a quem gostaria de dedicar esse trabalho, para além de toda a minha possível existência: Ela sempre foi a grande admiradora dos meus escritos, desde a infância. Também quero dedicar a meus filhos Aimée, Miguel e João Lucas, na qualidade de melhores projetos em curso – e que levam consigo a melhor parte de minha própria natureza, a minha companheira de jornada Kézia, aos meus irmãos André, Alberto e Ana – e com eles por extensão aos meus amados sobrinhos, sobrinhas e toda a minha família. Dedico profissionalmente esse pequeno trabalho, por fim, aos importantes guarda-chuvas institucionais que me acolhem e protegem durante a jornada, nem sempre serena e segura – mas doce e rara, entre os quais ressalto a PUC-PR através do PPAD, e da coordenação de MBAs, a GSFN-UK, ao Think Tank da ABES, a Academia ICE, a RIPERC/CEPED-Unioeste, a valorosa Editora Quipá, e as revistas que me incentivam respeitosamente, como autor, conselheiro e avaliador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKTOUF, Omar. Pós-Globalização, Administração e Racionalidade Econômica. São Paulo: Atlas, 2004.

BLAU, Peter M., **SCOTT**, W. Ricard. Organizações Formais. São Paulo: Atlas, 1979.

BURREL, Gibson, **MORGAN**, Gareth. Sociological Paradigms and Organizational Analysis. London, Heinemann, 1979.

CLEGG, S.; **HARDY, C.**; **NORD, W.** Handbook de estudos organizacionais. Organizadores da edição brasileira: **CALDAS, M.**; **FACHIN, R.**; **FISCHER, T.** São Paulo, Atlas, 1999. Vol. I a III.

ETZIONI, Amitai. Organizações Complexas: um estudo das organizações em face dos problemas sociais. São Paulo: Atlas, 1981.

ESTEVES, J.L. A Gestão Organizacional na modernidade: Inteligência Competitiva, ESG e um framework para o futuro. In: A produção das ciências: novos olhares, múltiplos saberes / Organizado por Thiago Barbosa Soares e Adriano Monteiro de Oliveira. — Iguatu, CE. Quipá Editora, 2021 (cap.10).

ESTEVES, J.L. A busca da excelência da indústria através do Marketing. Revista Marketing, v. 223, p.44-45, Editora Referência, 1992.

ESTEVES, Jose L.; Empreendedorismo em Ação: Um guia básico para apoiar no desenvolvimento de novos negócios. Los Gatos, CA., Smashwords Publishing, 2019.

ESTEVES, Jose L.; Guia prático para Inovar e Empreender. Los Gatos, CA., Smashwords Publishing, 2019.

GALLOUJ, F. Economia da Inovação: um balanço dos debates recentes. In: BERNARDES, R.; ANDREASSI, T. (Org.) Inovação em Serviços Intensivos em Conhecimento. São Paulo, Editora Saraiva, 2007 (cap. 1).

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Modelos de homem e teoria administrativa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.18, n.2, p.3-12, abr./jun., 1984.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

HALL, Richard H. Organizações. Estruturas, Processos e Resultados. São Paulo. Prentice-Hall. 8a. ed. 2004.

MINTZBERG, Henry. Criando Organizações Eficazes. São Paulo. Atlas. 2a. ed. 2003.

MOTTA, Fernando Claudio Prestes. Teoria das Organizações. Evolução e Crítica. São Paulo. Pioneira. Thomson Learning. 2003.

MARCH, J.G.; SIMON, H.A. 1979. Teoria das Organizações. Rio de Janeiro. FGV. 1979.

PAGÈS, Max et all. O Poder das Organizações. São Paulo: Atlas, 1987.

PORTER, Michael E. Estratégia Competitiva - Técnicas Para Análise de Indústrias e da Concorrência. São Paulo. Atlas. 2015.

RODRIGUES, Suzana Braga, CUNHA, Miguel P. (organizadores). Estudos Organizacionais - Novas perspectivas na administração de empresas: uma coletânea luso brasileira. São Paulo: Iglu, 2000.

CAPÍTULO 3

A SEMÂNTICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Daniela Ribeiro Dias*²⁷

*Thiago Barbosa Soares*²⁸

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar qual a relação da Semântica com o ensino da Língua Portuguesa na Educação Básica a partir do livro didático *Multiversos: língua portuguesa: ensino médio* (2020), de organização dos autores Maria Tereza Rangel Arruda Campos e Lucas Kivoharu Sanches Oda. Este estudo se pautou na pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo. Para isso utilizaram-se como autores suportes: Aragão e Nogueira (2020); Barreto (2018); Costa *et al.* (2014); Fossile (2013); Lima (2017); Morais (2013), Soares (2018, 2020); Cançado (2008), entre outros. Embora, atualmente ela tem se destacado por estar inserida e sendo trabalhada mais de forma contextualizada. Como principais considerações finais, destaca-se que a Semântica se relaciona com o ensino de Língua Portuguesa na educação básica na aprendizagem de conteúdos voltados para o significado das palavras, e conseqüentemente, dentro dos textos em gêneros textuais, e não apenas de forma segregada dentro das unidades gramaticais.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Semântica; Educação Básica.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a Linguística tem contribuído para o ensino de Língua Portuguesa (LP) nas escolas, apesar de ainda transparecer de modo limitado, verifica-se que nas últimas décadas, até mesmo os livros didáticos têm se adaptado a tais mudanças. No que concerne a esse tema, é discutido quanto a relevância de haver essa relação, pois foca no

²⁷ Acadêmica curso de Letras, Língua Portuguesa e respectivas literaturas. Universidade Federal do Tocantins, UFT. E-mail: danieladiaz@mail.uft.edu.br.

²⁸ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

aprimoramento do aprendizado dos alunos, principalmente na interpretação de textos (FOSSILE, 2013).

Dentro do vasto campo da Linguística tem-se a Semântica, essa se ocupa em estudar o significado das palavras em sua estrutura. Enquanto alguns linguistas tratam a Semântica como a ciência que estuda os significados das palavras e frases, outros a tem apenas como uma unidade que lida com os significados. A Semântica se divide em várias partes, podendo esta ser incompreendida, mostrando, assim, não haver somente um tipo de Semântica (FOSSILE, 2013).

De acordo com Moraes (2013) a Semântica se divide em cinco grandes áreas principais, que são elas: semântica argumentativa, estruturalista, cognitiva, lexical e formal. Cada uma dessas estuda o significado de forma particular dos sentidos e significados. Em suma, não se concentram somente a discutir o significado da palavra, como a sua formação também.

Müller e Martins (2021) consideram que: “o objetivo do semanticista é pensar na capacidade semântica e intuitiva que um falante tem da língua.” Semanticista, conforme as autoras, é um conceito utilizado para descrever a pessoa que estuda a área da Semântica. A Semântica estudada por aqueles que não estão nas salas de aulas, mas compartilham de seus conhecimentos para a aquisição e aprendizagem de novas teorias e conceituações.

Considerando o ensino de LP na Educação Básica²⁹ das escolas do Brasil, Barreto (2018) em seus estudos aborda quanto aos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) que citam quatro eixos principais, usados como pontos de apoio para ensino da LP, a saber: produção de textos trabalhados com foco na escrita, leitura, noções linguísticas e a oralidade. Conforme destaca os PCN, enfatiza-se que o ensino de LP deve ter suporte nas áreas de Gramática e pragmática, e na Semântica.

Segundo Souza e Ferraz (2013, p. 2) “[...] a Linguística trouxe novas concepções da gramática do português, que, devido a seus estudos de descrição da língua, sugerem não apenas o ensino da modalidade escrita, mas também da língua falada.” O estudo da gramática de forma segregada na educação básica, analisa-se que não colabora para a formação de alunos que sejam capazes de ler e escrever de maneira crítica e reflexiva. Logo, quando se ensina português abordando a área da semântica, por exemplo, os resultados passam a ser mais significativos.

²⁹ Este texto não objetiva um aprofundamento na discussão acerca da Educação Básica no Brasil, que compreende todos os anos escolares integrantes Ensino Fundamental e Médio, mas, antes, o desenvolvimento analítico das relações que o ensino possui com um “braço” da Linguística, a Semântica.

Aragão e Nogueira (2020, p. 762) expõem que: “O ensino de língua materna no Ensino Fundamental, por vezes, prioriza a assimilação de regras em vez de uma educação crítica.” Por isso, é preciso haver debates que cada vez mais pontuem a respeito da Semântica e sua relação no campo da educação básica, com intuito de trazer reflexões críticas de como acontece o ensino de português nas escolas do Brasil. A partir da aplicabilidade da Semântica nos conteúdos de LP, os alunos passarão a ter mais conhecimento das palavras, para uso delas além do que elas significam.

O presente estudo tem como objetivo principal analisar qual a relação da Semântica com o ensino da Língua Portuguesa na Educação Básica a partir do livro didático *Multiversos: língua portuguesa: ensino médio* (2020), de organização dos autores Maria Tereza Rangel Arruda Campos e Lucas Kivoharu Sanches Oda. Este estudo se pautou na pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo. Para isso utilizaram-se como autores suportes: Aragão e Nogueira (2020); Barreto (2018); Costa *et al.* (2014); Fossile (2013); Lima (2017); Morais (2013), Soares (2018, 2020); Cançado (2008), entre outros.

Este estudo se justifica pela necessidade em discutir como está sendo desenvolvido o ensino da Língua Portuguesa (LP) atualmente, e em que isso implica dentro da área da Semântica. Logo que, nota-se que essa área tem uma distinta relação muito grande no que se refere a compreensão de determinadas palavras na LP, e muitas vezes surge como ponto de partida para o ensino da língua na Educação Básica. A partir dessas inquietações, a busca em analisar essa relação torna-se relevante para as áreas científica e educacional, caracterizando-se como objeto de discussão para além da faculdade.

O ENSINO DE LP NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Com foco em discutir sobre como tem acontecido o ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica, a presente seção se debruçará em trazer e apontar acerca da contribuição da Linguística no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Segundo Oliven (2009), a colaboração da Linguística no Ensino de Língua Portuguesa acontece de forma mais precisa a partir dos anos de 1980. Nessa época, estudos em áreas, como: Análise do Discurso, Linguística Textual e Sociolinguística começaram a ser postos em prática ao ensino do português nas escolas, por meio de intervenções que são consideradas de suma importância.

Nas concepções de Lima (2017)

[...] o ensino de Língua Portuguesa tem sido o centro das discussões em busca de melhorar a qualidade de ensino no Brasil. Os debates realizados nesta época apontavam como responsáveis pelo fracasso escolar a leitura e a escrita dos alunos, especialmente nas duas primeiras séries e na quinta série (LIMA, 2017, p. 14).

Quando se tem índices insatisfatórios na Educação, há o desafio em buscar contornar a situação, que objetive superar os obstáculos que surjam e possam ser vistos como problemas no aprendizado dos alunos futuramente. Nesse viés, a Linguística pode ser utilizada pelos professores de LP para alcançar resultados melhores na leitura e escrita dos estudantes.

Barreto (2018) afirma que o aperfeiçoamento da leitura dos alunos é preciso, e para que isso aconteça, o Livro Didático também deve ser uma das questões que contribuam nesse processo. Por ora, é interessante que o Livro de Língua Portuguesa aborde conteúdos voltados para textos que empreguem tanto discussões culturais, como sociais em graus de complexidade diversos, bem como apresente capítulos que esses textos façam sentido para o aprendizado dos alunos.

Fossile (2013) descreve que o ensino de Língua Portuguesa deve propor debates e discussões reflexivas, e não apenas conteúdos baseados na gramática que segrega e, por vez, não forma alunos críticos. Essa concepção do ensino de português debruçado na gramática é, decerto, longe do que os linguistas atuais buscam e pretendem que tenham no ensino da educação básica.

Teixeira (2014) em seus estudos, revela que o ensino de Língua Portuguesa precisa avançar em termos de não repassar apenas conteúdos gramáticos, e que conteúdos voltados para a Linguística devem ser trabalhados com mais precisão. Logo, a autora ainda mostra como algumas atividades ao serem empregadas no contexto da semântica integram o que os linguistas chamariam de indicadores de sucesso no aprendizado dos alunos.

COMPREENSÃO DA SEMÂNTICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DE LP

Compreender a relação da Semântica e sua relação com o ensino de LP infere muitos pontos dos quais a Linguística não está situada em abordar. Em contrapartida, Oliven (2009) reitera que

[...] a presença da semântica no ensino de Língua Portuguesa tem como objetivo promover a reflexão sobre os recursos semântico-expressivos da língua, desenvolvendo, conseqüentemente, a competência linguística e comunicativa do

aluno e esclarecendo os mecanismos de funcionamento da língua (OLIVAN, 2009, p. 46).

Conforme o excerto acima, observa-se que o ensino de LP e sua relação com a semântica sempre envolve discussões em torno da língua, preferencialmente, do uso dela com funcionalidade na comunicação. Porém, é importante enfatizar quanto a usabilidade do português, tendo como pensamento o porquê do uso de tal palavra e não outra, visto que, o estudo das palavras de forma reflexiva estabelece uma correlação com a semântica no ato da fala e da escrita quando se pensa na raiz e formação de frases, por exemplo.

Olivan (2009) destaca ainda que: “Não se trata de propor ao aluno do ensino básico um estudo exaustivo da semântica, seja na linha formal, argumentativa ou cognitiva, mas sim de repensar os conteúdos [...]”. Ou seja, o professor de LP nesse momento é desafiado a além de ensinar o conteúdo da matéria, tem que mostrar-se a par da área da semântica, sem que isso seja abordado de modo a cansar ou a não compreensão do assunto pelo aluno.

De acordo com Souza (2017)

[...] a relação entre esses estudos e o Ensino de Língua Portuguesa, é possível inferir que a gênese do problema superabundância da metalinguagem sintática em sala de aula reside no fato de o desenvolvimento teórico da Semântica Linguística ter passado ao largo do desenvolvimento de metodologias voltadas para o tratamento didático de conteúdos linguísticos-semânticos nas aulas de português (SOUZA, 2017, p. 13-14).

Ou seja, é uma relação intrínseca que envolve dois pontos importantes no ensino de LP: o sentido de ensinar o português por meio da semântica e o porquê deve se ensinar partindo dessa proposta. Visto por esse lado, nota-se que enquanto a Semântica Linguística se situa na prática educacional no que se reflete os conteúdos linguísticos-semânticos, as metodologias e forma dos alunos aprenderem a língua passarão a ser diferentes.

Costa *et al.* (2014) salienta que:

É fundamental um estudo sistematizado, detalhado, didático, contextual sobre o significado das palavras, expressões e de recursos semânticos-linguísticos, possibilitadores da percepção de múltiplos aspectos nas mais variadas produções escritas da linguagem humana, inclusive, considerando a posição de programas oficiais, ao se posicionarem com relação ao assunto (COSTA *et al.*, 2014, p. 2).

Não adianta o professor de LP querer apenas pedir que os alunos pesquisem, busquem, procurem o significado de uma palavra, ou explique uma expressão. É preciso compreender o uso do recurso voltado para a semântica-linguística. Em outras palavras, há todo um contexto, uma unidade, conteúdo em que a semântica deve ser abordada em sua

totalidade. De tal modo, a semântica colaborará no ensino do português quando a comunicação for estabelecida.

Morais (2013) destaca que a Semântica vem sendo bastante trabalhada no ensino de LP através do Livro Didático. Entretanto, mesmo que esteja sendo posta na parte dos gêneros textuais, observa-se que não são todos os livros que apresentam conteúdos ligados a Semântica, sendo assim esta ainda é desenvolvida na sala de aula de modo tradicional, abrindo espaço mais para se praticar atividades com significados de palavras.

Souza e Ferraz (2013) ressaltam sobre a importância do estudo e ensino da semântica nas aulas de LP, compartilhando exemplos de ser trabalhado com significações a partir do uso de charge, mas de forma que esta possa ser lida/interpretada. Nesse sentido, os autores ainda completam que, o ensino de português em grau semântico colabora para promoção da reflexão. Uma vez que, ensinando e mostrando o sentido que as palavras passam a ter dentro dos textos, é a oportunidade de que o aluno faça uma análise da língua(gem) na prática.

Para Aragão e Nogueira (2020) estudar a Semântica na língua portuguesa conforme o significado favorece questões envoltas da produção de texto e leitura. Essa prática fará com que a educação avance de modo significativo, incluindo, também, a prática do professor, que usará desse recurso como modelo para aprimorar sua forma de ensinar o português.

Lima (2017) explana que a abordagem da semântica nas aulas de LP é algo a ser esperado, pois muitos assuntos trabalhados durante aula envolve a semântica e está presente na linguística, como análise literária, interpretação de texto e textos não verbais. Embora, dependendo do assunto, e se o professor não fala nada a respeito, o aluno não saberá do que se trata. Por esse motivo, a formação do professor e como ele estudou para aplicar tais conceitos de forma contextualizada em sala é um fator a ser posto em debate.

Müller e Martins (2021) em seus estudos sobre a inserção do ensino da Língua Portuguesa na educação básica, mais propriamente voltado para o ensino da gramática, mostram como a Semântica está sendo utilizada nesse processo. Conforme as autoras, são inúmeras formas que a Semântica pode surgir dentro do ensino de unidades gramaticais como: crase, pronomes indefinidos, orações subordinadas adjetivas, conjunções, coesão, coerência, entre outros.

Nogueira e Aragão (2020) expõem que: “O uso dos glossários norteia a compreensão do texto, e possibilita estudos semânticos como a sinonímia.” Logo, observa-se que são várias as formas em que o estudo da semântica está associado ao ensino da Língua

Portuguesa na Educação Básica. Quando é bem executado o ensino desta, pondera-se que possa proporcionar vantagens tanto para o aprendizado dos alunos, quanto para a formação crítico-reflexiva deles em saber ler e compreender tudo ao redor.

Souza (2017) reitera que:

Tratar sobre a significação das construções gramaticais é mostrar que cada uma delas comporta uma determinada estrutura semântica, uma carga semântica que permite as relações de sentido. Dito de outro modo, o significado de uma expressão não depende apenas das unidades lexicais que as compõem segundo regras sintáticas, mas de todo um amplo número de considerações sintáticas associadas às “pressões” semânticas, posto que o que se busca na comunicação é fazer sentido com o que se diz (SOUZA, 2017, p. 60).

A partir dessa visão, é perceptível o quanto a semântica está encaixada dentro do ensino de LP. Ao se construir uma frase, considera-se o estudo dos sentidos de cada palavra, e isso se liga não apenas ao léxico, como o semântico também.

Nas palavras de Silveira, Nogueira e Matos (2022, p. 59): “A Semântica analisa vários aspectos da fala, sendo a primeira forma de concretização da língua, como as expressões idiomáticas.” Relacionando o ensino da Semântica com a educação básica, observa-se que muitos alunos costumam falar expressões. A depender da região ou lugar no Brasil, essas e outras palavras são quase parte do cotidiano deles, e é relevante enfatizar que os professores de LP podem partir desses conteúdos para inserir e mostrar como essas duas áreas estão alinhadas.

ANÁLISE: SEMÂNTICA EM MULTIVERSOS (CAMPOS; ODA, 2020)

A partir das discussões dos capítulos anteriores, a sessão em destaque pretende fazer análise acerca da relação da semântica com o ensino de Língua Portuguesa através da presença dela no livro didático de LP. O livro didático utilizado foi: *Multiversos: língua portuguesa: ensino médio* (2020), de organização dos autores Maria Tereza Rangel Arruda Campos e Lucas Kivoharu Sanches Oda.

Com a proposta de discutir como a semântica é abordada no livro de LP da educação básica foi escolhido um livro do ensino médio. Abaixo segue algumas partes que foram retiradas dos livros. Para melhor compor esta análise, os autores Soares (2018) e Cançado (2008) foram utilizados com objetivo de debater sobre a semântica presentes nas partes aqui apresentadas.

de estar alerta e atenta a tudo. Já não sou capaz de reproduzir assim, detalhadamente, em sequência quase exata, os caminhos que percorri depois que me soltei de uma vez, **à deriva** de corpo e alma. Esses já não eram propriamente caminhos, eram sucessivos buracos, frestas, rachaduras na superfície da cidade pelas quais eu ia passando de mundo em mundo, ou era vagar por mundo nenhum...

Eu nem percebi, naquele dia, quando saí de casa atrás de um quase imaginário, um vago Cícero Araújo, que estava, na verdade, correndo atrás de um coelho branco de olhos vermelhos, colete e relógio, que ia me levar pra um buraco, outro mundo. Também, que importância tinha? Acho que eu teria ido de qualquer jeito, só pra cair em algum mundo, sair daquele estado de suspensão da minha vida num entremundo, sem nem por um momento me perguntar como nem pra onde havia de voltar

Que engraçada é a cabeça da gente, não é, Barbie?, mas você não deve perceber que mistério é cabeça de gente, você não é gente, sua pobre cabecinha oca. Afe, cansei. Agora acho que preciso parar de escrever, inventar um jantar. [...] Mas, "**be a good girl**", fique quieta aí, durma bem, que amanhã mesmo volto cedo pra fazer você subir comigo à Vila Maria Degolada. Fique tranquila: ali não há mais o costume de degolarem Marias e nem sequer de jogar xadrez com peças vivas. Nem eu nem você somos Marias

REZENDE, M. V. *Quarenta dias*. Rio de Janeiro: Alfabeta, 2014. p. 95-102.

aríscas: antissocial, esquiva, desconfiada.

escamotear-se: esconder-se.

paranoia: sentimento de perseguição.

andrógeno: hermafrodita.

pespegava: aplicava, impingia.

desmantelo: descuido, desleixo.

à deriva: sem rumo.

be a good girl: seja uma boa menina.

Figura 1: Imagem retirada da página 159, do texto *Quarenta dias*, da autora Maria Valéria Rezende.

O texto acima foi retirado de um livro didático de Língua Portuguesa para turmas do Ensino Médio, da editora FTD, 1ª edição, do ano de 2020. Ele não apresenta para qual turma específica é voltado, porém, acredita-se que por ter editoras que elaboram materiais que possam ser usados por mais de um nível de turma, esta pode ser uma possibilidade de não se ter a turma especificada. Além de não constar para qual turma foi elaborado, o material que serviu de apoio nesta análise, se trata de um manual do professor, mas isso não foi impedimento para se discutir acerca da relação da semântica presente no LD.

Conforme pode ser observado no livro, há presença de vários textos com palavras que são pouco usadas ou conhecidas no cotidiano. E, ao refletir sobre um LD voltado para turma de Ensino Médio, pensa-se no grau de dificuldade de conhecimento que estas palavras possam parecer para os alunos. Nesse sentido, os autores dos livros, não apenas do livro em questão, como alguns outros usados em turmas de Ensino Fundamental e Médio, costumam pôr glossários ao lado dos textos, destacando, assim, as palavras vistas como difíceis.

No texto '*Quarenta Dias*', da autora Maria Valéria Rezende, o uso da semântica surge principalmente na parte do glossário, em que se nota que foram postos os significados das palavras, com intuito de facilitar a leitura e interpretação do texto para os alunos.

As palavras contidas no glossário poderiam ser consideradas polissêmicas, mas foi analisado que não se refere a palavras com dois significados. Também foi verificado, que não foi empregado o sentido de homonímia. Sendo assim, são consideradas palavras de

sentido monossêmico dentro da área de semântica, por ter apenas um significado, o que permite sua leitura singular para compreensão completa da frase ou do texto.

De acordo com Soares (2018, 2020), a semântica pode ser separada em descritiva (sincrônica) e histórica (diacrônica), sendo a descritiva a que parte dos estudos da explicação e significação de palavras polissêmicas, homonímia, sinonímia, campos da semântica em que cada palavra se insere e dentre outros. Neste sentido, afirma-se que o uso do glossário com significados está dentro da área de semântica descritiva, quando se é realizada uma pesquisa na qual se explica o que tal palavra quer dizer, bem como o campo em que essa se encontra na linguística.

Embora o texto apresentado não seja de difícil entendimento, o uso de palavras pouco conhecidas pela comunidade jovem pode surgir como obstáculo no entendimento total e completo do restante da frase e do texto. Por isso, torna-se necessário, em alguns casos, se ter um glossário explicativo ao lado. Até por conta do uso de estrangeirismos no texto, como é a questão da frase “*be a good girl*” (frase não muito complexa), mas que pode evidenciar uma certa dependência em se questionar por que na parte de um texto de um livro de LP tem uma frase em inglês. Logo, o professor de LP deve estar preparado e por dentro do assunto da semântica linguística, com objetivo de contribuir para responder as possíveis dúvidas levantadas pelos alunos nas aulas.

Na sequência foi separada uma atividade da Unidade 6 do mesmo livro, situado nas páginas 300 e 301. Tais atividades foram selecionadas com intuito de mostrar a relação e presença da semântica na construção das questões.

Atividades

Não escreva no livro

Respostas e comentários nas Orientações para o professor.

Observe este texto de uma campanha elaborada pelo Hemocentro do Rio Grande do Norte.



» Peça de campanha de doação de sangue, de 2020, do Hemocentro do Rio Grande do Norte.

1. A que tipo de ação se destina a campanha? A campanha promove uma ação de solidariedade no campo da saúde, incentivando a doação de sangue para o hemocentro Hemonorte.
2. Em que época do ano provavelmente circulou essa campanha? Justifique.
3. O que significa a letra **h** em **10H**? Na peça da campanha há uma palavra que se relaciona ao termo que essa letra representa. Qual é a palavra e que relação é essa?
4. No *slogan* da campanha é possível perceber uma repetição de sons consonantais (aliteração). Identifique o som em questão, as palavras em que ocorre e a forma como é representado na grafia. Trata-se do som de /s/, que ocorre nas palavras coração (representado pela letra c), faça (representado pela letra ç), sua (representado pela letra s) e doação (representado pela letra ç).
5. **Hemofolia** não é uma palavra dicionarizada da língua portuguesa.
 - a) Como se denomina o processo por meio do qual uma palavra nova é criada na língua?
 - b) Que tipo de processo de formação de palavra ocorre no vocábulo em questão?
 - c) A que necessidade expressiva a palavra em questão atende?
6. Classifique as palavras **dia**, **horário** e **local** quanto à posição da sílaba tônica e justifique o uso do acento gráfico em **horário**.

Leia o trecho a seguir, retirado de uma reportagem acerca de hábitos de comunicação interpessoal no tempo atual.

[...]

NAÍSA, L. Por que os mileniais e a geração Z nunca atendem telefone. **TAB UOL**, 15 out. 2019. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/15/por-que-raios-os-milenials-nao-atendem-telefone.htm>. Acesso em: 4 ago. 2020.

7. Estrangeirismo e empréstimo linguístico são processos pelos quais uma língua incorpora palavras de outro idioma que tenham ou não equivalentes na língua nativa. Veja mais informações no box a seguir.
 - a) Identifique no texto palavras cuja origem remetem a outras línguas que não o português. São as palavras milenials, telemarketing, sparc; todas de origem inglesa.
 - b) Explique a relação entre a língua de origem de tais palavras e o contexto em que são

Figura 2: Partes destacadas das páginas 300-301, da Unidade 6, na parte reservada para Atividades.

A primeira parte que se observou se refere presença de um modelo de panfleto, em que há uso de elementos textuais e não-textuais. Por ora, as palavras contidas no enunciado foram consideradas para que o aluno pudesse fazer uma interpretação e leitura do que significa e a mensagem que o panfleto traz.

A segunda parte analisada diz respeito aos comandos que os alunos devem fazer no momento de responder às questões. Com foco na questão 3, em que se questiona sobre o significado da letra 'h', interessante frisar que na própria pergunta já foi inserida uma dica como forma de nortear e ajudar o aluno a achar a resposta com mais facilidade. Essa parte, nota-se que se relaciona com o estudo da semântica, quando se pede que os alunos busquem saber o significado de algo, a partir de observações do que eles têm de conhecimento prévio, e no panfleto também.

Na questão 5, a relação da semântica se faz no ato em que há a explicação da palavra 'hemofolia', algo que pode ser caracterizado como outra dica para os alunos. Além de mostrar, de antemão, como é trabalhada a questão do estrangeirismo nos livros didáticos, para que assim, só na questão 7 seja explicado do que se trata. O estrangeirismo é estudado nas unidades dos livros didáticos, se relacionando com a semântica em que os alunos vivenciam e estão conhecendo novas palavras, ou palavras que se originaram de outras. Ao explicar o significado dessas novas palavras, a semântica está presente nas aulas de Língua Portuguesa e no material de apoio.

Nesse viés, Cançado (2008) ressalta que dentro dos estudos da semântica, o sentido de expressões linguísticas, palavras tende a ser ligado ao sistema das relações linguísticas. Ou seja, é o ato em que se desenvolve os itens lexicais, dando espaço para que o sentido de algo esteja dentro de um sistema em que ocorre as relações de semântica com demais expressões referentes a língua. E é nesse momento em que o conteúdo do livro didático analisado surge inserido na semântica linguística, verificando-se, por ora, os sentidos que frases e expressões têm de acordo o contexto em ênfase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do estudo em questão, reafirma-se que a Semântica é uma área muito importante dentro da área da Linguística, a qual se concentra em estudar a respeito dos significados de palavras, frases e enunciados e, também, o sentido destas. Nesse sentido, buscou-se explicar e analisar de que forma a Semântica está relacionada com o ensino da Língua Portuguesa na educação Básica. Nesse direcionamento, segundo Soares (2023) e a própria verificação feita pela implementação deste estudo, “¿No es el propósito del estudio de idiomas saber cómo ponerlo en práctica? Así, la función de los géneros

corresponde, en el límite, al uso del lenguaje en situaciones sociointeraccionales responsivas”³⁰ (SOARES, 2023, p. 42).

A Semântica se relaciona com o ensino de Língua Portuguesa na educação básica na aprendizagem de conteúdos voltados para o significado das palavras, e conseqüentemente, dentro das unidades gramaticais, como foi abordado a partir do livro *Multiversos: língua portuguesa: ensino médio* (CAMPOS; ODA, 2020). Embora, o livro didático tenha modificado com o passar dos anos, notou-se que a Semântica está sendo inserida também em conteúdos de gêneros textuais, como a charge e demais gêneros. Como pauta discursiva, verificou-se que a Semântica tem sido bastante utilizada com foco em aprimorar a leitura e a escrita dos alunos da educação básica com intuito de se tornarem sujeitos críticos-reflexivos, logo que os professores precisam trabalhar de modo contextualizado o significado de palavras.

Portanto, após o desenvolvimento deste artigo, acredita-se que o objetivo principal foi alcançado. E como recomendação para pesquisas futuras desta mesma natureza, sugere-se a realização de investigações que inseram o trabalho do professor em organizar materiais e demais recursos que estejam dentro do tema da Semântica no ensino de Língua Portuguesa. Logo, por meio deste estudo, notou-se que os trabalhos acadêmicos desenvolvidos na área, muitos se encontram desatualizados, ponto este que foi um dos obstáculos para organização e escrita do artigo em ênfase.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, E. M. S. S.; NOGUEIRA, S. M. Abordagem dos conteúdos de semântica no livro didático de Língua Portuguesa 9º ano em escolas públicas de Imperatriz-MA. **Revista Philologus**, Ano 26, n. 78 Supl. 760-768. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/359/386>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

BARRETO, D. J. T. **Análise do livro didático do século XX e XXI: As interfaces do uso da semântica**. 133 p. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Letras: ensino de língua e literatura. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína-TO, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1697/1/Daniela%20Jaqueline%20T%C3%B4rres%20Barreto%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

CAMPOS, M. T. R. A; ODA, L. K. S. **Multiversos: língua portuguesa: ensino médio**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

³⁰ Em tradução livre: “O objetivo do estudo da língua não é saber pô-la em prática? Assim, a função dos gêneros corresponde, no limite, ao uso da língua em situações sociointeracionais responsivas”.

CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 2ª edição reformada. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2008.

COSTA, J. T. da; SILVA, F. G. da; OLIVEIRA, F. E. da C.; TEMÓTEO, A. S. da S. G. **Por que estudar semântica na educação básica?** Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/setepe/2014/Modalidade_1datahora_21_08_2014_14_51_38_idinscrito_39_9b94afe5f765531264ee4a5251f31ac8.pdf. Acesso em: 26 de jun. 2023.

FOSSILE, D. K. Parece que as coisas estão mudando: aos poucos a semântica começa a aparecer nos livros de língua portuguesa. **Linguagem & Ensino, Pelotas**, v.16, n.2, p. 393-414, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15453>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

LIMA, A. G. **Aspectos semânticos e pragmáticos na educação básica: Reflexões sobre o livro didático de língua portuguesa**. 85 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de especialização em Ensino de Língua Portuguesa para educação básica. Pós-graduação em Linguagem e Ensino. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/21683>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

MORAIS, M. E. G. **Abordagem semântica nos manuais do ensino médio**: um percurso além do livro didático de português. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de licenciatura em letras. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande- PB, 2013. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2369/1/PDF%20-%20Maria%20Eliane%20Gomes%20Morais.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

MÜLLER, A.; NIZE, P. M. (org.). **Ensino de gramática**: reflexões sobre a semântica do português brasileiro. Organizadoras: Ana Müller e Nize Paraguassu Martins. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. 289 p. Disponível em: https://semanticaensino.fflch.usp.br/sites/semanticaensino.fflch.usp.br/files/inline-files/Ensino_Gramatica%20ebook-compactado.pdf. Acesso em: 26 de jun. 2023.

OLIVAN, K. N. A semântica e o ensino de língua portuguesa. **Work. pap. linguíst.**, 10 (1): 45-59, Florianópolis, jan. jun., 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/download/1984-8420.2009v10n1p45/11822/39060>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

SILVEIRA, L. de F.; NOGUEIRA, S. M.; MATOS, J. da C. Semântica em livros didáticos lusófonos: Brasil e Timor-Leste. **VERBUM**. v. 11, n. 1, p.53-73, mai. 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/download/57695/41779>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

SOARES, T. B. Semântica: História, bases epistemológicas e vertentes. In: **Percurso Linguístico**: Conceitos, críticas e apontamentos. São Paulo: Pontes Editores, 2018. p. 57-69.

SOARES, T. B. **Concisa apresentação da linguística**: um panorama da gramática comparada à pragmática. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

SOARES, T. B. Lectura y escritura: el género textual en las prácticas del lenguaje. **Democratizar**, v. XVI, n. 1, jan./jun. 2023. Disponível em: <http://faeterj-petropolis.hospedagemdesites.ws/democratizar/index.php/dmc/issue/view/issue/38/244>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

SOUZA, J. W. A. de; FERRAZ, M. M. T. Semântica e ensino de língua portuguesa: uma proposta de análise dos documentos direcionadores nacionais. In: **Anais do SILEL**. 2013, Uberlândia. Semântica e ensino de língua portuguesa: uma proposta de análise dos documentos direcionadores nacionais. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_682.pdf. Acesso em: 26 de jun. 2023.

SOUZA, J. W. A. de. **Por uma semântica didática**: estudos semânticos voltados ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. 196 p. Tese de doutorado. Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa- Paraíba, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9217?locale=pt_BR. Acesso em: 26 de jun. 2023.

TEIXEIRA, A. P. **A semântica de Frames na análise do discurso docente**: indicadores de sucesso das práticas de ensino de língua portuguesa. 161 p. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Linguística. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1342>. Acesso em: 26 de jun. 2023.

CAPÍTULO 4

DESAFIOS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: UM OLHAR SOBRE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Luciano Neves Silva

Profa. Dra. Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

RESUMO

No cenário contemporâneo, a imersão generalizada na era digital coloca a sociedade diante de complexos desafios éticos, especialmente relacionados ao avanço da Inteligência Artificial. A crescente mineração de dados por empresas e a utilização dessas informações para diversos fins, incluindo segregação de minorias, representam uma ameaça aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana. Como a Inteligência Artificial impacta os direitos fundamentais, em particular a vida privada e a intimidade, à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana? Este artigo busca compreender os conceitos subjacentes aos algoritmos e à Inteligência Artificial, identificando de que maneira essas tecnologias afetam a privacidade e a intimidade, direitos fundamentais positivados no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988. A pesquisa será conduzida por meio de uma revisão abrangente de conceitos fundamentais sobre algoritmos, Inteligência Artificial e sua interação com os direitos digitais. A análise incluirá a legislação brasileira vigente para a proteção de dados, com ênfase na Emenda Constitucional 115/22, e a exploração de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional relacionados à regulamentação da Inteligência Artificial. Espera-se que os resultados desta pesquisa ofereçam uma visão aprofundada sobre as implicações éticas da Inteligência Artificial, especialmente no que diz respeito à mitigação dos direitos fundamentais à privacidade e à intimidade. Ademais, a análise da legislação e dos projetos de lei contribuirá para o entendimento do panorama regulatório e para a proposição de medidas que promovam a harmonia entre avanços tecnológicos e a proteção da dignidade humana.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Direito Digital. Proteção de dados. Inteligência Artificial. Privacidade.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com dimensões continentais, sua população estima-se hoje em 212,6 milhões de habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com uma enorme diversidade cultural devido a sua extensão territorial e a sua colonização, os hábitos e o acesso à cultura, ao lazer, e ao estudo são diversos e díspares.

Entretanto, comum a todos é o uso da rede mundial de computadores a “internet”, um fenômeno mundial, seja para o trabalho, estudo e ou lazer. Segundo o Comitê Gestor da Internet Brasil, em 2020, um estudo cita que 152 milhões de usuários estão conectados de alguma forma à rede.

Segundo Mulholland (2021), a cada dia os cidadãos, o governo e as empresas estão mais conectadas à internet. Esse fator é preponderante para o Direito, uma vez que este tutela a vida que é um direito fundamental indisponível. Assim, é imperioso que haja o mesmo tratamento para os dados digitais da população. Ademais, se há direitos e garantias para a propriedade, para o nome e entre tantos outros na vida física, por que não na chamada vida digital?

A sociedade contemporânea encontra-se refém do poderio da Tecnologia da Informação (TI), esta que se desenvolve a passos largos, e, similar a produto ou serviço desenvolvido pelo homem, esta evolução apresenta vantagens e desvantagens. Neste viés, a Inteligência Artificial (IA) está sendo desenvolvida para automatizar processos, oferecer soluções mais rápidas para problemas complexos, simplificar a vida humana. Entretanto, estaria a IA promovendo violações a dignidade da pessoa humana?

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é conhecida como uma constituição cidadã, uma vez que a referida Carta Magna possui insculpido em seu bojo, um rol de direitos individuais, o qual corrobora com a efetivação da dignidade da pessoa humana. Contudo, a livre iniciativa, também, vigora como um dos fundamentos do referido texto constitucional. A regulação do uso da IA seria um obstáculo para este fundamento mandamental, uma vez que esta ferramenta é importante para o desenvolvimento econômico? Sobral de Souza destaca a necessidade do equilíbrio entre estes dois fundamentos presentes no texto constitucional:

Com a atenção direcionada ao Estado brasileiro, o viés ideológico da Constituição da Republicana de 1988 manifesta-se através de um texto de conteúdo programático, futurista, que ratifica a dignidade da pessoa humana como condutor da atuação estatal, de elaboração legislativa e hermenêutica, sem, diante de tais fatores, abandonar o sistema capitalista na concretude dos direitos de propriedade e da livre iniciativa (princípio fundamental do liberalismo) e, inserindo, para a efetivação do desenvolvimento econômico, um rol de direitos sociais e individuais. (Sobral de Souza, 2018, p.15).

Não obstante as normas infraconstitucionais, a EC 115/22 inova ao trazer para a CF/88, a proteção aos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, aos brasileiros, tornando-a um direito e garantia fundamental: LXXIX - é assegurado, nos termos da lei, o

direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Brasil, 1988, Art. 5º, LXXIX).

Nesse viés, é salutar a importância deste direito positivado na CF/88, uma vez que se nota uma série de violações aos direitos e garantias fundamentais esculpidos na Carta Magna de 1988. Como, por exemplo, a inviolabilidade da vida privada (art. 5º, X), o direito à intimidade (art. 5º, V), o sigilo de correspondência e de comunicações (art. 5º, XII), entre outros. Não obstante as violações aos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana (art.1º, III, CF/88) um dos objetivos da referida constituição também se encontra mitigado na medida em que não se controla os abusos praticados no ambiente digital.

Nesse ínterim, para reduzir o uso inadequado das soluções tecnológicas, em especial a IA, que podem tender a violar os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, diversas leis estão sendo criadas para orientar e disciplinar o uso da IA, bem como impor sanções aos infratores.

Assim, este artigo visa compreender alguns conceitos de IA e como ela está ou pode estar infringindo a dignidade da pessoa humana, como a intimidade e a vida privada, direitos estes que estão positivados no ordenamento jurídico brasileiro. Ademais, aqui se apresenta ao leitor a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e dois projetos de lei que visam regulamentar o uso da IA no país.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inteligência Artificial (IA)

A priori é necessário conceituar o que é inteligência artificial (IA). Porém, torna-se relevante entender o que é inteligência e artificial. Sabe-se que inteligência é a capacidade mental dos humanos para resolver problemas complexos. Já o conceito de artificial remete-se ao criado pelo homem, ou seja, não natural.

Não há uma definição única acerca da expressão inteligência artificial. Entretanto, é possível visualizar semelhanças entre as diversas definições. Para Coppin (2015, p.5) a inteligência artificial é “o estudo dos sistemas que agem de um modo que a um observador qualquer pareceria ser inteligente.” Ademais, Coppin (2015, p.6) complementa a sua própria definição com “Inteligência Artificial envolve utilizar métodos baseados no comportamento inteligente de humanos e outros animais para solucionar problemas complexos.”

De acordo com Luger (2013, p.1) “a Inteligência Artificial (IA) pode ser definida como o ramo da ciência da computação que se ocupa da automação do comportamento inteligente”. Assim, tem-se que a IA está ligada a algo criado pelo homem, ou seja, um robô construído e treinado pelo ser humano, algoritmos desenvolvidos pela habilidade natural humana para responder a problemas complexos de forma mais rápida que o homem. Para tanto, ela deverá ser alimentada com informações, utilizando-se a técnica do aprendizado de máquina.

Não obstante as definições apresentadas pelos autores, no Brasil tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 21, de 2020 (Brasil, 2020) do deputado federal Pedro Bismark (PDT/CE) que define a inteligência artificial como um sistema baseado em processo computacional que pode, para um determinado conjunto de objetivos definidos pelo homem, fazer previsões e recomendações ou tomar decisões que influenciam ambientes reais ou virtuais.

Aprendizado de máquina

O aprendizado de máquina, de acordo com (Faceli et. al., 2011) é o processo de busca de uma hipótese a partir de informações passadas. O aprendizado máquina é uma área da IA responsável pelos algoritmos que aprendem com as informações armazenadas em um banco de dados. Estes algoritmos são treinados para reconhecer e processar os dados resultando em informações. Esse aprendizado é realizado por tentativa de erros e acertos até que a máquina/robô esteja treinada para gerar as informações em consonância para o objetivo de que fora desenvolvida. Como vantagem, pode-se citar a capacidade de processamento de um grande volume de dados de forma célere e com resultados mais precisos. Uma das desvantagens reside no fato de que algoritmos possam estar sendo programados para responder dados enviesados e discriminatórios, violando as garantias fundamentais do indivíduo.

No aprendizado máquina, computadores são programados para aprender através do treino. Para isso, devem obter deduções genéricas a partir de um conjunto de exemplos (Faceli et al., 2011). Por conseguinte, os algoritmos de aprendizado de máquina são treinados para induzir uma função ou hipótese capaz de resolver um problema a partir de dados que representam instâncias do problema a ser resolvido. Esses dados formam um conjunto de uma data set, nome que é dado na ciência da computação.

Para Lee (2022), tão importante quanto conhecer a definição de aprendizado máquina é saber e compreender o aprendizado profundo, este que é considerado por ele o maior avanço dentro da IA e está presente nas maiorias das aplicações de IA. Em seu livro, ele cita o quão interessante é o aprendizado profundo e como ele já se faz presente no dia a dia:

O aprendizado profundo alimentou muita empolgação com a IA em 2016 quando permitiu a impressionante vitória do AlphaGo sobre um competidor humano em uma partida de Go, o jogo de tabuleiro intelectual mais popular da Ásia. Depois dessa virada que gerou manchetes, o aprendizado profundo se tornou proeminente na maior parte das aplicações comerciais de IA (Lee, 2022, p. 43).

Algoritmos

Os algoritmos desempenham um papel essencial na inteligência artificial (IA). Eles são a espinha dorsal da IA, pois são usados para criar os processos lógicos e as instruções necessárias para que os sistemas de IA funcionem. De acordo com a literatura, em regra os algoritmos são um conjunto finito de instruções que seguidas, realizam uma tarefa específica e servem para várias finalidades, tais como modelos de previsão, classificação, especializações. Os algoritmos e a IA estão interligados e as principais subáreas podem ser classificadas como Aprendizado de Máquina, Processamento de Linguagem Natural (PLN), Recomendação Personalizada, Otimização e Tomada de Decisão e Redes Neurais Artificiais.

O aprendizado de máquina é uma subárea da IA que se concentra em desenvolver algoritmos que permitem aos sistemas aprenderem com dados e melhorarem seu desempenho ao longo do tempo. Algoritmos de aprendizado de máquina, como redes neurais, árvores de decisão e algoritmos de agrupamento, são usados para treinar modelos de IA em uma variedade de tarefas, como classificação de dados, reconhecimento de voz e detecção de padrões.

Já o Processamento de Linguagem Natural (PLN) são algoritmos usados para entender e processar a linguagem humana. Isso permite que os sistemas de IA compreendam o texto escrito ou falado, traduzam idiomas, gerem resumos de texto e até mesmo mantenham conversas humanas.

A Recomendação Personalizada são algoritmos usados em sistemas de IA para sugerir produtos, conteúdo ou serviços com base no comportamento do usuário e em padrões de preferência. Isso é comum em plataformas de streaming de música, vídeo e comércio eletrônico.

Principalmente utilizado na área de negócios a Otimização e Tomada de Decisão são algoritmos usados para resolver problemas complexos de tomada de decisão, como roteamento de logística, planejamento de produção e alocação de recursos.

Para o aprendizado profundo as Redes Neurais Artificiais são algoritmos inspirados no funcionamento do cérebro humano e são amplamente utilizadas em tarefas de aprendizado profundo. Elas são essenciais para o reconhecimento de padrões em grandes conjuntos de dados.

Portanto, os algoritmos são os componentes-chave que permitem que os sistemas de inteligência artificial realizem tarefas complexas e simulem a inteligência humana em diversas áreas. Eles são a base sobre a qual a IA é construída, tornando possível o desenvolvimento de sistemas autônomos e capazes de realizar uma ampla gama de tarefas de forma inteligente.

O princípio da dignidade da pessoa humana

A dignidade da pessoa humana é um conceito fundamental no campo dos direitos humanos e no direito constitucional. Refere-se ao valor intrínseco e inalienável de cada ser humano, independentemente de sua origem, raça, sexo, religião, status social, condição econômica, ou qualquer outra característica. A dignidade da pessoa humana reconhece que cada indivíduo merece respeito, consideração e proteção de sua integridade e direitos.

O jurista Ingo Wolfgang abordou a questão da dignidade da pessoa humana, definindo-a como:

A qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos. (Sarlet, 2001, p. 60).

Essa definição enfatiza que a dignidade da pessoa humana não é apenas uma noção abstrata, mas um princípio que implica uma série de direitos e deveres fundamentais que visam garantir a dignidade de cada indivíduo, protegendo-o contra tratamentos degradantes e assegurando condições mínimas para uma vida digna. Essa ideia tem influência direta na interpretação de muitos aspectos do direito constitucional e dos direitos humanos no Brasil.

A dignidade da pessoa humana é um princípio amplamente reconhecido em documentos internacionais de direitos humanos e muitas constituições ao redor do mundo.

Ela serve como alicerce para garantir a proteção e promoção dos direitos humanos, além de ser um guia para a criação de leis, políticas públicas e práticas que respeitem a humanidade e a individualidade de cada pessoa. Em resumo, a dignidade da pessoa humana é um princípio fundamental que destaca o valor intrínseco de cada ser humano e a importância de respeitar e proteger esse valor.

Decorrente da dignidade humana, o direito à privacidade é um princípio fundamental que protege a liberdade e a autonomia das pessoas em relação às suas informações pessoais e atividades. Segundo Marques (2010), o direito à intimidade está consubstanciado na preservação do conhecimento alheio acerca da vida íntima de cada pessoa.

Embora as leis e interpretações variem de país para país, e a compreensão da privacidade tenha evoluído ao longo do tempo, esse direito desempenha um papel crítico na sociedade moderna. No Brasil, este direito está assegurado na CF/88, art. 5º, inc. X, "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (Brasil, 1988). Por seu turno, nos termos do art. 186 do Código Civil, "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito." (Brasil, 2002)

Por conseguinte, o direito à privacidade deve ser equilibrado com outros interesses legítimos, como a segurança nacional e a aplicação da lei. Portanto, a extensão e os limites do direito à privacidade podem variar de acordo com o contexto e as leis de cada país. No entanto, é um princípio fundamental para proteger os direitos individuais e a liberdade em uma sociedade democrática. Desta forma, torna-se importante entender alguns pontos-chaves acerca do direito à privacidade e a intimidade, que estão intrinsecamente interligados.

O primeiro é a intimidade pessoal, esse aspecto envolve o controle das informações pessoais de uma pessoa, incluindo seus pensamentos, sentimentos, hábitos, comunicações, identidade, dados biométricos, e outras informações relacionadas a sua vida privada.

O segundo são os dados pessoais, que com o avanço da tecnologia, a proteção da privacidade também se estende a estes, como informações médicas, financeiras e de localização. Leis como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia e leis de privacidade dos Estados Unidos visam proteger a privacidade dos indivíduos em relação aos seus dados pessoais. No Brasil, está em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), com a mesma finalidade das demais leis estrangeiras.

Por último o direito à privacidade na era digital torna-se importante, uma vez que a rápida proliferação da tecnologia e da internet levanta questões complexas sobre a

privacidade, como rastreamento online, publicidade direcionada e proteção de dados em plataformas digitais. Muitos países estão promulgando leis e regulamentações para abordar essas questões.

Isso posto, observa-se o risco de violação aos direitos à privacidade e à intimidade, estes que já estão positivados no ordenamento jurídico brasileiro, pela IA. Para Lee (2022), com o aprendizado de máquina profundo, a máquina poderá oferecer produtos e serviços, recomendar notícias e até mesmo amigos e parceiros românticos de acordo com o hábito de pesquisa, clicks e acessos que o usuário faz quando estiver conectado com uma conta digital. Esta que por sua vez, possui os dados sensíveis do usuário, como nome, idade, localização entre tantos outros.

Ao violar a privacidade e a intimidade sugerindo ações, produtos e serviços aos usuários, a IA estaria gerando bolhas ou nichos na sociedade? De acordo com Kai-Fu Lee e Chen Quiufan:

Uma segunda desvantagem potencial é em relação a justiça e preconceito. A IA baseia sua decisão puramente nos dados e na otimização do resultado, e isso com frequência pode ser mais justo de que decisões tomadas por pessoas, que podem ser influenciadas indevidamente por vários preconceitos. Mas há outros motivos para a IA também ser enviesadas. Por exemplo, os dados usados para treinar a IA podem ser insuficientes e não representar adequadamente demografias raciais ou de gênero. O departamento de contratação de uma empresa pode descobrir que os algoritmos da sua IA são preconceituosos com mulheres porque os dados de treinamento não incluíram mulheres suficientes. Ou os dados podem ser enviesados porque foram coletados em uma sociedade enviesada. (Lee, 2022, p. 53).

Não obstante, Lee (2022) observa que a IA é capaz até mesmo de inferir orientação sexual com alta precisão com base nas expressões faciais, surgindo com isso outra violação à vida íntima, e não somente a esta, mas como também gerando discriminação e preconceitos. Logo, temos mais uma violação à CF/88, uma vez que ela visa garantir com um dos objetivos do país, no art. 3º, IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nesse viés, outra ameaça a ser produzida pela IA são os *deepfakes*, vídeos e imagens criados pela Visão Computacional (VC). Neste ponto, temos a ameaça à honra e imagem. A disseminação de *deepfakes* e conteúdo manipulado levantam questões cruciais sobre a integridade da informação e os impactos na honra e imagem dos cidadãos. Conforme destacado por Lee (2018), um exemplo emblemático ocorreu em 2018, quando circulou um vídeo *deepfake* retratando o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, proferindo comentários pejorativos sobre o então presidente Trump. Apesar de voz e

aparência convincentes, o vídeo foi uma produção artificial, evidenciando o potencial nocivo dessas tecnologias.

Esse episódio não é uma ocorrência isolada, pois diversos vídeos aparentemente autênticos têm circulado nas redes sociais, comprometendo a reputação de indivíduos públicos e anônimos. O rápido avanço das tecnologias de aprendizado profundo e visão computacional promete criar vídeos ainda mais realistas, aumentando a dificuldade de distinguir a autenticidade das mídias compartilhadas. Assim, ressalta-se a urgência de abordagens éticas e regulatórias para mitigar os danos causados por conteúdos manipulados.

MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo aborda a relação entre Inteligência Artificial (IA) e a dignidade da pessoa humana no contexto brasileiro, considerando a diversidade do país e o amplo acesso à internet. Destaca os desafios éticos, sociais e legais da IA, ressaltando a necessidade de equilíbrio entre livre iniciativa e proteção de direitos individuais, especialmente no ambiente digital. Cita a Constituição Federal de 1988, com ênfase na Emenda Constitucional 115/22, que regulamenta a proteção de dados pessoais. Aponta para a importância de controlar abusos no cenário digital em prol dos direitos fundamentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A legislação brasileira busca a proteção dos direitos fundamentais por meio de uma série de dispositivos legais e mecanismos que garantem a defesa e promoção desses direitos. Os direitos fundamentais são aqueles direitos básicos e essenciais que são inerentes à dignidade da pessoa humana e que devem ser respeitados e protegidos pelo Estado.

A Constituição Federal de 1988 é a principal fonte de proteção dos direitos fundamentais no Brasil. Ela prevê mecanismos para garantir o cumprimento desses direitos, como o acesso à justiça e a defesa dos direitos em casos de violação. Recentemente, como especificado na introdução deste artigo, a EC 115/2022 tornou a proteção de dados, inclusive no ambiente digital, um direito fundamental para os brasileiros.

Especificamente para o ambiente digital, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) regula o tratamento de dados pessoais no Brasil, visando proteger a privacidade e a autonomia dos cidadãos no ambiente digital.

Do Marco Civil da Internet até a LGPD

O texto constitucional elenca uma série de direitos e deveres aos brasileiros. Entre os primeiros constam o direito a personalidade, honra, imagem e intimidade, esses os quais são direitos fundamentais expressos no (art. 5º,CF/88). Esses, de certa forma, estavam maculados na internet, já que esse ambiente virtual, para muitos, era considerado uma terra sem lei.

Em 2012, o Direito Penal é alterado com a lei 12.737/2012, também conhecida como lei Carolina Dieckmann (Reina, 2022). O nome da lei advém de um crime cibernético relacionado com a atriz que teve o seu smartphone violado e assim, foram capturadas dezenas de fotos pessoais e íntimas da vítima. Ora, percebe-se que, no mínimo, há uma década os direitos de privacidade, intimidade, imagem e honra dos brasileiros são infringidos. A revista jurídica eletrônica, Consultor Jurídico, publicou diversas opiniões de juristas acerca desta lei. De acordo com a advogada Elaine Keller, especialista em Direito Digital, a lei inaugura um arcabouço jurídico para possibilitar a segurança necessária para a transformação social que o Brasil vive. Ela conclui dizendo que “os avanços cibernéticos serão sempre a engrenagem para o surgimento das novas regulamentações”.

Nesse viés, com o decorrer dos anos e acesso crescente da população às novas ferramentas digitais, o legislador brasileiro sentiu-se instado a regular e normatizar o que parecia ser distante e incontrolável para muitos. Assim, em 23 de abril de 2014 foi promulgada a lei 12.965, mais conhecida como o Marco Civil da Internet.

Essa lei foi discutida com a sociedade antes de sua promulgação. Assim, ela foi considerada, à época, ampla e desta forma estabeleceu os princípios gerais, garantias, direitos e deveres para o uso da internet em solo brasileiro. O fundamento da lei está no respeito à liberdade de expressão e um dos princípios basilares é a proteção da privacidade e a proteção dos dados pessoais, na forma da lei.

Destarte, o Brasil ganha mais um amparo jurídico para coibir o anonimato, os ataques hackers, a comercialização de dados, os sequestros de informações, entre tantos outros crimes cibernéticos. Ora, se a premissa era regulamentar, de certo que a promoção do

acesso a toda população também estava presente na lei, criando direitos e obrigações para aqueles que usavam a internet para atividades pessoais e ou profissionais.

Em âmbito mundial, a disparada dos crimes cibernéticos surge como a nova fronteira do crime a ser combatido, já que a informação é o petróleo do milênio. Diversos países criaram seus códigos próprios e o que mais se destaca até os dias atuais é a lei europeia. A Regulamentação Geral de Proteção de Dados europeia (GRPD) foi o marco para o desenvolvimento da LGPD no Brasil, de certo que esta é considerada pela doutrina como uma lei mais branda, porém, não menos eficaz. O regulamento europeu introduziu o conceito de que o titular dos dados pessoais é quem deve ter o controle dos mesmos. Isso levou a milhares de empresas a repensarem a forma como acessam e manipulam os dados para transformá-los em informações competitivas para as empresas, principalmente, as corporações de buscas em sites, as desenvolvedoras de aplicativos e as prestadoras de serviços de marketing digital.

Desse modo, em 14 de agosto de 2018 é publicada a LGPD, o legislador estabeleceu a vigência para 18 meses após a publicação, porém, prorrogada com a pandemia do Covid-19 surge nova prorrogação do prazo para entrada da vigência, sendo o início em 3 de maio de 2021. Esse prazo corroborou para que as empresas se informassem acerca da lei e desenvolvessem os planejamentos necessários para enfrentar a nova normatização.

Para Pinheiro (2018), a escassez de profissionais, o incipiente conteúdo e a necessidade de disseminação das melhores práticas à implantação produzem um ambiente profícuo para multas. Bem como para novas possibilidades de negócios. No entanto, não foi bem assim que ocorreu, não somente pela pandemia mundial que afetou a todos, mas pela desinformação e os altos custos de implantação da referida norma.

Os projetos de lei para regular a IA no Brasil

Atualmente, no Brasil, há alguns projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que visam regulamentar o uso da IA no país. Um deles O primeiro é o Projeto de Lei número 21, de 2020 do deputado federal Pedro Bismark (PDT/CE) que estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências. Este projeto implicará na vida de todos os cidadãos brasileiros, uma vez que se aplica ao poder público, a empresas, entidades diversas e pessoas físicas.

De acordo com a Agência Senado, em matéria publicada em 01/12/2022:

A jurista Laura Schertel Ferreira Mendes, apresentou as linhas gerais do texto final, que traz princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil. Segundo ela, que é professora adjunta de Direito Civil da Universidade de Brasília (UnB), o texto aprovado é baseado em três pilares centrais que são a garantia dos direitos das pessoas afetadas pelo sistema, o segundo gradação do nível de riscos, e, por último, a garantia dos direitos das pessoas afetadas pelo sistema (Brasil, 2022, S/N).

O texto aprovado citado na reportagem acima é o resultado da análise de três projetos de lei PL 5.051/2019, PL 21/2020 e PL 872/2021, para a comissão que elaborou o texto final, o intuito sempre foi a garantia dos direitos fundamentais.

Nesse viés, de acordo com a Agência Senado, em maio de 2023, o texto foi apresentado ao Senado Federal pelo Presidente da Casa, o senador Rodrigo Pacheco, como o PL 2.338/2023. O projeto final cria regras para o uso e o funcionamento das IAs no país, bem como sanções para as violações à lei.

Ante o exposto, torna-se evidente que o sistema jurídico brasileiro está avançando na mitigação dos potenciais impactos negativos decorrentes do emprego da inteligência artificial na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decerto que a sociedade contemporânea vive uma disruptura sem precedentes para o acesso a novos meios de comunicação, de produção e até mesmo de relacionamentos. É notório que a Tecnologia da Informação se insere na vida cotidiana e avança permeando todos os espaços onde há interação humana. Entretanto, mesmo que este avanço gere benefícios para todos, a Inteligência Artificial (IA) traz em seu bojo de soluções alguns desafios para o direito, principalmente, para a dignidade da pessoa humana.

Primeiramente, torna-se salutar reconhecer que a humanidade está se beneficiando do uso da TI, diversos produtos e serviços agilizam o dia a dia das pessoas. A comunicação está maximizada, as distâncias estão encurtadas, a possibilidade de acesso à informação, a pesquisa para a cura de doenças, o acesso a serviços governamentais. Enfim, estes são apenas alguns dos benefícios que a TI e a IA proporcionam ao mundo contemporâneo.

Contudo, diversos problemas desafiadores à dignidade da pessoa humana foram acentuados, como o racismo estrutural, a segregação das minorias, os ataques anônimos nas redes sociais, o fenômeno das fake news, a diminuição dos contatos pessoais resultando no isolamento das pessoas e as bolhas sociais. Assim, pode-se afirmar que a invasão à privacidade e a intimidade são alguns dos direitos mais atacados, uma vez que os

robôs da IA conseguem manipular, minerar e compartilhar os dados pessoais de milhões de usuários.

Hodiernamente, um simples clique em um site ou alguma ação em um aplicativo, ou até mesmo uma compra em uma loja física onde se informa o CPF à emissão de um documento fiscal reverbera em informações valiosas para que empresas possam sugerir produtos e serviços, alinhar estratégias de marketing de acordo com os hábitos pessoais, tornando-os mais singulares e de forma subliminar interferindo no comportamento humano. Vê-se que, ao mesmo tempo em que a sociedade se torna mais diversa e plural, os usuários começam a viver de forma isolada, em grupos com os mesmos pensamentos, gostos e orientações. Pode-se também inferir desta situação a falsa ideia de uma conexão global com todos os grupos, uma vez que os algoritmos entregam mais do mesmo para gerar os lucros bilionários para a indústria que explora os dados de navegação.

Em que pese o direito seja dinâmico e evolua com o tempo e os fatos sociais, torna-se imperioso que as nações comecem a legislar sobre o assunto, bem como o poder judiciário intensifique as sanções aos infratores. No Brasil, a LGPD está em vigor, entretanto de acordo com pesquisas faltam profissionais capacitados para identificar as infrações e fiscalizar as empresas no uso dos dados pessoais de seus usuários. É fato que a segurança da informação se tornou um tema relevante para o Direito a fim de preservar os direitos e garantias fundamentais.

Não obstante a LGPD, as propostas legislativas sobre inteligência artificial (IA) em trâmite no Congresso Nacional brasileiro contribuem para a definição de conceitos, responsabilidades, sanções e direitos individuais, como privacidade, imagem e honra, visando sua efetiva proteção. O avanço irreversível da Tecnologia da Informação oferece inúmeros benefícios à sociedade, o desafio atual reside em transformar a IA em uma aliada para a evolução consistente da humanidade, buscando concretizar e preservar os direitos fundamentais já consagrados, em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana. Este momento singular proporciona a oportunidade de os algoritmos, devidamente criados e treinados, contribuir para a erradicação de segregações, do racismo estrutural, da misoginia e de outros males que afligem a humanidade há séculos.

Nesse cenário, infere-se que o direito terá uma função fundamental, assegurando as conquistas legais de gerações anteriores para resguardar o presente e viabilizar uma sociedade mais equitativa às gerações vindouras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. Comissão de juristas aprova texto com regras para inteligência artificial. **Agência Senado**. 01 dez. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/01/comissao-de-juristas-aprova-texto-com-regras-para-inteligencia-artificial?_gl=1*1jm7bii*_ga*MTk3NzlwMTc5OS4xNjk3NTAxNDg0*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5NzU2NzU1Mi4yLjEuMTY5NzU2NzU3Mi4wLjAuMA. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Coordenação de Edição Técnica, 2021.

BRASIL. **Inteligência artificial e direitos humanos: Uma possível dignidade da pessoa humana digital?** www.migalhas.com.br, 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-digital/352096/inteligencia-artificial-e-direitos-humanos>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. www.stj.jus.br, 2023. Disponível em: https://ead.stj.jus.br/pluginfile.php/27774/mod_resource/content/42/lgpd.html. Acesso em: 12 out. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto cria marco legal para uso de inteligência artificial no Brasil. www.camara.leg.br. Agência Câmara. 04 mar. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/641927-projeto-cria-marco-legal-para-uso-de-inteligencia-artificial-no-brasil/>. Acesso em: 01 out. 2023. COPPIN, BEN. **Inteligência Artificial**. São Paulo: LTC, 2010.

FACELLI, Katti. et al. **Inteligência Artificial: uma abordagem de aprendizado de máquina (2011)**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

LEE, Kai-Fu-. **2041: Como a inteligência artificial vai mudar sua vida nas próximas décadas**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

LUGER, George F. **Inteligência Artificial**. Tradução Daniel Vieira. Revisão Técnica Andréa Iabrudi Tavares. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de Dados Pessoais**. São Paulo: Saraiva, 2018. MULHOLLAND, Caitlin. **A LGPD e o novo marco normativo no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2020.

REINA, Eduardo. Lei Carolina Dieckmann completa 10 anos com necessidade de complementações. **CONJUR**. 27 dez. 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-dez-27/lei-carolina-dieckmann-completa-10-anos-elogio-cautela/>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SOBRAL DE SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho. **O termo de ajustamento de gestão como forma de tutela de direitos sociais: O caso do tribunal de contas do**

Estado de Sergipe. 2018. 243 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/27803/1/PATR%C3%8DCIA%20VER%C3%94NICA%20NUNES%20CARVALHO%20SOBRAL%20DE%20SOUZA.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Luciano Neves Silva

Pós graduado em Direito Digital, Proteção de Dados e Compliance Trabalhista pelo Centro Universitário Amparense – (UNIFIA). Pós Graduado em Gestão da Competitividade pela Faculdade Pitágoras. Graduado em Tecnologia em Administração de Empresas pela Universidade Norte do Paraná – (UNOPAR). Graduando em Direito pela Universidade Tiradentes – (UNIT/SE).

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza

Pós-Doutora em Novas Tecnologias e Direito pela Mediterranea International Centre for Human Rights Research dell Università Mediterranea di Reggio Calabria (Itália). Pós-Doutora em Direito e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia-UFBA. Doutora em Educação e Mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe UFS.

CAPÍTULO 5

DO ANTIGO AO NOVO: OS SEBOS LITERÁRIOS COMO *LOCUS* COMERCIAIS E CULTURAIS EDUCATIVOS – ESTUDO DE CASO JUNTO AO “SEBO ESPAÇO CULTURAL II” NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, ESTADO DO PARANÁ, BRASIL

Marcos Pereira dos Santos

Ademir Iglecias Garcia

RESUMO

Este artigo acadêmico-científico tem como objetivo principal efetuar reflexões críticas sobre os sebos literários como *locus* comerciais e culturais educativos. Visando atestar ou refutar as teorizações existentes acerca do tema em pauta, bem como ilustrar e complementar as discussões teóricas trazidas a lume, foi desenvolvido um estudo de caso junto ao “Sebo Espaço Cultural II” (Loja II), situado no perímetro central urbano do município de Ponta Grossa, região dos Campos Gerais, Estado do Paraná (PR), Brasil (BR). Redigido no contexto de uma abordagem metodológica qualitativa de pesquisa de estudo de caso e fundamentado por aportes teóricos bibliográficos selecionados com base em materiais impressos e eletrônicos, a exemplo de Bevilacqua (2009), Glass (2010), Pajeú e Sobral (2019), Santos (2022; 2023), entre outros, o *corpus* textual do presente trabalho científico encontra-se estruturado didaticamente em quatro partes distintas; a saber: 1ª) Sebo literário: algumas definições conceituais gerais; 2ª) (Breves) notas históricas sobre a origem e evolução dos alfarrábios literários no Brasil: os “Mrs. Sebos” em cena; 3ª) Funções comerciais, culturais e educativas dos sebos literários no contexto brasileiro da atualidade; e 4ª) Das teorizações à prática empírica: entrevista *on-line* com Ademir Iglecias Garcia, do “Sebo Espaço Cultural II”, no município de Ponta Grossa – Estado do Paraná (Brasil). À guisa de considerações finais, em última instância, tecemos alguns comentários gerais atinentes aos pontos basilares da temática em foco, os quais perpassam de modo transversal todas as reflexões críticas ora apresentadas.

Palavras-chave: Comercialização. Cultura educativa. Epistemologia. Literatura livresca. Sebo Espaço Cultural II.

INTRODUÇÃO

Terceiro milênio, século XXI, pós-modernidade, “novo normal”, Era da Inteligência Artificial (IA): período histórico de grandes (r)evoluções, transformações, inovações,

empreendimentos, desenvolvimentos e progressos em várias áreas do conhecimento científico e tecnológico. Trata-se de algo notável, notório e inegável.

Em decorrência disto, há alguns grupos de intelectuais entusiastas que afirmam não existir mais lugar e espaço-tempo para o “antigo”, “velho”, “arcaico”, “tradicional”, “trivial” ou “perene” na sociedade contemporânea; mas, outrossim, somente para o “novo”, “moderno”, “atual”. E isto faz sentido, ao menos em certa medida e até determinado ponto; a depender dos contextos, dos fatos, dos fenômenos, das problemáticas, das situações ou das reais circunstâncias envolvidas e a serem consideradas.

No que tange a aspectos relacionados às áreas de Educação, Arquitetura, Urbanismo e Literatura, por exemplo, parece que o “antigo” e o “novo” se convulsionam, se imbricam, se mesclam, sinergeticamente, caminhando lado a lado; cada qual ocupando o seu lugar de destaque e recebendo a valoração (ética, moral, financeira, sentimental, etc.) que lhes é devida e a que faz jus. Entretanto, este caráter axiológico está diretamente atrelado, de acordo com Rosso e Mafra (2000), à arte de compreender modismos (sociais, educacionais, culturais, etc.).

Levando-se em conta tais questões e entendendo os sebos literários, em específico, como *locus* comerciais e culturais educativos, buscamos neste artigo acadêmico-científico refletir de modo crítico sobre o tema, que é sempre aberto, deveras polêmico, relevante e atual; embora engendrado por mitos, tabus, opiniões de senso comum, estereótipos, arquétipos, facetas, celeumas, controvérsias, pontos nevrálgicos, lacunas, hiatos, representações sociais, descobertas, limitações, desafios e perspectivas.

Sem mais delongas, almejamos sinceramente que o presente trabalho científico possa contribuir para a ampliação do arcabouço teórico existente acerca do assunto e servir como fonte auxiliar de consulta para a realização de leituras, estudos (individuais ou coletivos), debates em sala de aula e pesquisas acadêmico-científicas nas áreas de Educação, Letras, Literatura, Biblioteconomia, Ciência de Dados, História, Antropologia, Sociologia, Tecnologia da Informação e Comunicação, Arquivologia, Comunicação Social, entre outras de viés similar.

SEBO LITERÁRIO: ALGUMAS DEFINIÇÕES CONCEITUAIS GERAIS

Na linguagem coloquial, “sebo” (do latim *sebum* = gordura, gorduroso) significa pessoa enjoada, convencida, antipática, sebenta, metida a sebo. Em sentido vulgar ou de

senso comum, o termo também é empregado para exprimir irritação, ira, cólera, despontamento e impaciência.

Ao consultarmos, *a priori*, alguns (mini)dicionários escolares da Língua Portuguesa de célebres autores(as) (re)conhecidos(as) em nível (inter)nacional, é possível encontrar as seguintes definições conceituais gerais alusivas ao verbete “sebo”:

Substância gorda que se extrai das vísceras abdominais de certos quadrúpedes. Estabelecimento onde se vendem livros ou discos usados. (AMORA, 2009, p.663)

Gordura da cavidade abdominal de certos animais. Produto da secreção de glândulas sebáceas. Local em que são vendidos livros e discos usados. (BRASIL, 2017, p.292)

Substância graxa e consistente, encontrada nas vísceras abdominais de alguns quadrúpedes. Produto de secreção das glândulas sebáceas, que protege a pele. Livraria onde se vendem livros usados. (FERREIRA, 2004, p.728)

Substância gordurosa fornecida pelas vísceras abdominais de certos animais, que endurece quando esfriada. Casa onde se vendem livros ou discos usados. (LUFT, 1997, p.559)

Excetuando-se as particularidades biológico-científicas inerentes (“sebo” como gordura produzida pelo corpo humano para a proteção da pele), podemos observar que todas as definições conceituais trazidas a lume se referem ao vocábulo “sebo” como um lugar (estabelecimento, local, ‘livraria’ ou ‘casa’) onde se vendem objetos usados (livros e/ou discos).

É mister salientar quão interessantes são as definições conceituais apresentadas anteriormente, visto que Ferreira (2004) faz deferência ao termo “sebo” como ‘livraria’, ao passo que Luft (1997), por sua vez, se reporta à mesma palavra como ‘casa’.

Em nosso entendimento, parece soar um tanto quanto estranho definir conceitualmente a palavra “sebo” como ‘casa’ ou ‘livraria’, no sentido literal de cada termo, embora este último possua, de acordo com Silva (2009, p.119), o seguinte significado:

Livraria (física ou virtual) é um tipo de loja que vende livros e outros itens relacionados com a leitura, como jornais e revistas. As faculdades e universidades costumam ter as suas próprias livrarias destinadas aos estudantes em seu *campi*, as quais normalmente especializam-se em livros e textos relacionados com os respectivos cursos, apesar de algumas livrarias universitárias pertencerem a grandes cadeias livreiras. As maiores livrarias podem ter mais de 200 mil títulos e as livrarias *on-line* podem oferecer, em alguns casos, por volta de já uns 8 milhões de títulos. [...] As grandes livrarias *on-line* também oferecem livros usados. Os indivíduos que desejem vender os seus livros usados através deste meio têm de concordar com os termos exigidos pelas livrarias, designadamente pagando à livraria *on-line* uma comissão predeterminada assim que o livro for vendido.

Ao invés de ‘casa’ ou ‘livraria’, talvez seja mais prudente se referir ao “sebo” como estabelecimento (AMORA, 2009), local (BRASIL, 2017), lugar, localidade ou espaço comercial – físico ou eletrônico (*e-commerce*) – onde ocorrem, inclusive, os processos de compra, venda, troca e consignação de diferentes artigos/produtos (impressos, digitais, novos, seminovos ou usados) de leitura, tais como: livros (didáticos, paradidáticos, acadêmicos, científicos, de bolso, de literatura, de resumo, em espiral, em brochura, etc.), livretos, opúsculos, cartilhas, apostilas (escolares e de concursos públicos), (mini)manuais compactos, guias, gibis (ou revistas em quadrinhos), almanaques, anuários estatísticos, revistas, jornais, enciclopédias, (mini)dicionários escolares, coleções, coletâneas, antologias literárias, bíblias, cadernos temáticos, álbuns, compêndios, entre outros.

Atualmente, no Brasil, há também em muitos sebos literários alguns outros objetos/materiais para comercialização, a exemplo de discos de vinil, fitas cassete, LPs, CD-ROMs, DVDs, VHS, mapas e atlas geográficos, globo terrestre, objetos em miniatura, chaveiros, brinquedos infantis, cartazes, *banners*, cartões de papel, jogos didático-educativos, *pendrives*, pequenas estatuetas, coleções de figurinhas, adesivos, etc.

Portanto, afirmar que os sebos literários são locais onde (apenas) são vendidos livros em geral e/ou discos, ambos usados (AMORA, 2009; BRASIL, 2017; FERREIRA, 2004; LUFT, 1997), incorre-se em uma argumentação falaciosa nos dias atuais; haja vista que além de efetuar troca e consignação, tem-se que, no contexto do comércio livreiro contemporâneo,

[...] o “sebo” ou “alfarrabista” também compra e vende livros (usados ou não), quase sempre por preços muito mais baratos que os novos. Contudo, livros raros, especialmente algumas primeiras edições, podem ser muito mais caros. Os colecionadores de livros, em especial, também tendem a frequentar sebos com muita frequência. (CARVALHO, 1989, p.72)

(BREVES) NOTAS HISTÓRICAS SOBRE A ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS ALFARRÁBIOS LITERÁRIOS NO BRASIL: OS “MRS. SEBOS” EM CENA

Segundo Carvalho (1989), os sebos literários são também conhecidos popularmente como alfarrábios literários.

Mas, como se define conceitualmente, em termos lexicográficos e filológicos, o verbete “alfarrábio”? Os termos “alfarrábio” e “sebo” são sinônimos?

Em linhas gerais, alfarrábio diz respeito a:

manuscrito, calhamaço, cartapácio, livro. Trata-se de livro antigo ou velho, de pouca ou nenhuma importância; livro velho, ou há muito editado, e que tem valor por ser antigo, por sua antiguidade. Pode ainda ser definido como livro antigo e geralmente de grandes dimensões; livro de pouco valor ou utilidade. Sua origem etimológica vem do árabe *Al-Farabi*, antropônimo [filósofo árabe que viveu nos séculos IX-X]. (DICIONÁRIO PRIBERAM ON-LINE DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2023, s.p.)

Logo, o termo “alfarrabista” pode ser trazido como vendedor de alfarrábios, *belchior*, de acordo com o que explicitam Ferreira (2004) e Luft (1997).

Conforme vimos abordado no tópico anterior, existem diversas teorias sobre a gênese da palavra “sebo” e da expressão “sebo literário”. As mais citadas são: a teoria do sebo da vela, a teoria do livreiro pernambucano e a teoria do sebo das pessoas e o livreiro recifense (BEVILACQUA, 2009; GLASS, 2010). Dentre elas, a mais aceita, na atualidade, é que o termo “sebo” provém do fato de que os livros usados acabam ficando “ensebados” ou “sebentos”, isto é, “engordurados”, pelo excesso de manuseio, de estado de constante/contínuo uso manual.

Em outras palavras, isto significa dizer que o vocábulo “sebo” teria surgido como uma metonímia alegórica (ou brincadeira) a partir da ideia de que livros muito manuseados por mãos humanas ficam cheios de gordura, sebosos, sujos, encardidos, empoeirados; ou seja, ausentes de pureza, higiene e higienização.

Pesquisas científicas desenvolvidas por Glass (2010, p.1) revelam que:

Os sebos surgiram no século XVI, na Europa, quando os mercadores começaram a vender a pesquisadores papiros e documentos importantes da época. [...] Esses mascates eram chamados de alfarrabistas (alfarrábio significa livro velho e raro), nome que os acompanha até hoje em países como a França e a Bélgica, onde essa atividade é considerada essencial para historiadores e pesquisadores em geral. O nome *sebo* vem do tempo em que não havia energia elétrica e as pessoas liam à luz de velas amareletas, sujando e engordurando os livros. O contato com as velas deixava o livro todo engordurado, ensebado, sebento; termos estes que deram origem a *sebo*. Os primeiros sebos, no Brasil, foram montados por intelectuais no Rio de Janeiro (RJ), no final do século XIX, e logo se espalharam pelo território nacional.

Outrossim, há quem considere *sebo* como sinônimo de *alfarrábio*, ou seja, loja de livros usados e antigos, ‘idosos’ (CARVALHO, 1989; FERREIRA, 2004; LUFT, 1997). Trata-se, pois, de um brasileirismo que surgiu informalmente, a princípio como gíria, cuja sua origem tudo o que há são ‘especulações’. Entretanto, não se deve confundir o significado da palavra “sebo” (escrita com a letra s) com o vocábulo “cebo” (redigido com a letra c), que é uma espécie de macaco, mais conhecido como mico.

Assim sendo, tem-se, então, que “sebo literário” ou “alfarrábio literário” consiste em a expressão popular, tradicional, trivial, atribuída aos lugares onde, em geral, comumente se compram, vendem e trocam livros (antigos/velhos, seminovos, novos ou usados).

Desde a sua origem e ao longo de cada década histórica, ao menos no contexto brasileiro, os sebos literários em geral (físicos e virtuais) – de pequeno, médio e grande porte – foram evoluindo, progredindo, inovando, empreendendo, se desenvolvendo, se aperfeiçoamento, se transformando e se modernizando cada vez mais; dadas as exigências da indústria cultural, os interesses do mercado editorial, as reais demandas da sociedade de classes antagônicas e o advento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs). Dizemos isto, porque os sebos literários, nos dias atuais, comercializam não apenas livros e demais produtos derivados, mas também muitos outros objetos de leitura e demais utensílios relacionados à “cultura do papel”, ao meio editorial e aos materiais escolares.

Durante os anos de 1990 muitas livrarias físicas, tanto de grandes cadeias editoriais quanto independentes, começaram a incluir Cafés em suas lojas, relançando a tradição vienense do século XVIII, associada à República das Letras. Hoje, é raro ver uma livraria de médio ou grande porte sem ter um Café em seu interior ou muito próximo a ela. Além disto, grandes redes de livrarias, assim como alguns sebos literários, assumiram um lado semelhante ao de “biblioteca pública” quando incorporaram ao planejamento do espaço da loja física cadeiras confortáveis, sofás e/ou *puffs*. Convenientemente espalhados pela loja, esses espaços de leitura encorajam os(as) clientes a sentar e ler o quanto quiserem, sem serem pressionados(as) a comprar nada. (PAJEÚ; SOBRAL, 2019)

Face a tais mudanças (im)postas, direta ou indiretamente, pelo mundo pós-moderno, vale destacar que informações científicas divulgadas pela *Newsletter* UNILEÃO, do Portal UNILEÃO (2023), atestaram que, do início do ano de 2020 até meados do ano de 2022, especificamente durante a pandemia decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), que desencadeou os períodos de isolamento social (quarentena) e afastamento/distanciamento social (devido à determinação de medidas restritivas e de prevenção sanitárias), muitas pessoas procuraram os sebos literários – seja de forma presencial/física, seja de modo virtual/remoto – para ‘preencher o vazio’ que a falta do convívio social deixava em suas vidas; o que, em certa medida, contribuiu de maneira positiva para a saúde mental dos sujeitos sociais e, em consequência, para o aumento significativo das vendas (notadamente virtuais!) de livros e outros produtos/objetos em tais estabelecimentos comerciais.

FUNÇÕES COMERCIAIS, CULTURAIS E EDUCATIVAS DOS SEBOS LITERÁRIOS NO CONTEXTO BRASILEIRO DA ATUALIDADE

Sebos literários: Para quê? Para quem?

Para além do caráter comercial inerente (compra, venda, troca e consignação de livros antigos, raros, usados, seminovos e novos), os sebos literários também se configuram como autênticos espaços ou *locus* de leitura, de lazer, de silêncio, de entretenimento, de memórias, de identidades múltiplas, de histórias de vida, de experiências vividas, de informações, de experimentações, de “vozes” ou “lugares de fala”, de linguagens, de cultura no plural (multiculturalismo) e de vastos conhecimentos e saberes (acadêmicos/eruditos/intelectuais e científicos); em essência e por excelência. (SANTOS, 2022)

Associadas às transações comerciais-financeiras peculiares, os sebos literários também se configuram como ricos espaços culturais, pois possuem um vasto acervo de obras científicas de diferentes estilos/gêneros textuais literários (conto, crônica, romance, novela, ficção científica, poema, poesia, prosa, teatro, etc.), livros didáticos, livros paradidáticos, apostilas escolares e de concursos públicos, enciclopédias, gibis, revistas, jornais, (mini)dicionários, antologias literárias, coletâneas, coleções, entre inúmeros outros materiais de leitura; contribuindo assim para a socialização/democratização dos conhecimentos acadêmico-científicos a todas as pessoas, independentemente de gênero sexual, credo religioso, raça, etnia, profissão, nível de instrução escolar, *status* social ou classe social.

Schmidt (2001) assevera que esta gama de materiais de leitura agrega, em si, culturas (erudita, popular, de massa ou indústria cultural, etc.), subculturas, contraculturas, culturas de grupo e hibridismos culturais, favorecendo a enculturação ou endoculturação, bem como a aculturação ou transculturação; o que permite lutar de forma militante contra o processo de deculturação.

Diz-se isto, porque, segundo a autora supra aludida, devemos considerar o seguinte:

A principal função da cultura é satisfazer necessidades humanas. [...] Por um lado, o homem cria cultura, e esta, por sua vez, é criadora do homem porque condiciona sua vida em sociedade. [...] Portanto, a segunda função da cultura é limitar e regular a satisfação das necessidades humanas [...]. A cultura apresenta ainda uma terceira função, a partir do momento em que ela cria necessidades para o homem. [...] Enfim, cultura é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. (SCHMIDT, 2001, p.31-32)

Juntamente com o cunho cultural, os sebos literários possuem ainda vieses informativos e educativos, uma vez que despertam aspirações, motivações, interesses, curiosidades e, principalmente, amor à literatura e gosto pela leitura, possibilitando o diálogo entre autor(a)-leitor(a), a humanização, a conscientização e a apropriação e apreensão de vários conhecimentos e saberes científicos, os quais são deveras úteis, eficazes e eficientes para a vida pessoal, escolar, acadêmica, profissional e social.

Afinal, a cada novo dia se está aprendendo coisas novas, seja de forma observacional, experiencial, experimental, teórica ou prática. Estas aprendizagens, por sua vez, resultam em ensino e ensinagens, as quais geram outras aprendizagens, sempre num processo ativo, dinâmico, cíclico e *continuum* de *dodiscência*; conforme salienta Freire (2000).

DAS TEORIZAÇÕES À PRÁTICA EMPÍRICA: ENTREVISTA *ON-LINE* COM ADEMIR IGLECIAS GARCIA, DO “SEBO ESPAÇO CULTURAL II”, NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – ESTADO DO PARANÁ (BRASIL)

No intuito de confirmar ou refutar as teorias existentes acerca das funções específicas e da importância dos sebos literários na sociedade dos dias atuais, optou-se em realizar de forma *on-line* (virtual/remota), em data de 19 de setembro de 2023, uma prática de campo (ou prática empírica), de abordagem metodológica qualitativa de investigação acadêmico-científica, junto ao senhor Ademir Iglecias Garcia, que, à época do trabalho de pesquisa desenvolvido, era o principal responsável pela administração gerencial (sócio-administrador) do “Sebo Espaço Cultural II”, localizado na área central urbana do município de Ponta Grossa, região dos Campos Gerais, Estado do Paraná (PR), Brasil (BR). (SANTOS, 2023)

O *locus* da pesquisa investigativa foi o “Sebo Espaço Cultural II” (Loja II), uma vez que, além deste, existe atualmente no perímetro central urbano pontagrossense apenas o “Sebo Espaço Cultural I” (Loja I), o qual pertence aos mesmos fundadores do Sebo alusivo à Loja II, porém gerenciado, até então, pelo sócio-administrador senhor Roberto Beliatto; conforme revelam dados empíricos coletados por Santos (2022) em entrevista *on-line* outrora realizada.

A investigação empírica ocorreu de maneira totalmente virtual, tendo em vista as maiores facilidades de comunicação entre o pesquisador e o participante da pesquisa de

campo, bem como devido às melhores condições de acesso ao informante e à obtenção de respostas claras, diretas e objetivas junto ao mesmo.

Em relação à abordagem metodológica qualitativa de investigação científica, pode-se argumentar que esta foi deveras relevante, uma vez que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1998, p.21-22)

Os dados empíricos obtidos pelo pesquisador junto “Sebo Espaço Cultural II” são resultantes do desenvolvimento de uma pesquisa de estudo de caso, a qual, na concepção de Gonçalves (2001, p.112-114), configura-se como:

[...] o estudo detalhado de um caso individual que explica a dinâmica e os possíveis desfechos para a situação em enfoque. Esta pesquisa visa a compreensão e aquisição de conhecimento a partir da exploração intensa de um único caso, à “luz da doutrina” e dos fatos. Exige uma atenção para fatos identificados e não identificados que ocorrem ou estão presentes no caso em estudo. Na pesquisa de estudo de caso, procura-se reunir o maior número de informações detalhadas para compor os dados de análise. No estudo de caso, não há regra fixa, uma vez que o caso é que determina o direcionamento da pesquisa. Ao pesquisador compete o registro e a reflexão, e somente depois pode interferir na realidade. Logo, neste tipo de pesquisa, o pesquisador deve estar preparado e aberto para uma grande variedade de problemas teóricos. [...] A pesquisa que se respalda em estudo de caso pode ter por base um caso real ou não, extraído de relatos históricos ou ficcionais.

Neste contexto, torna-se mister salientar que, de todas as técnicas de investigação científica extensiva e interrogativa existentes, foi selecionada a entrevista estruturada padronizada, de cunho virtual, como principal forma de coleta de informações empíricas, haja vista que esta, segundo Gil (2002, p.117), “[...] apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas, [...] onde o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias”.

A entrevista *on-line* ora aplicada contém o total de 25 inquirições abertas, sendo 12 delas compondo a “Parte I: Questões Gerais e Específicas” e 13 atinentes à “Parte II: Perguntas Breves”.

Vejamos, pois, na íntegra, com base nas devidas autorizações de foro ético concedidas em comum acordo³¹ pelo entrevistador/pesquisador (Marcos Pereira dos Santos

³¹ Mediante ciência, leitura e autorização concedidas no tocante ao “Termo de Aceite e Divulgação de Entrevista *On-Line*” e ao “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”; em conformidade com o que estabelece a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10 de outubro de 1996, que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas científicas envolvendo seres humanos (BRASIL,

– MPS) e pelo entrevistado/pesquisado (Ademir Iglecias Garcia – AIG) para a divulgação editorial e acadêmico-científica em caráter de domínio público, as perguntas e respostas concernentes à entrevista remota realizada pelo pesquisador junto ao atual sócio-administrador do “Sebo Espaço Cultural II”:

ENTREVISTA *ON-LINE* COM ADEMIR IGLECIAS GARCIA – “SEBO ESPAÇO CULTURAL II”

(Ponta Grossa, PR, 19 de setembro de 2023 – Brasil)

Por: Marcos Pereira dos Santos

* PARTE I: Questões Gerais e Específicas

Marcos Pereira dos Santos (MPS) [Entrevistador/Pesquisador] – Seja muito bem-vindo, prezado senhor Ademir Iglecias Garcia! É uma satisfação entrevistá-lo. De antemão, agradecemos pelo aceite de nosso convite e pela disponibilidade em participar desta entrevista *on-line*. Inicialmente, poderia relatar aos(às) estimados(as) leitores(as) qual a sua função ou atividade laboral principal (sócio-proprietário ou sócio-administrador, representante legal, administrador geral, gerente da unidade, etc.) junto à (micro)empresa, de comércio varejista, nominada de Sebo Espaço Cultural II (Loja II), em específico, situada no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná (PR) – Brasil?

Ademir Iglecias Garcia (AIG) [Entrevistado/Pesquisado] – Sócio-proprietário.

MPS – Conte-nos, brevemente, sobre a história do surgimento do Sebo Espaço Cultural II na cidade de Ponta Grossa/PR.

AIG – Somos do norte do Paraná, região de Londrina. Minha família está nessa atividade há quase 50 anos. Fui incentivado por meus familiares. Como no norte do Paraná já existiam várias lojas de nossa família, pesquisamos e encontramos em Ponta Grossa/PR o lugar ideal para iniciarmos nossa atividade. No próximo ano (2024), faremos 20 anos que estamos presentes em Ponta Grossa/PR.

1996). Foram devidamente autorizadas, em comum acordo entre entrevistador e entrevistado, a publicação integral, sem cortes, de textos e figura referentes à entrevista *on-line* realizada em 19/09/2023.

MPS – Comente, em linhas gerais, sobre as possíveis diferenças e semelhanças estruturais-comerciais existentes em relação ao Sebo Espaço Cultural I (Loja I) e ao Sebo Espaço Cultural II (Loja II).

AIG – Trabalhamos com o mesmo perfil de mercadorias, tais como livros, CDs, DVDs, gibis, etc. Porém, o acervo é diferente entre as duas Lojas. O acervo de uma Loja complementa o da outra.

MPS – Por que o estabelecimento comercial recebeu o nome-fantasia de Sebo Espaço Cultural?

AIG – Por se tratar de um espaço comercial contendo produtos culturais, voltado à leitura e música.

MPS – Atualmente, quais produtos em geral (novos, seminovos e/ou usados) estão cadastrados e disponibilizados para compra, venda, troca e/ou consignação no Sebo Espaço Cultural II, seja na Loja física (Loja II), seja na Estante Virtual (E.V.) – Portal de Comércio Eletrônico (*e-commerce*)?

AIG – Em nossa Loja física disponibilizamos de produtos como livros, revistas, gibis, CDs, DVDs, LPs, fitas cassete, entre outros. Estamos, atualmente, cadastrando e disponibilizando as mesmas mercadorias em vários *sites* parceiros, como a Estante Virtual, a *Amazon*, o Mercado Livre e a *Shopee*. Contudo, o acervo ainda não se encontra todo *on-line*. Estamos diariamente realizando os cadastros.

MPS – Qual o público-alvo que mais frequenta, de modo presencial, o Sebo Espaço Cultural II? Em sua opinião, teria algum motivo especial nesse sentido?

AIG – Frequentam clientes de todas as idades, sendo o público adulto em sua maioria. São leitores(as) de livros e gibis, em específico. Mas, há também os(as) apreciadores(as) de uma boa música.

MPS – De todos os produtos comerciáveis existentes no Sebo Espaço Cultural II, qual(is) deles possui maior “entrada” e “saída”? Haveria alguma razão específica dessa “oferta” e “demanda” comercial?

AIG – Os livros são os produtos de maior circulação comercial, principalmente as obras literárias de gêneros fantasia e romance.

MPS – Comente, em breves palavras, sobre qual(is) foi(ram) o(s) maior(es) entrave(s) identificado(s) nas transações comerciais realizadas no âmbito da Loja física do Sebo Espaço Cultural II e também no contexto da Estante Virtual (E.V.) durante o período crítico de pandemia de COVID-19, em particular, ocorrido entre os anos de 2020 a 2022.

AIG – Presencialmente, foi o *lockdown*; alternando em dias abertos e fechados, horas reduzidas de trabalho e, conseqüentemente, uma queda bastante significativa nas vendas. As vendas *on-line* foram fundamentais para mantermos nossas atividades funcionando, parcialmente. Ocorreu um aumento nas vendas *on-line*. Porém, devido às restrições sanitárias, a oferta de produtos foi diminuindo, não possibilitando vendas mais expressivas no mercado *on-line*. Também houve um número maior de atrasos nas entregas de produtos por parte de nossos parceiros.

MPS – Em sua opinião, qual a importância dos Sebos (Sebos Literários), em geral, na sociedade capitalista globalizada e informatizada dos dias atuais?

AIG – Difundir o acesso à leitura a todas as classes sociais. Nos Sebos, em específico, você encontra uma grande variedade de livros, por exemplo, a preços acessíveis.

MPS – Pesquisadores(as) contemporâneos(as) das áreas de Educação a Distância (EaD) *On-Line*, Estudos Culturais, Informática Educacional, Semiótica, Telemática, Mídias Tecnológicas Digitais, *Internet* das Coisas (IoT), História Social, Literatura, Comunicação Social e Inteligência Artificial (IA), por exemplo, têm trazido a lume algumas teorizações acadêmico-científicas acerca de uma provável extinção (total ou parcial) da denominada “cultura do papel”, isto é, da cultura dos materiais impressos em geral (documentos, livros, revistas, entre outros) num futuro bastante próximo, tendo em vista a disseminação da cultura digital em larga escala na realidade social mundial da atualidade, principalmente em tempos de pós-pandemia de COVID-19 no contexto do chamado “novo normal”. O que o senhor poderia nos dizer, de forma sumária, a respeito desta concepção escatológica futurista, ainda que, por ora, hipotética?

AIG – A leitura por meio do livro físico é muito mais prazerosa e produtiva. Entretanto, a cultura digital tende a prejudicar as vendas em livrarias; por exemplo. Todavia, o livro físico (impresso) ainda continuará a circular por muito tempo. Porém, muitas livrarias físicas terão que se adequar ao mercado e inovar para manter as suas portas abertas.

MPS – A realidade virtual é um fato inegável. Sendo assim, qual o seu posicionamento em face do *ChatGPT*, por exemplo, que consiste num recente recurso tecnológico inovador oriundo da Inteligência Artificial (IA), no que tange ao desenvolvimento de pesquisas acadêmico-científicas, à produção de obras literárias e à criação de acervos eletrônicos em geral por meio do uso de novas e modernas tecnologias midiáticas digitais na sociedade contemporânea?

AIG – É um retrocesso à criação cultural.

MPS – Caminhando para a finalização de nosso diálogo e agradecendo, novamente, pela sua atenção, colaboração e participação nesta entrevista *on-line*, gostaríamos que o senhor deixasse um recado, uma mensagem, um alerta ou um comentário adicional alusivo aos Sebos, em geral, e/ou ao Sebo Espaço Cultural II, em particular, haja vista que estes também podem ser considerados autênticos espaços de entretenimento, lazer, leitura, socialização, cultura, apropriação de conhecimentos, ensino e múltiplas aprendizagens; conforme afirma Santos (2022).

AIG – Sebo é muito mais do que uma Loja. É uma “viagem”, um espaço de lazer, de encontros.

* PARTE II: Perguntas Breves

MPS – Uma definição conceitual de livro?

AIG – Alimento para a construção e evolução do nosso Ser.

MPS – Um livro especial e autoria?

AIG – “Fahrenheit 451”, de Ray Bradbury.

MPS – Um(a) autor(a) predileto(a)?

AIG – George Orwell.

MPS – Um sinônimo central de cultura?

AIG – Vida.

MPS – Uma ideia-chave representativa de Sebo?

AIG – Espaço Cultural.

MPS – Um projeto de vida em pauta?

AIG – Ser uma pessoa melhor a cada dia.

MPS – Uma data deveras relevante?

AIG – Todo dia.

MPS – Uma indicação/sugestão de leitura de obra literária e autoria?

AIG – “Admirável mundo novo”, de Aldous Huxley.

MPS – Um mundo sem a existência de livros e Sebos?

AIG – Perdido.

MPS – Um *site* de divulgação do Sebo Espaço Cultural II?

AIG – Estante Virtual (<https://www.estantevirtual.com.br>) e Sebo Espaço Cultural (<https://www.seboespacocultural.com.br>).

MPS – Um *e-mail* ativo e/ou outras redes sociais para contato junto ao Sebo Cultural II?

AIG – *E-mail*: seboespacocultural2@hotmail.com ; Instagram: @seboespacocultural (Acesso em: <https://www.instagram.com/seboespacocultural>).

MPS – Uma palavra final?

AIG – Sebo.

MPS – Admirar por Admirar?

AIG – Nunca desistir. Trabalhar com livros é uma motivação diária.

Figura 1: *Slogan* do “Sebo Espaço Cultural II” – Ponta Grossa/PR (Brasil).



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo acadêmico-científico buscou-se responder, basicamente, a quatro inquirições basilares: O que é sebo literário? Qual a gênese e evolução históricas dos sebos literários no Brasil? Quais as funções dos sebos literários no Brasil contemporâneo? Qual a realidade do “Sebo Espaço Cultural II” na cidade de Ponta Grossa/PR – Brasil nos dias atuais?

Os sebos literários podem ser encontrados desde os tempos mais remotos da civilização humana. Nos dias atuais, eles existem em (quase) todas as regiões do Brasil, de modo físico e/ou virtual, comercializando diferentes artigos/produtos em transações financeiras de compra, venda, troca e consignação.

Ao passo que muitas livrarias focam principalmente em lançamentos de livros, os sebos literários, em contrapartida, funcionam como uma espécie de “memorial de preciosidades” (e de “entulhos” também, não vamos negar!) negociáveis que reúne desde obras literárias clássicas e raras, que carregam consigo as marcas identitárias de épocas históricas do passado, até exemplares e coletâneas literárias de autores(as) da contemporaneidade.

Dentre as suas várias atribuições específicas, uma das funções dos sebos literários consiste em proporcionar a leitores e leitoras, de todas as idades, regiões e classes sociais, o acesso direto a diferentes produtos de leitura por preços bastantes acessíveis;

característica esta que o torna ainda mais importante e viável principalmente em épocas de crise (social, política, econômica, sanitária, etc.).

É inegável o fato que os sebos literários estão aqui, ali, aí e acolá (...), espalhados pelo Brasil afora e agregando tanto produtos comerciáveis que são verdadeiras raridades clássicas quanto novidades existentes no mercado editorial da indústria cultural.

Sem a pretensão de esgotar o assunto em pauta, não há como negar, ocultar ou negligenciar que os sebos literários, hoje, estão repletos de variedades, opções, potencialidades e possibilidades para todos os públicos, desde crianças até pessoas idosas.

Vamos, juntos, conhecer algum(ns) deles!? Aceita o cordial convite???

Certamente será uma aventura muito interessante, maravilhosa, fantástica, única, sem igual, prazerosa e repleta de aprendizagens múltiplas. Vale a pena experienciar!!!

REFERÊNCIAS

AMORA, A. S. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BEVILACQUA, C. Comercialização de livros usados é um hábito antigo. In: **Rudge Ramos Jornal**. São Paulo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.metodista.br/rronline/rrjornal/pasta-3/comercializacao-de-livros-usados-e-um-habito-antigo>>. Publicado em: 26/06/2009. Acesso em: 05/12/2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. **Minidicionário escolar: língua portuguesa**. 2.ed. Barueri: Ciranda Cultural, 2017.

CARVALHO, E. L. Considerações sobre a prática da leitura. In: GARCIA, E. G. (Org.). **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento – pelo fim do provisório eterno**. São Paulo: Edições Loyola, p.61-75, 1989. (Série Práticas Pedagógicas – v.03).

DICIONÁRIO PRIBERAM *ON-LINE* DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Alfarrábio**: verbete. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/alfarrabio>>. Acesso em: 05/12/2023.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6.ed. Curitiba: Posigraf, 2004.

FREIRE, P. R. N. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção Leitura).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLASS, L. A **origem dos sebos.** Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-cultura/2194478>>. Publicado em: 13/04/2010. Acesso em: 04/12/2023.

GONÇALVES, W. J. **Monografia jurídica: técnicas e procedimentos de pesquisa.** Campo Grande: Editora da UCDB, 2001.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft.** 13.ed. São Paulo: Ática, 1997.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 9.ed. Petrópolis: Vozes, p.9-29, 1998.

PAJEÚ, H. M.; SOBRAL, A. C. C. A resignificação da praça pública e do sebo como lugares de mediação cultural. In: **Revista Em Questão.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, v.25, n.01, p.239-266, jan./jun., 2019.

PORTAL UNILEÃO. Centro Universitário Doutor Leão Sampaio. *Newsletter.* **Saúde mental e sua relação com a leitura.** Disponível em: <<https://unileao.edu.br/blog/saude-mental-e-sua-relacao-com-a-leitura>>. Publicado em: 17/10/2023. Acesso em: 29/11/2023.

ROSSO, A. J.; MAFRA, N. D. F. Entre o perene e o novo: a arte de compreender o modismo educacional. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília: Editora da UnB, v.81, n.197, p.50-63, jan./abr., 2000.

SANTOS, M. P. Entrevista com Roberto Beliatto: Sebo Espaço Cultural. In: **Revista Conexão Literatura.** São Paulo: Editora CN, n.89, p.77-81, nov./2022.

_____. **Roteiro de entrevista on-line com Ademir Iglecias Garcia, do “Sebo Espaço Cultural II” – Ponta Grossa, Estado do Paraná (Brasil).** Ponta Grossa, p.1-6, set./2023. *mimeo.*

SCHMIDT, E. S. Cultura e sociedade. In: OLIVEIRA, R. C. S. (Org.). **Sociologia: consensos & conflitos.** Ponta Grossa: Editora da UEPG, p.27-48, 2001.

SILVA, A. A. As livrarias como espaço de mediação de leitura. In: **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação.** Rio Grande: Editora da FURG, v.23, n.02, p.117-125, 2009.

SOBRE OS AUTORES

Marcos Pereira dos Santos

Brasileiro. Pós-doutor (PhD) em Ensino Religioso pelo Seminário Internacional de Teologia Gospel (SITG) - Ituiutaba/MG. Pesquisador em Ciências da Educação. Literato. Membro do Conselho Editorial da Quipá Editora – Iguatu/CE. Docente adjunto em cursos de graduação

e pós-graduação lato sensu na Faculdade Rachel de Queiroz (FAQ) - Ponta Grossa/PR. E-mail para contato: mestrepedagogo@yahoo.com.br

Ademir Iglecias Garcia

Brasileiro. Sócio-administrador proprietário da (micro)empresa Iglecias Garcia & Beliatto Ltda (nome-fantasia de “Sebo Espaço Cultural”), CNPJ 08.490.829/0001-21, com situação cadastral ativa desde 16/11/2006, a qual possui, atualmente, duas Lojas físicas – “Sebo Espaço Cultural I” (Loja I) e “Sebo Espaço Cultural II” (Loja II) – de comércio varejista de compra, venda e troca de livros, revistas, gibis, CDs, VHS, DVDs e demais artigos/produtos congêneres - Ponta Grossa/PR. E-mail para contato: seboespacocultural2@hotmail.com

CAPÍTULO 6

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA RESSARCIMENTO DA DÍVIDA HISTÓRICA

Ailton Batista de Albuquerque Junior (Roinuj Tamborindeguy)³²

RESUMO

A Educação de jovens e adultos (EJA) à brasileira, teve sua origem a partir de 1549 com os jesuítas, sofrendo vicissitudes por meio de avanços e retrocessos que ilustram o formato atual. Isto dito, assinalamos que a EJA nunca foi tratada como prioridade, sempre invisibilizada e deixada à margem, esquecida nas agendas políticas do nosso país. Assim, essa modalidade obtém maior destaque no século XX, em virtude do desenfreio analfabetismo que assolava a população frente às demandas de empregabilidade no contexto do crescimento urbano e desenvolvimento industrial. Nesses termos, o artigo tem como objetivo compartilhar um arsenal de saberes teórico-metodológicos para dar suporte aos estudantes de licenciaturas e profissionais em exercício docente e demais funções diretamente relacionadas ao fazer técnico e/ou pedagógico. Portanto, discorreremos sobre uma breve genealogia da política pública da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na realidade brasileira nos circuitos socioeconômico e político-culturais. Quanto ao percurso metodológico recorreremos à abordagem qualitativa, com fulcro nos procedimentos técnicos de uma pesquisa bibliográfica com aporte descritivo. Resumidamente, infere-se que desde a origem da EJA no Brasil, suas maiores ações não residiam na preocupação de alfabetizar a população de jovens e adultos tampouco ampliar o acesso à educação formal. Aduzimos que a caminhada da EJA sofreu inúmeras vicissitudes com um leque de desdobramentos que nortearam a sua práxis, mesmo em uma seara de limitações percorridas pelo jovem e pelo adulto, não somente no objeto educacional do ensino, mas atravessadas por trajetórias sociais, de vidas, de trabalho, de superação. Nesse ínterim, o perfil do aluno da EJA é

³²Psicanalista@, Neuropsicopedagog@, Letrólog@, Assistente Social e Professor@-Pedagog@. Doutorand@ em Educação (UFU). Mestr@ em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). Especialista em Gestão Escolar (FVJ); Educação a Distância (UCAM); Educação Inclusiva (FESL); Gestão Pública (UNILAB); Gênero e Diversidade na Escola (UFC); Psicopedagogia (UCAM); Neuropsicopedagogia (FLATED); Educação Infantil (FLATED); Serviço Social e Políticas Públicas (INTERVALE/MG); Serviço Social Organizacional (INTERVALE/MG); Metodologia da Língua Portuguesa (INTERVALE/MG); Docência na Educação Básica (IFMG); Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (UNILAB); Gestão Empresarial (Intervale/MG); Educação de Jovens e Adultos (IFRO); Metodologia da Educação a Distância (Intervale); Ciências da Natureza e suas Tecnologias (UFPI); Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (UFPI); Matemáticas e suas Tecnologias (UFPI); Linguagens e suas Tecnologias (UFPI); Pedagogia Empresarial (Intervale/MG). Educação Digital (SESI-SC); Docência na Educação Profissional e Tecnológica (IFAC) e Psicanálise (FAVENI). Graduação em Pedagogia (UECE); Letras Português-Inglês (FGD); Letras Português-Espanhol (FGD) e Serviço Social (UNIP). E-mail: pedagogo.uece@hotmail.com

consubstanciado por essa amálgama de aspectos que se interrelacionam, impresso pela exclusão, pela sua diversidade histórica, cultural e social.

Palavras-chaves: Educação brasileira. Neoliberalismo. FUNDEB

À GUIA DE DEMARCAÇÕES ANALÍTICAS

Contemporaneamente, devido às novas demandas sociais e econômicas, tanto o professor quanto o discente, veem-se diante da necessidade de se manterem atualizados e ter uma constante busca pelo aprendizado, e com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é diferente. Logo, insta-nos lembrarmos-nos que também há uma evolução das práticas pedagógicas, devendo o sistema educacional acompanhar as mudanças. Assim, o estudo terá como objetivo discutir sobre formação de professores na EJA para a diversidade de sujeitos, a partir do percurso metodológico embasado na pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental.

Com efeito, este material teórico traz a seguinte questão norteadora: quais são os desafios concernentes à EJA no Brasil? Dessarte, apontamos que os educandos da EJA possuem particularidades em relação aos alunos regulares, havendo a necessidade de um olhar especial em relação às metodologias aplicadas em cada componente curricular, bem como estratégias eficientes para trabalhar o conteúdo partindo das experiências individuais e coletivas.

A problemática da alfabetização no Brasil é ainda muito grande. Existem no país milhões de pessoas analfabetas e um número muito grande de indivíduos que passaram pela escola e aprenderam apenas a decodificar a língua, não obtendo o letramento, isto é, o êxito no processo de interpretação daquilo que tentou decifrar, são os chamados analfabetos funcionais. Eles podem ler sintática e morfológicamente, mas não conseguem compreender semanticamente os objetos de ensino. Isto posto, o analfabetismo funcional pode gerar limitações sócio intelectuais em descomunal parte da população, acarretando obstáculos no desenvolvimento educacional brasileiro. Para dar conta desses revezes, trazemos à baila, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tipificando-a como uma modalidade de educação que procura saldar uma dívida social com os sujeitos que não estudaram na idade própria. Nesse foco, demarcamos que a historicidade da EJA em contexto brasileiro, insere-se em meio à sua desvalorização e à indiferença do Poder Público.

À rigor, esta especificidade educacional se destina aos indivíduos fora de faixa etária para o nível de terminalidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sendo que essa

defasagem educacional reforça a exclusão social, privando a população do direito de participar dos bens sociais e culturais, de integrar-se à vida produtiva e do exercício da cidadania. Logo, cabe ao Poder Público oferecer, oportunidades educacionais apropriadas, de forma gratuita, aos adolescentes, jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, considerando as características dos educandos, seus interesses, condições de vida e de trabalho, por meio de cursos e exame (BRASIL, 1996).

A EJA desponta na história da educação brasileira a partir da premissa de atendimento às pessoas da classe trabalhadora que na época eram vistas como disfuncionais frente às demandas de desenvolvimento econômico, buscando a preparação e qualificação de mão de obra para o emergente mercado de trabalho (CASTRO, 2020). Por isso, a secundarização desta modalidade, que era invisibilizada frente às medidas relevantes nas políticas públicas educacionais.

Demarcamos a relevância do estudo deste estado da arte, em virtude da necessidade de se conhecer as problemáticas específicas que impedem o usufruto do direito à educação de qualidade, propondo assim intervenções ligadas às políticas públicas, buscando dirimir quaisquer impasses desse artefato.

Nosso arsenal teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político está embasado no contemporâneo ordenamento jurídico brasileiro, vislumbrando as vias analíticas de Bonfim e Rummert (2020); Castro (2020); O'donnell (2010); Freire (1987); Gil (2017); Lakatos e Marconi (2021); Luz e Machado (2019); Minayo, Deslandes e Gomes (2016); Silva (2015); Santos (2015) e Ribeiro e Guimarães (2021).

Desenho e percurso metodológico

Quanto aos objetivos, esta pesquisa será exploratória porque pretende proporcionar maior aprofundamento e familiaridade com debates sobre políticas públicas educacionais frente ao neoliberalismo. Nesse eixo, esta modalidade investigativa se configura como uma perspectiva preliminar que buscará um aprofundamento nesta realidade que se pretende conhecer. Nessa óptica, tentaremos desvelar como a variável de estudo apresenta-se por meio de suas nuances, significados e contextos (GIL, 2017).

No tocante à abordagem, aplicaremos uma pesquisa qualitativa, consubstanciando teoria, método e criatividade (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2016), debruçando sobre conteúdos, conhecimentos e saberes diversos, por meio de aprofundamento em produções que consideram uma perspectiva menos numérica, haja vista que em consonância com

Lakatos e Marconi (2021) há um maior interesse pelo processo, em detrimento de uma concepção que reduza o fenômeno ao produto.

Em relação aos procedimentos técnicos, serviu-se uma pesquisa bibliográfica, uma vez que trouxe contribuição para o seu arsenal teórico-metodológico, técnico-operacional e ético-político, (GIL, 2017), analisando e discutindo conhecimentos já produzidos a respeito de políticas públicas educacionais frente ao neoliberalismo.

ESTADO DA ARTE - ORDENAMENTO JURÍDICO DA EJA

À rigor, tudo está em constante transformação, visto que novas pesquisas e várias descobertas empurram-nos para uma frenética busca pelo saber, e é exatamente para suprir essas demandas que os cursos de formação continuada estão em alta, acarretando o processo de atualização de novos saberes. Grosso modo, a formação continuada vai além da atualização profissional, oportunizando a construção de uma outra visão e construção da prática docente e de uma escola para todos com diversidade, qualidade e efetivação da cidadania.

Partimos do pressuposto de que a defesa incessante da EJA reverbera na garantia de cidadania aos usuários do sistema educativo. Portanto, contemporaneamente, é perceptível que por falta de políticas públicas de valorização da EJA, o desgoverno, por meio de constantes investidas no desmonte à educação, tem reduzido a visibilidade desta modalidade de ensino em diversos estados do Brasil. Dessa forma, logo no início do seu mandato, Bolsonaro dissolveu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC).

Percebamos o quanto isso é grave, pois o desmanche da SECADI visa tornar invisível não apenas os sujeitos que compõem a EJA, como também outros segmentos como a Educação do Campo e a Educação nas Prisões (que compõem a EJA). Não podemos corroborar com essa política de exclusão. Logo, devemos traçar estratégias em nossa práxis educativa, que tragam esses sujeitos para o centro da sociedade, de forma que possam atuar ativa e livremente, sem nenhuma violência simbólica acerca de suas singularidades.

É firme que o docente tem como desafio estar em constante aprendizado, pois faz parte da profissão a mutabilidade e as vicissitudes que a sala de aula oferece, tendo a oportunidade de refletir sobre as mudanças e de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Então, é incumbência do educador propor-se ao processo educacional

continuado, capacitando-se, nos mais variados ramos da educação, inobstante muitas vezes falte estrutura psicológica, financeira e incentivo por parte das instituições.

O processo educacional na Educação de Jovens e Adultos é um caminho longo e complexo em que os indivíduos envolvidos são heterogêneos com suas especificidades e diversas naturezas de conhecimento. Portanto, estão sempre buscando uma escola que oportunize a eles fazerem parte do processo, sendo acolhidos e valorizados nos seus saberes e necessidades na diversidade e inclusão.

No tocante ao contexto histórico da educação no Brasil, este se desvela no sentido de que, há muito tempo, nenhuma providência foi tomada acerca da diversidade e inclusão, pois esses aspectos eram deixados de lado e as escolas que mantinham alunos matriculados não tomavam decisões que pudessem resultar em um bom trabalho, favorecendo a exclusão desses alunos. De acordo com a LDB nº 9394/96, referente à Educação de Jovens e Adultos, no Art. 37.

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1996, p.26).

Os estudos sobre diversidade e inclusão mostram sua relevância para todos os sujeitos no processo educacional, portanto, a práxis pedagógica deve rever significados, transformar as capacidades e favorecer a cooperação, além de estar atenta ao cotidiano escolar. Nessa trajetória, cabe à instituição educacional formar seus educandos despertando-os para viverem e se relacionarem bem com as diferenças, bem como prepará-los para que se tornem cidadãos autênticos, capazes de viverem e transformarem a sociedade à qual estão inseridos (BONFIM; RUMMERT, 2020).

Quando se fala na insatisfação e no despreparo do professor para trabalhar na perspectiva da diversidade, leva-se em conta que pouco se faz, na realidade quando se tem o entendimento de que a formação inicial do professor é que, muitas vezes, é deficiente e precisa ser mudada. À vista disso, quando o professor e demais atores educacionais querem mudanças, eles mesmos se cobram e se inquietam ao ponto de entenderem sobre a importância de estarem em constante reflexão e crítica em relação aos seus saberes

pedagógicos e, assim, compreender e atender aos alunos, favorecendo a diversidade e cidadania, melhorando a qualidade da educação

Desde o Brasil Colônia, a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) já vinha sendo praticada pelos padres jesuítas com os indígenas. Com o advento do processo de industrialização e urbanização, emergiu a necessidade de formação técnica para os trabalhadores, exigindo o desenvolvimento de habilidades para lidar com os maquinários industriais, deste modo satisfazendo as classes dirigentes. Logo, foi a partir dos anos 1940, com o governo Vargas, que a EJA formou-se como um “sistema diferenciado e significativo” para a educação brasileira, mostrando-se como sistema apto a evoluir, uma vez que sua política educacional nasceu em contexto industrial *pari passu* que crescia o número de defasagem educacional.

Porquanto, somente com a Constituição Federal de 1988 a EJA detém força expressiva nas políticas educacionais, garantindo os direitos de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, além de outros princípios educacionais (BRASIL, 1988). À rigor, esta categoria educacional caracteriza-se socialmente por proporcionar o acesso à alfabetização e letramento a milhões de jovens e adultos brasileiros, que por circunstâncias próprias ou alheias não puderam concluir sua escolarização na fase correta.

Com a Constituição de 1934 organizou-se a constituição de um Plano Nacional de Educação, que pela primeira vez fazia menção à educação de adultos como obrigação do Poder Público, que incluía a oferta do ensino primário gratuito com frequência obrigatória (SANTOS, 2015). Essa mesma autora segue afirmando que durante a década de 1940 ocorreram iniciativas político-pedagógicas, no sentido de ampliar a educação de jovens e adultos, quais sejam: regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP), que em 1942 dispôs sobre fundos e convênios para a escolaridade primária; a gênese da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), que em 1944 trouxe investigações acadêmico-científicas sobre aquele objeto de estudo; o aparecimento dos primeiros estudos dedicados ao ensino supletivo; a abertura da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), em 1947, entre outros conjuntos de iniciativas, permitindo à educação de adultos o firmamento com a questão nacional (*Ibid.*)

Pelas vias analíticas de Capucho (2016), foram nas décadas de 1950 e 1960, que a EJA conquistou maior espaço no cenário educacional, atravessada pelas premissas da educação popular de Paulo Freire, cujo objetivo era reformar as estruturas sociais injustas, excludentes e antidemocráticas. Portanto, educação freiriana pretende primeiramente

vencer o analfabetismo político para simultaneamente fazer uma leitura do mundo engendrada em sua experiência, cultura e historicidade, despertando o oprimido a libertar-se dessa condição precária (FREIRE, 1987).

Logo, em 1950 realizou-se a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcando um novo layout nas tecituras sobre a educação de adultos. Portanto, os adeptos desse evento sustentavam a insuficiência da simples ação alfabetizadora, visto que acreditavam na necessidade de uma educação que pudesse significar e realizar alterações em suas condições de vida.

Na verdade, em 21 de janeiro de 1964, ao tentar realizar a coordenação dos movimentos de educação de alfabetização de jovens, gesta-se o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), com a pretensão de instalar naquele contexto, mais de 60 mil círculos de cultura, objetivando alfabetizar 1.834.200 demandantes, visando atender pelo menos 8,9% da população desprovida de alfabetização (da faixa etária 15 a 45 anos), visto que naquela época só era permitida a votação para os alfabetizados. Por conseguinte, esses círculos seriam implantados, progressivamente, em quatro etapas sucessivas em todas as unidades federativas. Apesar de que nesse mesmo ano, com a instauração do golpe militar, foram reprimidos os programas de alfabetização que sustentavam a defesa de uma cultura popular. Contudo, o Movimento de Educação de Bases (MEB) não foi extinto devido sua ligação à igreja católica e ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Inobstante, em 1966 a maioria do sistema encerrou suas atividades, em razão de epopeias pressões e escassez de recursos financeiros.

Grosso modo, as reformas que sucederam o golpe, possuíam nitidamente a intenção de qualificar capital humano para as demandas do mercado de trabalho, estimulando o consumismo e o descontrole acerca da produção intelectual, cultural e artística. A despeito disso, na década de 1970, a educação após vicissitudes perdeu sua função na formação dos sujeitos para o mercado de trabalho, transformando-se no condão para a diminuição das desigualdades sociais.

Criou-se em 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), objetivando erradicar o analfabetismo em 10 anos. Após esse período, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que 25,5% dos indivíduos com mais de 15 anos ainda eram analfabetos. Dessarte, o programa sofreu vicissitudes em seus objetivos ao ampliar sua área de atuação para a educação comunitária e de crianças.

Ao fixar as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, a Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 normatizou o ensino supletivo com finalidades compensatórias, visando

atender às demandas do mercado de trabalho, que exigia trabalhadores qualificados e certificados a exercer o labor naquele contexto social. Nessa acepção, o ensino supletivo configura-se como marco histórico na educação de jovens e adultos à brasileira, visto que foi desde essa legislação que emergiram os Centros de Estudos Supletivos em todo o país, propondo-se ser um modelo de educação do futuro, ao atender aos anseios de uma sociedade em processo de modernização.

Em limiar de 1980, a sociedade brasileira presenciou significativas transformações sócio-políticas com a extinção dos governos militares e a ressurreição do processo de democratização. Daí o ano de 1985 marcou o aniquilamento do Mobral, substituindo-o pela Fundação Educar.

É com o encabeçamento da Constituição da República de 1988, que emergem as mais expressivas políticas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, assegurando a todos os indivíduos o direito à educação, inclusive, em seu artigo 208 confere ao Poder Público a obrigatoriedade em oferecer o ensino fundamental gratuito, assegurando-o, também a todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Desde a LDB 9.394/96, a EJA é tipificada como ramo destinado ao segmento, que na idade própria, não teve acesso e oportunidades de estudos no ensino fundamental e médio. Logo, essa definição delinea o potencial inclusivo e compensatório que essa modalidade pode proporcionar.

A Emenda Constitucional (EC) Nº 14/1996, instituiu o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), como um instrumento da reforma educacional. Naquela gestão, sob o contexto do governo Fernando Henrique Cardoso, propunha-se erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental num prazo de dez anos. Não obstante, os recursos para a EJA foram retidos, devido ao veto presidencial que excluía as matrículas da EJA que poderiam fazer jus aos recursos do Fundef, ação que para alguns aparentou inconstitucional, posto que ao desconsiderar as matrículas da EJA no repasse de verbas, o Fundef marginalizou a educação oferecida à população de jovens e adultos, com um completo descaso para essa modalidade de ensino, negligências que indicam a desvalorização histórica que percorreu esse formato como política pública educacional.

A Lei nº 11.1494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) passou a incluir em seu orçamento todas as etapas e modalidades que compõem a educação básica, favorecendo a EJA (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2021). Dessarte, a inclusão

trouxe a garantia de recursos para os municípios ou estados que tivessem dispostos a cumprir com suas obrigações de manter ou abrir novos cursos de EJA em todo o país. Porém, esse segmento educacional ainda sofreu distorções orçamentárias, haja vista o desigual financiamento, pois limitou em 15% o valor para essa modalidade, um valor baixo e excludente ao comparar com outros formatos de ensino.

Com a implementação do FUNDEB, aumentaram os recursos para as áreas de educação básica como Educação de indígenas, quilombolas, educação especial, educação de jovens e adultos e Ensino Médio profissionalizante e educação dos anos iniciais do 1º a 8º série das zonas rurais e urbanas. Destarte, indeclinavelmente, a destinação de recursos públicos deste fundo representou um avanço significativo, tendo em vista que o Estado reforça sua presença nesta área. Entretanto, aduzimos que o controle social é muito importante nesta seara, tendo em vista que os recursos ainda não são suficientes para uma educação de qualidade e equitativa, e também sendo necessárias novas formas de financiamento para melhorias e avanços na educação de jovens e adultos (BONFIM; RUMMERT, 2020).

Indubitavelmente, a EJA ainda é bastante inviabilizada, pois não lhe é dada a devida atenção, crescendo nos gráficos o número de evasão e desistência de alunos que compunham esse gênero pedagógico. Neste significado, seria de suma importância que fossem desenvolvidas ações que integrassem as redes institucionais, as quais dialogassem com os reais problemas que dificultam o acesso, o ingresso, a permanência e o bom resultado escolar dos trabalhadores, uma vez que problemas dentro e fora das escolas, devem ser levados em consideração. Conseqüentemente, aferimos que diversos fenômenos podem interferir no processo qualitativo e quantitativo da aquisição de saberes, a saber: a ausência de transporte escolar; escassez ou alimentação inadequada; material didático incoerente e descontextualizado; além de idades e a realidades heterogêneas desses sujeitos.

PROBLEMATIZAÇÃO E CONQUISTAS DA EJA

Desde quando foi criada a modalidade de ensino denominada Educação de Jovens e Adultos (EJA), os educadores sofrem com inúmeras dificuldades para lidar com a diversidade, são desafios diários para que sua prática seja desenvolvida satisfatoriamente. Deste modo, as questões como falta de materiais didáticos específicos e a rigidez das instituições educacionais, muitas vezes colaboram para o aumento desses revezes, já que

o professor da EJA esbarra em situações adversas, tais como: a evasão escolar por falta de motivação do aluno, por falta de disponibilidade de permanecer frequentando a escola já que para este aluno em primeiro lugar vem o emprego de onde provém o seu sustento.

É fato, que alunos da EJA quando chegam até a sala de aula, trazem muitas expectativas, mormente a pressa em aprender. Conseqüentemente, quando um educador propõe-se a ministrar aulas para a EJA, deve ter em mente que a diversidade cultural; a diferença de idade entre os alunos; o cansaço laboral; o fato desses alunos muitas vezes sentirem-se fracassados e incapazes; as dificuldades de ler e compreender os códigos, além de interpretar o que conseguem ler, isso tudo interfere na interação professor-aluno, refletindo no processo de ensino-aprendizagem. Não obstante, o professor precisa acreditar no aprendiz, estabelecendo assim um vínculo positivo na facilitação e não proliferação de saberes conceituais, atitudinais e procedimentais.

Por esse ângulo, cabe ao docente criar condições e estratégias para a sua motivação. Por isso, as formações continuadas para os educadores deviam ocorrer periodicamente, despertando a postura de cidadãos críticos, reflexivos e transformadores, capazes de pensar sobre suas ações, com intenção de produzir saberes que lhes propiciem avançar em práticas pedagógicas significativas e de extrema relevância para atender as demandas da sociedade.

Quando nos referimos às formações continuadas, falamos de algo que tenha uma intencionalidade voltada ao fim a que se destina, pois cremos que a insatisfação por parte do educador, quando se refere a estas formações, se dar por conta da falta de adequação para a EJA, haja vista que ainda se tem a ideia de que trabalhar com esse público é algo semelhante a outras modalidades de ensino. Entretanto, é um equívoco, pois são situações bem diferentes, por isso as formações continuadas para professores da EJA também devem ser diferenciadas.

À vista disso, o profissional da educação requer formação para compreender a diversidade e cidadania dos sujeitos da EJA, levando em conta a aplicabilidade de diversas metodologias em sala de aula e aperfeiçoamento de suas técnicas pedagógicas, possibilitando assim, a permanência do aluno na escola, criando um ambiente significativo, que o faça analisar de forma crítica os fatos abordados em sala de aula e no seu meio social. Para tanto, é preciso que os professores estejam dispostos a criar condições, através de sua metodologia, para que seu trabalho abarque este público de forma a envolvê-los e possibilite a permanência no ambiente escolar, mesmo diante de tantas lutas travadas por este aluno que durante seu dia, desdobra-se trabalhando e ainda encontra energia para estudar (SILVA, 2015).

É inconteste que para a realização de um bom trabalho, é necessário apoio e recursos. Isto dito, no Brasil as leis são muito bonitas no papel, contudo em sua prática deixam muito a desejar, constituindo o que O'Donnell (2010) chamou de legalidade truncada (aquilo que está posto no papel, mas não ganhou corpo por meio de investimento financeiro). Mesmo diante desses reveses e de questões que nos desmotivam, devemos ter uma prática pedagógica engendrada em muita coragem e dedicação.

O docente quando se depara com a EJA, também se depara com a vida/história de cada um de seus educandos, sendo neste ponto que se torna fundamental usar dos aprendizados teóricos recebidos nas formações e exemplificar através dos relatos feitos pelos seus educandos de suas histórias de vida. Por conseguinte, entendemos que viver a diversidade que compõe a EJA, diz respeito ao entendimento que cada um carrega em sua história de vida e as suas particularidades, fazendo uso destas nos momentos oportunos na sala de aula.

Urge que a formação do professor seja contínua, para que a prática educacional possa ser pautada na diversidade e também na cidadania. Assim, nota-se a importância do desenvolvimento docente para contribuição significativa para com o público-alvo da EJA, buscando diversas possibilidades e objetivos cotejados com a escola regular. Portanto, a construção da formação visa sua transformação social, considerando suas particularidades e experiências pessoais a fim de contribuir na formação integral do docente, seja no contexto educacional e/ou social (RIBEIRO; GUIMARÃES, 2021).

À rigor, os autores sustentam que ainda são inúmeras as dificuldades e desafios em atingir os objetivos educacionais de trabalhar com princípios de diversidade em sala de aula, principalmente na modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos. Nesse sentido, a formação e a atualização tornam-se fatores primordiais para o desenvolvimento da função docente, a fim de que o(a) professor(a) - mesmo tendo tido sua formação baseada num cenário de compartimentalização de saberes – aproprie-se dos conceitos de diversidade, traçando estratégias que permitam a reflexão e a ação consciente por parte dos alunos, para que percebam que os assuntos tratados interrelacionam-se, fazendo parte de um universo bem maior e mais complexo, ao qual pertencem.

Conforme Luz e Machado (2019), ao educador é imprescindível a formação continuada nas mais variadas áreas da educação, posto que na atualidade, o professor fomenta a mediação no ambiente escolar e cria possibilidades para as novas aprendizagens, imergindo as questões ligadas às diversidades no contexto escolar. Por esse ângulo, admitimos que os cursos de formação continuada são estratégias e recursos indeclináveis

para criar um diálogo entre teoria e prática. Portanto, o embasamento teórico-metodológico é condição *sine qua non* para fomentar discussões entre os estudantes e assim trabalhar de uma maneira plural em sala de aula, considerando que todos estão sempre aprendendo sobre os mais variados temas.

A EJA também está carregada de estigmas, posto que é visível o interesse de gestores na abertura de turmas nessa modalidade, no horário noturno, acreditando em um formato que necessite de reduzidos custos, menos trabalho, além de lotação de professores para complementar suas cargas horárias. Aliás, esta questão referente ao recebimento dos rendimentos do professor, a qual deve ser mediante carga horária, assim como de não ter uma cátedra, uma escola que possa se imiscuir na comunidade escolar e circunvizinhança é uma das chagas de nosso sistema de ensino.

À face do exposto, para termos uma prática docente que seja voltada à cidadania e à diversidade, devemos saber lidar com as diferenças de raça, gênero, classe social, faixa etária e outras variáveis, acreditando no aluno como um cidadão e sujeito atuante na sociedade e na escola.

Hodiernamente, temos a possibilidade de preencher as lacunas deixadas pela graduação acerca de saberes sobre EJA, pois com a formação continuada (cursos de extensão, aperfeiçoamentos e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*) podemos ampliar de forma holística, nossa visão de mundo, juntamente com o nosso aprendiz, ajudando-o a aumentar o seu próprio leque de conhecimentos, levando-o a exercer seus direitos e deveres, fazendo com que este aluno busque melhores condições de vida e cidadania.

Acreditamos copiosamente que os profissionais da educação precisam estar em constante aperfeiçoamento, para que a prática docente, assim como o processo de ensino-aprendizagem, seja eficaz. Compreende-se que para isso o profissional da educação terá que buscar embasamentos teóricos para aperfeiçoar-se continuamente e assim contribuir com os demais profissionais para uma melhor compreensão do trabalho coletivo em todos os aspectos, sobretudo com alunos do EJA, que são alunos que possuem singularidades em relação ao ensino com turmas regulares.

No que se refere ao preparo dos docentes, a formação continuada vai possibilitar o conhecimento das diversidades, ou seja, dará uma base teórica das possíveis vivências, anseios e núcleo social a qual os educandos estão inseridos, uma vez que essa preparação aumenta o repertório do docente para as futuras práticas. Desta maneira, o professor precisa de autonomia e iniciativa na busca de organizar seus aportes teóricos, tendo em mente que

o primeiro contato com os alunos poderá redirecionar ou confirmar as metodologias adotadas por ele.

À GUIA DE POSFÁCIO AOS APONTAMENTOS FINAIS

Grosso modo, A EJA é ofertada de forma gratuita aos cidadãos brasileiros que não tiveram o acesso ou continuidade na idade própria, resgatando o direito à escolarização ao ampliar a oferta de acesso e permanência dos menos favorecidos, promovendo aprendizagens permanentes e tornando-se um potencial de educação inclusiva e compensatória das camadas populares.

Nesse extrato, apesar de um maior reconhecimento da EJA na contemporaneidade, ainda prevalecem velhos ranços de desvalorização e estigmas a este formato educacional no "chão" de muitas escolas, quando cotejam esta modalidade ao ensino regular. Por conseguinte, essas concepções retrógradas mostram-se no pífio quantitativo de alunos matriculados; alto número de evasões; defasados quadros docentes ou, até mesmo com professores não habilitados na disciplina que lecionam, entre outros aspectos. Nesses termos, nada substitui a experiência de quem já ministrou aula ou estudou neste modelo educacional, sentindo na pele o descaso com essa especificidade de ensino-aprendizagem. Mesmo assim, continuamos acreditando na educação pública e fazendo o nosso melhor para alcançar a qualidade tão almejada em todas as modalidades que atravessam o processo de ensino-aprendizagem.

Contemplamos a EJA na pluralidade de seus circuitos de avanços, retrocessos e ajustes. Daí, longe de se constituir uma modalidade inclusiva de fato, visto que faltam muitos reajustes nas concepções de aquisição de saberes e sobretudo carece de um olhar diferenciado que conceba a heterogeneidade do seu público-alvo frente às necessidades dos sujeitos aprendizes.

A melhoria do sistema educacional é uma problemática constante em nosso país, e mesmo buscando a melhoria nos diversos níveis de ensino brasileiro, fica evidente que tais esforços têm sido insuficientes, principalmente por falta de suporte governamental, na verdade o governo até incentiva a formulação de projetos e propostas, mas não dá suporte, principalmente, financeiro para sua total execução. Por isso é de suma importância que todos tenham conhecimento sobre as ações e políticas voltadas à Educação de Jovens e Adultos, desta forma a universalização do acesso e a permanência será bem-sucedida superando a desigualdade educacional, social e econômica no país.

Contemporaneamente, mesmo a EJA tendo sofrido alguns avanços no âmbito legal, ainda não foi possível erradicar o analfabetismo no Brasil, visto que carecemos de um conjunto de práxis pedagógicas calcados nas singularidades de jovens e adultos, visando preencher as lacunas deixadas pela inexistência do ensino regular a esses sujeitos. Com afimco, utilizando tintas fortes, tivemos a intenção de trazer à baila as matizes da EJA como recurso estratégico para proporcionar o usufruto da educação como direito de todos os jovens e adultos, tanto no ensino fundamental como no médio e não menos importante, o superior.

Por conseguinte, fizemos um breve percurso investigativo- acadêmico, desde as primeiras manifestações históricas, passando pelo ordenamento jurídico que sustentou e solidificou esse ramo educacional. Em síntese, este material buscou desvelar que o público que compõe a EJA é caracterizado, *a priori*, pela falta de oportunidade de poder concluir os estudos na idade recomendada, havendo uma multiplicidade de fatores que interferem no exercício do direito à educação desses indivíduos, uma vez que como prioridade tiveram e têm que trabalhar para sobreviver.

À rigor, retratamos a importância do/a educador/a da EJA no processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos, que ocupam esses espaços educativos, bem como delineados possíveis motivações para evasão escolar dessa fração de alunos. Nessa perspectiva, a EJA propicia o direito ao conhecimento, pelo qual, essas pessoas por algum motivo, foram interrompidas durante seu processo de formação na idade correta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em: encurtador.com.br/qrS27. Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: encurtador.com.br/lqHK8. Acesso em: 30 mar. 2022.

BONFIM, M. I.; RUMMERT, S. M **Educação de jovens e adultos da classe trabalhadora brasileira: novos projetos e antigas disputas**, Editora CRV: São Paulo, 2020.

CASTRO, F.S. **A Educação de Jovens e Adultos em Teresina (PI):** contradições entre a proclamação do direito e a efetivação da oferta. 142 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, 2020.

CAPUCHO, V. **Educação de jovens e adultos**: prática pedagógica e fortalecimento da Cidadania. São Paulo: Cortez, 2016.

O'DONNELL, G. **Democracia, agencia y estado**: teoría con intención comparativa. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021

LUZ, V. S., & MACHADO, C. C. Saberes e Fazeres da Formação Continuada: discursos dos professores de Matemática que atuam na Educação de Jovens e Adultos. **RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, 5(4), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1335>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F.; GOMES. R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

SILVA, S. C. G. C. **Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Cidadania**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho, 2015.

SANTOS, M. F. M. A. **Estratégias Político-Didático-Pedagógicas para EJA**. Porto Velho: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho 2015.

RIBEIRO, R. A.; GUIMARÃES, S. S. M. Lembranças freirianas: reflexões docentes para pensar a formação de professores na Educação de Jovens e Adultos. **Revista de Iniciação à Docência**, 6(2), 583-602, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/riduesb.v6i2.9283>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CAPÍTULO 7

GESTÃO DEMOCRÁTICA: LITERATURA E LEGISLAÇÃO

Luciana Thaynara Ferreira Galvão³³

Jarles Lopes de Medeiros³⁴

Antes do surgimento da Constituição Federal de 1988, não havia sido normalizado o conceito da gestão democrática escolar da rede de ensino pública. A gestão democrática surgiu após muita luta dos educadores e dos movimentos sociais da época, que almejavam a democratização das escolas públicas brasileiras, sendo apontada como um dos princípios para a educação brasileira, regulamentada por leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) e o Plano Nacional da Educação (PNE) (c), em sua meta 19.

Acreditamos ser crucial, para o entendimento deste texto, a recordação do contexto que envolveu a elaboração da Constituição Federal de 1988, que se deu após o final do período compreendido como ditadura militar, por esse motivo, e ser resultado dos debates com a população, acabou por tornar-se conhecida como a Constituição Cidadã. Tratando-se de um texto que define tanto os direitos quanto os deveres de todos os cidadãos, inclusive do meio político, de nosso país, a Constituição de 1988 teve o propósito de democratizar o Brasil, e proporcionou ao nosso país a defesa de vários direitos sociais que outrora não existiam.

Na década de 1970, já existiam estudiosos que conversavam sobre a necessidade de uma nova constituição que englobasse os desejos da maioria da sociedade, que almejava um governo democrático, pois, nessa época, o Brasil estava sob o efeito da Constituição de 1967, vista por muitos como autoritária, ditatorial e antidemocrática. Porém, somente no Governo Sarney, em 1987, que foram realizadas eleições, em que os políticos eleitos conceberam a Assembleia Nacional Constituinte, que escreveu a nova Constituição.

³³ Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: luciana.galvao@aluno.uece.br

³⁴ Professor adjunto da UECE. Doutor e mestre em educação, psicopedagogo, licenciado em pedagogia, língua portuguesa e em LIBRAS.

E-mail: jarles.lopes@uece.br

A redação foi bastante longa, pois a escrita teve início ali, debateu diversas questões e contou com a participação da população, tornando seu processo de escrita altamente democrático. Compreendemos que a Constituição de 1988 está longe da perfeição e possui inúmeras limitações, no entanto consideramos ela um documento bastante avançado no que diz respeito aos direitos dos cidadãos, de forma especial das minorias, que tiveram tantos direitos negados durante o período da ditadura militar.

Durante o regime militar, o diretor era a única pessoa que tinha poder de decisão dentro das escolas, era a autoridade por excelência, responsável por manter a lei e a ordem dentro da escola de acordo com o que mandava o sistema. Após a Constituição de 1988, com a redemocratização do país, inclusive na educação, a administração escolar passa a ser voltada para uma transformação social, buscada por meio da participação de toda a sociedade. A democratização dentro da escola pública era necessária para tornar possível seu acesso e modificar as práticas desenvolvidas em seu interior, que antes se tratavam de práticas ditatoriais. Em consequência disso, surge, então, a aprovação da Gestão Democrática do Ensino Público.

Portanto, para que haja dentro das escolas um envolvimento geral de todos que compõem a comunidade escolar, é necessário que entendamos a gestão democrática como de fato ela é. Não bastando que esteja apenas regulamentada por leis, precisa ser entendida como meio que possibilitará o desenvolvimento, em aspectos gerais, de todo corpo da escola.

Antes da implementação da gestão democrática, existia uma centralização de poder, em que as decisões pairavam somente sobre o diretor das escolas. Após a democratização, que foi alcançada por meio da Constituição de 1988, a gestão democrática descentraliza esse poder, tornando as atividades de cunho participativo, propondo o envolvimento de todos os demais integrantes da comunidade escolar. Segundo de Freitas (2016, p. 1): “O diretor que antes tinha como principal função fiscalizar, controlar e ditar os rumos dentro da escola se apresenta com um novo desafio, ser um mediador da escola frente aos anseios da sociedade onde está inserida”.

Por muito tempo, foi difundido um modelo de gestão escolar autoritário e individualista, que contava com a colaboração somente do diretor e que visava, muitas vezes, apenas seus interesses pessoais. No entanto, atualmente, está consolidado que esse modelo não possui eficácia. De acordo com Anísio Teixeira (1997, p. 27): “só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a escola pública”. Ou seja, somente quando, de fato, as

escolas, de um modo geral, agirem de forma democrática, é que será possível constituir uma sociedade consciente e participativa em tudo que lhe diz respeito.

A autora Naura Ferreira completa:

[...] é indubitável sua importância como recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização (Ferreira, 2004, p. 305).

A geração atual deseja participar e conhecer o que está ao seu redor. De uma forma geral, as pessoas não aceitam mais ordens sem justificativas, e para além de tudo isso, a educação efetiva exige de nós colaboração, envolvimento e disposição para agir de maneira responsável.

A educação é a base que forma toda sociedade e, por isso, torna-se dever da comunidade escolar participar das decisões nas instituições de ensino. No entanto, observamos que dentro das escolas cada vez mais diminui a voz dos estudantes, o interesse dos pais para o que ocorre dentro das instituições de ensino, a motivação dos professores e funcionários para não somente opinar, como também agir, de forma a engrandecer e melhorar qualitativamente o desempenho de toda a comunidade escolar, e prepondera o silêncio.

Embora assegurada pela LDB (Brasil, 1996), que rege a educação pública do Brasil, a gestão democrática ainda não é completamente aplicada nas escolas. De fato, ainda dependemos de um modelo de gestão arcaico e que, dia após dia, pouco se faz para que essa condição seja alterada, mesmo quando diversos autores e pesquisadores apontam que muito melhor é o desenvolvimento social dos alunos, professores e todo corpo docente quando lhes é permitido participar do processo de elaboração das decisões que envolvem a comunidade escolar, aumentando, ainda, o crescente desejo de se permanecer na escola.

Não existe qualidade de ensino longe da gestão democrática. A gestão democrática é um instrumento de participação e autonomia; um processo contínuo que deseja a transformação não somente da instituição, como também da própria sociedade na qual ela está inserida (Freire, 2003).

No artigo “O papel do gestor na unidade escolar: desafios e possibilidades” (Bizol, 2018), Kátia Maria averigua o papel do gestor na unidade escolar, de modo a tornar possível a compreensão acerca do compromisso do gestor escolar, sua função e importância, bem como refletir sobre suas ações, responsabilidades e formação atualmente. No decorrer do texto, a autora reflete sobre o processo evolutivo da história educacional no Brasil,

ressaltando que durante esse percurso diferentes concepções de ensino foram utilizadas e que essa reflexão é necessária para as futuras mudanças idealizadas para a educação.

A autora continua seu pensamento explicando que a educação é um direito humano universal e, como tal, deve ser garantida uma educação que tenha intenção de mudar a realidade atual escolar. Em outras palavras, uma educação que se importe e leve em conta a realidade de vida dos educandos, para que, após conhecê-la, torne-se possível intervir sobre ela e transformá-la radicalmente (Bizol, 2018).

Diante dos novos rumos que os estudos acerca da gestão escolar ganham, a autora enfatiza que o controle democrático agora é expresso como forma de luta, contra as desigualdades sociais e econômicas. Tudo porque se visa uma educação de qualidade, que promova o educando para além da conformação com o sistema e o leve a pensar criticamente, deixando-o livre para construir sua história conforme desejar. A gestão escolar foca, principalmente, na conquista dessa educação de qualidade tão desejada, por isso se faz tão necessária a competência no ambiente de trabalho, a compreensão real do que significa gestão escolar, o que ela proporciona e como acontece, que, nas palavras da autora, foram muito bem explicados:

É importante destacar que a gestão escolar significa o ato de gerir a dinâmica cultural de uma escola juntamente com as diretrizes e políticas públicas educacionais para a implementação de seu projeto político-pedagógico e, além disso, deve ser compromissada com os princípios da democracia e métodos que proporcionem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), mas também permitindo a participação e comprometimento das demais pessoas envolvidas nesse processo educacional (tomada de decisões conjunta e efetivação de resultados) com autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) (Bizol, 2018, p. 6).

É importante ressaltar a participação contínua do gestor escolar, participação ativa nas atividades da escola, mostrando que está comprometido com a educação pública de qualidade que todos almejam. O gestor precisa estar envolvido em toda a área pedagógica de sua escola, pois ela representa, metaforicamente, o coração da escola. Isso significa dizer que para obter o sucesso e alcançar a qualidade de ensino, é imprescindível que o gestor escolar execute um bom planejamento, acompanhamento e avaliação da proposta pedagógica, atentando sempre ao desempenho de todos. Bizol (2018) identifica que a busca pela educação de qualidade se trata de um dos grandes desafios das escolas públicas.

A gestão escolar democrática almeja uma escola eficaz, e Bizol (2018) defende que isso acontece quando o gestor percebe e faz perceber que a liderança não é só mais uma de suas funções específicas, ao contrário, trata-se de uma responsabilidade grupal, ou seja,

é função de todos, o gestor junto com sua equipe busca conquistar tudo em conjunto. Ele deve ser o incentivador, aquele que inspira e que promove a interação de todos, para uma construção coletiva e organizada dos projetos educacionais, acima de tudo comprometido com os valores, os princípios e os objetivos educacionais.

Luck (2013; 2014) também discorre sobre o assunto em questão. Nos “Cadernos de Gestão”, a autora tem como objetivo abordar algumas questões que permeiam a gestão escolar democrática e participativa, desejando contribuir, significativamente, para a formação de diretores, supervisores, gestores, coordenadores, orientadores e professores, que, como membros da escola, faz-se imprescindível que corroborem com os processos relacionados ao funcionamento pedagógico da instituição, tomando consciência de que a gestão educacional é o alicerce que sustenta a comunidade escolar e, como tal, precisa ser desenvolvida com seriedade, responsabilidade, compromisso e participação, de modo a impulsionar resultados coletivos favoráveis. A reflexão encontrada nos Cadernos de Gestão favorece as ações realizadas nas gestões escolares, para que se tornem mais efetivas e humanas, salientando, mais uma vez, o objetivo final que deve ser a aprendizagem dos alunos.

A participação possibilita às pessoas a chance de elaborarem um bom trabalho. É através de um trabalho participativo e em conjunto que se torna possível alcançar os objetivos educacionais, sendo essa mesma participação que vai acabar de vez com o modelo individualista e centralizador de organização, difundido dentro das escolas. Luck salienta, ainda, sobre a importância da conscientização a respeito da participação por participação, que consiste em gastar tempo com momentos aleatórios, tratando de assuntos supérfluos, ou mesmo a se envolver na gestão assumindo uma postura desinteressada, sem disposição para refutar e que, por fim, assume um papel cômodo que favorece a disseminação da gestão de poder.

No decorrer de sua escrita, Luck (2013; 2014) vai exemplificando as formas de participação no processo de gestão, as quais ela denomina como: presença, expressão verbal, representação política, tomada de decisões e engajamento. Ressaltamos que a definição de participação corresponde ao modo como escolhemos atuar nos diferentes espaços, ao esforço que, de modo individual, estamos dispostos a exercer, visando o bem coletivo, para que se mantenha o bom funcionamento das atividades propostas.

Participar é transpor nossa acomodação, extinguindo esse caráter individualista que tanto carregamos conosco, pois somente quando exercemos o direito de participar é que tornamos possível o aprimoramento da qualidade de ensino. A ação participativa, quando

entendida como forma de participação social, é orientada por princípios, valores e objetivos que almejam uma escola organizada, dinâmica e competente, que toma decisões coletivas, respeitando e aceitando a diversidade que é própria de cada ser humano. A participação é uma necessidade humana. Para Luck (2013):

[...] o ser humano se torna uma pessoa e desenvolve sua humanidade na medida em que, pela atuação social, coletivamente compartilhada, canaliza e desenvolve seu potencial, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da cultura do grupo em que vive, com o qual interage e do qual depende para construir sua identidade pessoal (Luck, 2013, p. 61).

Quando exercemos a participação, não se contribui apenas com a situação em questão, mas também com o nosso desenvolvimento pessoal, pois ambos formam-se em conjunto. A participação democrática supera o individualismo e a incompletude, e oportuniza um espaço harmonioso e em constante desenvolvimento. Não se trata de um privilégio, é na realidade uma condição para que se estruture e se fundamente de vez a gestão democrática escolar, pois participar não é fingir interesse, é emanar compromisso, é ter consciência da responsabilidade que tal participação transpõe.

É real e necessária a discussão que visa enraizar a gestão democrática e participativa, no entanto, ao passo que se tenta tornar esse anseio real e possível, Luck (2014) também nos leva a refletir sobre uma outra realidade que comumente nos cerca dentro das escolas, o diretor que não encontra apoio para o trabalho, em termos gerais, que envolve a escola. Profissionais que se limitam a exercer apenas o papel ao qual julgam estar relacionado às suas respectivas funções, professores delimitando seu envolvimento para tudo que aconteça dentro de sala de aula e da porta para fora extinguem-se de qualquer obrigação. Pais que, quanto mais longe estão da escola, mais ainda desejam estar, abrindo mão de participar do crescimento profissional e pessoal de seus filhos. Os diretores que vivenciam essa realidade se sentem solitários, sobrecarregados e, habitualmente, tendem a assumir uma postura centralizadora, enraizada no individualismo.

A gestão escolar democrática trabalha na perspectiva da coletividade, do trabalho em equipe, que motiva a participação de todos que compõem a comunidade escolar, de modo que todos consigam desempenhar da melhor maneira possível suas distintas funções, possuindo como meta final o pleno desenvolvimento dos alunos. Luck (2014, p. 97) nos mostra que os conceitos de gestão e liderança se completam: “O exercício da gestão pressupõe liderança, pois que não se pode fazer gestão sem exercer liderança”.

Liderança e gestão não se limitam ao mesmo assunto, mas uma incrementa a outra. A liderança, dentro da gestão escolar, estimula o comprometimento das pessoas e gera resultados positivos; por sua vez, uma gestão mecânica, sem noção de coletividade, está fadada a ter sempre resultados negativos. Portanto, liderar não é gerenciar, visto que gerenciar está mais ligado a fins administrativos, que envolvem um planejamento que se importa apenas com fazer com que as coisas aconteçam, enquanto liderar está ligado a ter visão, inspiração e motivação das pessoas. Os conceitos são distintos, mas entrelaçam-se e, juntos, possuem muito a agregar na efetivação da gestão democrática.

Como forma de agregar ainda mais esse entendimento, Luck (2014) elabora um quadro enumerando as distinções que existem entre os líderes e chefes, especificando as atitudes que, com frequência, adotam, mostrando que por conta da diversidade que nos cerca é possível assumir uma posição que se mantenha equilibrada entre as duas opções, desde que o foco seja sempre a valorização das pessoas, o trabalho coletivo e que não haja necessidade de se mecanizar tudo.

Dentro da escola, necessitamos de um líder, que esteja pronto para estar à frente e incentivar todo corpo docente a lutar e não desistir de alcançar melhorias para o sistema educacional. Conseqüentemente, precisamos de um chefe que perceba que a escola não é uma empresa, como as demais, pois não lidamos com mercadorias ou objetos, e sim com pessoas, essencialmente com sonhos e sentimentos, portanto os métodos utilizados precisam estar centrados em condições que valorizem tal realidade.

Infelizmente, a realidade que nos cerca é completamente diferente da desejada. Dentro das escolas, ainda é comum encontrarmos como representante um diretor que orienta sua equipe para reprodução de movimentos meramente administrativos, sem foco algum no ser humano que habita na escola, seja ele aluno, professor ou pai. Ou seja, um representante que comumente encontra-se mais exercendo o papel de chefe do que de líder, quando deveria encontrar, no mínimo, um meio termo, onde conseguisse se concentrar em elevar a qualidade de seu ambiente de trabalho.

O trabalho de Luck (2013; 2014) contribui para este estudo porque nos leva a considerar a existência da liderança dentro da gestão escolar, fazendo-nos contemplar uma realidade diferente da atual. A autora nos leva a questionar os métodos que são utilizados, bem como a postura adotada por toda a gestão escolar. Suas mediações nos fazem compreender que a liderança de pessoas auxilia na formação plena destas, possibilitando uma qualidade efetiva na aprendizagem. Nós sabemos que pode ser difícil, mas as reflexões da autora nos revelam que, além de não ser impossível, é necessário que ocorra essa

transformação dentro da gestão escolar, é urgente que adotemos uma postura participativa e democrática nas escolas e, por conseguinte, na vida.

Em seu livro “Gestão escolar e docência”, Campos (2014) procura evidenciar que a docência influencia na prática do gestor escolar, pois um gestor que possui experiência em sala de aula conseguirá está mais próximo de seus professores, visto que conhecerá e terá vivido *na pele* o que eles vivem atualmente. Além do que, justamente por estar unido em semelhança à realidade dos professores em sala de aula, um gestor que antes estava como professor sente-se mais motivado a entender e propiciar meios para que haja facilidade dentro das atividades que precisam ser cumpridas dentro da escola. Reiteramos que o principal papel do gestor é estimular e motivar toda a comunidade escolar para que desperte nela o interesse em estar participando de tudo.

Campos (2014) acredita que desassociar a educação da humanização é algo que impede a conquista da escola de qualidade. O autor defende que o professor é mais que uma máquina de conhecimento, e sua participação no desenvolvimento do aluno envolve mais do que só ministrar assuntos e elaborar atividades. “A responsabilidade do professor não deve se limitar a transmitir conteúdos” (Campos, 2014, p. 50). Quando enxergamos o professor como uma mera máquina de conhecimento, estamos fadados a tratá-lo como objeto que, de fato, ele seria. Por essa razão, é crucial estar sob a liderança de uma gestão que compreenda e conscientize as pessoas sobre o real papel do educador dentro e para a sociedade, pois todos precisamos refletir a respeito da importância do professor na formação dos estudantes.

A maior luta travada ultimamente no campo da educação gira em torno de conseguir meios para o (re)surgimento de escolas de qualidade e excelência. Educar é promover meios para que o ser humano possa se desenvolver plenamente, o que requer tempo, que dinheiro nenhum pode comprar. Investir na educação é mais do que necessário, no entanto tornar essa mesma educação mais humana é urgente. Nós lutamos e exigimos o aumento de verbas direcionadas à educação e, igualmente, almejamos que todo corpo docente das escolas assumam uma postura mais comprometida, verdadeira e humana nos arredores da instituição. Eis o desafio real dos gestores: motivar para além do capital.

Em seu livro “Gestão democrática da escola pública”, Paro (2022) traz à tona várias questões que permeiam o ensino público e sua gestão. Em suas primeiras páginas, seu pensamento já nos provoca inúmeras inquietações. Ao tratar da gestão democrática dentro das escolas públicas, ele aborda tal tema como sendo utópico, desejável e, portanto, realidade inexistente.

Por se tratar de uma realidade que não está exposta perante nossos olhos, tanto quanto está no papel, tendemos a acreditar que é difícil de alcançar e, muitas vezes, desistimos antes mesmo de começar, esquecendo-nos de que toda a escola anseia por participar e envolver-se nos projetos educacionais. “Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública básica que tenha efetiva participação dos pais, educadores, alunos, e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica”. (Paro, 2022, p. 13).

Estamos cansados de ver a escola distante da função que deveria desempenhar frente à sociedade, ocupando um lugar não somente ditador, como também propagando a injustiça social, quando em suas dependências não estimula o aluno a ir além de onde está e o devolve para sociedade, recolocando-o no mesmo lugar que estava antes de adentrá-la. A escola é lugar de transformação, e esse fato não pode estar expresso somente no papel, precisa ser real, ser vivido, ou seja, essa transformação precisa deixar de ser sonho e tornar-se palpável.

[...] Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas uma coisa é falar de suas potencialidades... uma coisa é falar “em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser. Uma coisa é expressar a crença de que, na medida em que consiga, na forma e no conteúdo, levar as camadas trabalhadoras a se apropriarem de um saber historicamente acumulado e desenvolver a consciência crítica, a escola pode concorrer para a transformação social; outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e, em certo sentido, legitimadora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica (Paro, 2022, p. 14-15).

O sistema que atualmente rege a escola pública precisa ser mudado, essa hierarquia que coloca o diretor pretensamente como única pessoa detentora de todo o poder deseja, unicamente, fazer a classe trabalhadora permanecer onde está, submissa, sem perspectiva de avanço, sem desejo de mudança. Essa é a única razão para os poderosos permanecerem no trono: escravizar a mão de obra barata, tornando-a refém de sua ignorância. Por essa razão, é que não há transformação nas escolas, por isso é que continua, ano após ano, propagando-se modelos de gestão autoritários, arcaicos e dominadores; pois é na escola que se compreende que estão localizadas as fontes de crescimento do pensamento crítico-reflexivo.

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola — educadores, alunos, funcionários e pais — nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos (Paro, 2022, p. 17).

A participação ativa de todos é que fará com que surjam os meios pelos quais a escola encontrará seu caminho, assumindo, assim, o papel que, de fato, a compete, que é ser lugar que proporciona a transformação das pessoas, da sociedade, do mundo.

Compreendemos que assumir o papel de líder é extremamente difícil e complicado frente à realidade desmotivadora que cerca a educação brasileira, mas seguiremos confiantes de que conseguiremos. Basta compromisso e excessiva paixão pela docência, ambos sentimentos nos farão ávidos por mudanças e nosso combustível jamais nos deixará para.

REFERÊNCIAS

BIZOL, K. M. F. **O papel do gestor na unidade escolar**: desafios e possibilidades. 2018. Monografia (Especialização) – Curso de Especialização em Educação: Educação e Prática de Ensino, do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Abelardo Luz, 2018.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

Brasil. Ministério da Educação. **Lei n.º 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014.

CAMPOS, C. M. **Gestão escolar e docência**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2004.

Freire, P. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Freitas, J. C. L. A constituição e a gestão democrática na escola brasileira. **Revista PLUS FRJ**: Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde, n. 2, p. 22, out. 2016.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Perdizes, 2022.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CAPÍTULO 8

PANORAMA DO PARADIGMA DE PESQUISA NA ÁREA CONTÁBIL BRASILEIRA

Nadielli Maria dos Santos Galvão

RESUMO

Um dos pontos cruciais de uma pesquisa científica é a definição do pesquisador da sua forma de investigar a realidade, de qual será sua postura frente ao seu objeto de estudo e qual a metodologia que este irá adotar para compreensão dos fatos. Diante disso, faz-se necessária a escolha de um paradigma de pesquisa que, ainda que não seja explicitado, fica nas entrelinhas da investigação. Desse modo, o objetivo deste capítulo é realizar um breve panorama do paradigma adotado em teses e dissertações relacionadas com a área contábil defendidas no Brasil. Assim, identifiquei que apesar da Ciência Contábil ser historicamente associada ao paradigma positivista, já há uma abertura dos pesquisadores para os paradigmas qualitativos como o interpretativismo e o crítico-interpretativismo. A entrevista tem sido utilizada como principal técnica de produção de dados nas pesquisas que adotam tais paradigmas, utilizando-se da triangulação e da análise temática para compreender os fenômenos. Além disso, dos 5 trabalhos analisados, 4 tinham viés qualitativo, sendo 2 destes focados na temática da educação contábil. Esse achado é pertinente, uma vez que não se pode compreender um processo de ensino e aprendizagem que não considere a subjetividade de lidar com os seres humanos e suas diferentes vivências, experiências, percepções e opiniões. Por fim, o capítulo busca contribuir com mestrandos e doutorandos que buscam definir seu posicionamento frente aos seus objetos de estudo, estimulando-os a escolher um paradigma, não considerando que um é superior ao outro, mas que um pode explicar melhor um determinado fenômeno que outro.

Palavras-chave: 3 palavras que tenham relação com o tema do trabalho, mas que não apareçam no título. Devem ser separadas com ponto final e colocadas em ordem alfabética.

PARADIGMA, O QUE É ISSO?

Você é pesquisador? Se sim, tente me responder essas perguntas: Como você enxerga o mundo? Como você interpreta os dados da sua pesquisa? Como você entende a realidade? De forma objetiva, subjetiva, intersubjetiva? Como você compreende que deve ser a sua postura frente aos dados da sua pesquisa? Se você conseguiu responder a estas perguntas, então você conseguiu falar um pouco do que é o seu paradigma de pesquisa.

Podemos definir esse termo como a visão de mundo do pesquisador, o conjunto de crenças que orientam a ação do investigador (Melo; Vieira, 2020). São aspectos básicos do paradigma, a ontologia (ou a nossa compreensão da natureza da realidade); a axiologia (a nossa postura enquanto pesquisadores); a epistemologia (como conhecemos o mundo) e a metodologia (os procedimentos e estratégias que devem ser adotadas na investigação científica), conforme Benedicto *et al.* (2012).

Ao longo dos anos o empirismo lógico, ou positivismo, dominou o pensamento científico, descrevendo e testando empiricamente os fenômenos de modo objetivo. No entanto, a partir da década de 1970 começa a ser estruturado um novo paradigma em oposição ao positivismo, pautando-se em uma visão holística, indutiva e naturalística dos fenômenos, conhecido, de maneira geral, como paradigma qualitativo (Alves-Mazzoti, 2002).

Dentro desse escopo temos, por exemplo, o interpretativismo, o qual se interessa em estudar o que significa as ações humanas na vida social (García; Castro, 2017). Já no paradigma crítico o pesquisador compreende a realidade social como historicamente produzida e que qualquer mudança é restrita tendo em vista as forças de dominação (Lima, 2011). Há ainda outros paradigmas como a complexidade, multirreferencialidade, pós-positivismo, pós-crítico. São muitos paradigmas para uma multiplicidade de formas de conceber a realidade.

Assim, por mais que não seja obrigatório ter um paradigma definido, todos nós, enquanto seres humanos, temos uma forma (ainda que não tenhamos percebido, ou não tenhamos tido a necessidade de explicar) de compreender a realidade que está em nossa volta, sendo este o nosso paradigma, quer ele esteja estruturado ou não. Contudo, para um pesquisador de nível de pós-graduação, definir e explicitar o seu paradigma, ainda que não seja obrigatório, demonstra maturidade na concepção de sua investigação. Logo, ainda que não seja peremptório, é, no mínimo, recomendável.

Mas, para ser possível definir com segurança nosso paradigma, faz-se necessário conhecer os que já estão consolidados e identificar aquele que melhor explica a nossa cosmovisão, e, se for necessário, adaptá-lo. Para tal, pode-se, por exemplo, mergulhar em pesquisas anteriores de modo a perceber como estas foram executadas e como o paradigma norteou as escolhas dos investigadores. Assim, para contribuir com os leitores, especialmente aqueles que se encontram na fase de escrita de teses/dissertações na área contábil, trago como objetivo deste capítulo realizar um breve panorama do paradigma adotado em teses e dissertações relacionadas com a área contábil defendidas no Brasil.

Fiz a escolha pela área contábil tendo em vista ser essa minha área de formação e que, ainda que atualmente esteja realizando um doutorado na área de educação visando discutir e refletir sobre minha prática docente, continuo pesquisando e estudando a Ciência Contábil cotidianamente. Além disso, conheço de perto as dificuldades daqueles que buscam entrar na pós-graduação nesta área e que ainda não conseguem se posicionar nos aspectos metodológicos de sua pesquisa. Ademais, escolhi analisar as teses e dissertações, pois estas possibilitam compreender o percurso de formação de um pesquisador e seu posicionamento frente ao seu objeto de estudo.

PERCURSO DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo que propus para este capítulo, fiz um levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Na busca avançada, optei por buscar o termo “paradigma” no resumo e “contabilidade” ou “ciências contábeis” no assunto, restringindo a busca para os últimos 5 anos, incluindo o ano de realização do levantamento (2018 a 2023), conforme pode ser visualizado na figura 1.

Figura 1 – Busca na BDTD.

The screenshot displays the 'Busca Avançada' (Advanced Search) interface of the BDTD. On the left, there are links for 'Ajuda com a Busca Avançada' and 'Ajuda com Operadores de busca'. The main search area includes a 'Busca por:' section with two input fields: the first contains 'paradigma' and is set to 'Resumo Português'; the second contains '"contabilidade" OR "ciências contábeis"' and is set to 'Assunto'. A 'correspondência da busca:' dropdown is set to 'TODOS os termos'. Below these are buttons for 'Adicionar campo de busca' and 'Adicionar Grupo de Busca'. A green 'Buscar' button and a 'Limpar' button are present. The 'Limitar a' (Filter by) section includes 'Idioma:' with a list of languages (deu, eng, Eng, esp, ESP, fra, fre, ita, mul, por, ...), 'Tipo Documento:' with a list (bachelorThesis, Dissertação, Tese), 'Ilustrado:' with radio buttons for 'Possui ilustrações', 'Não Ilustrado', and 'Sem preferência' (selected), and 'Ano de Defesa:' with 'De:' (2018) and 'Até:' (2023) input fields. A second green 'Buscar' button and 'Limpar' button are at the bottom.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Foram retomados 17 trabalhos, sendo que por meio de uma leitura preliminar dos resumos apenas 5 pesquisas foram selecionadas, tendo em vista que as demais até traziam o termo 'paradigma' em seus resumos, mas não o associavam ao paradigma para realização da pesquisa. Tenho ciência de que outros trabalhos que não compuseram a amostra podem ter discutido seus paradigmas em outras seções do estudo sem ter explicitado no resumo. No entanto, para fazer uma revisão da literatura torna-se necessário estabelecer filtros e restrições. Além disso, considero que o resumo é a porta de entrada de uma pesquisa, seu cartão-postal, tornando-se necessário que o pesquisador apresente de fato sua investigação. Desse modo, uma informação tão importante quanto a visão de mundo do investigador, em minha percepção, não poderia ficar de fora.

O levantamento foi realizado no dia 08 de novembro de 2023, dia em que as pesquisas foram organizadas e os resumos lidos. Por meio da leitura classifiquei as pesquisas em categorias como: paradigma, abordagem da pesquisa (qualitativa/quantitativa), técnica de produção/coleta de dados e técnica de análise dos dados. As informações foram tabuladas em uma planilha Excel.

RESULTADOS

As pesquisas analisadas estão listadas no quadro 1. Podemos observar que o ano de 2021 apresentou 2 pesquisas e que nos anos de 2020 e 2023 não foram publicadas teses e dissertações que atendessem aos critérios de busca desta pesquisa. Percebemos também que a região Sul do país foi representativa na amostra analisada, contribuindo com 3 pesquisas. A região Sudeste foi representada pelo estado de Minas Gerais e a região Nordeste por Sergipe. Já as regiões Norte e Centro-oeste não participaram da amostra.

Quanto às instituições, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná participou da amostra com 2 pesquisas. Já no que tange aos programas de pós-graduação, apenas a pesquisa sergipana não foi realizada em um programa da área de contabilidade, tendo sido desenvolvida em um mestrado em administração.

No que se refere aos temas das pesquisas, podemos perceber uma diversidade de assuntos, sendo que a educação contábil foi o foco de dois trabalhos, a saber Colle (2018) e Santana (2021). As demais pesquisas trabalharam temas concernentes à controladoria, governança e normas contábeis.

Quadro 1 – Tese e dissertações analisadas no estudo

TÍTULO	TIPO	AUTOR	ANO	OBJETIVO
Perfil do controller e escolhas estratégicas: uma análise qualitativa à luz da Teoria dos Altos Escalões	TESE	Mônica Aparecida Ferreira	2021	Compreender como os valores e a base cognitiva, propostos pela Teoria do Alto Escalão, são percebidos nas escolhas estratégicas do controller em empresas atuantes no Brasil e em Portugal
Práticas contábeis no tratamento do ativo imobilizado: evidências de Heurísticas e Decoupling	TESE	Gabriela Dias da Silva	2022	Compreender as práticas de implementação das IFRS no tratamento dos bens do ativo imobilizado, com ênfase na depreciação, no contexto brasileiro
Avaliação docente à luz de Pierre Bourdieu: formação continuada dos professores do curso de ciências contábeis	DISSERTAÇÃO	Fatima Eduarda Schmitk Colle	2018	Compreender como se constitui um processo de avaliação docente para formação continuada dos professores do Curso de Ciências Contábeis à luz da abordagem teórica bourdiana
A relação entre governança e eficiência econômica em cooperativas agropecuárias brasileiras	DISSERTAÇÃO	Wagner Dantas de Souza Junior	2019	Analisar a relação entre governança e eficiência econômica em cooperativas agropecuárias brasileiras.
Os impactos das viradas contábeis no processo de formação do profissional contábil na UFS	DISSERTAÇÃO	Felipe Borges de Santana	2021	Avaliar como as mudanças causadas na sociedade impactaram nas demandas ao profissional contábil e, conseqüentemente, ao seu processo de formação, buscando auxiliar na robustez formativa de uma ciência tão ampla como a contabilidade.

Fonte: Elaboração da autora (2023).

Quanto ao paradigma, visualizei que das 5 pesquisas, 3 adotaram o interpretativismo (Ferreira, 2021; Santana, 2021; Silva, 2022), 1 trabalho adotou o crítico-interpretativismo e 1 o positivismo. Aqui coloco minha percepção enquanto pesquisadora da área: compreendo que muitas das teses e dissertações produzidas em nossa ciência possuem um olhar

positivista para os dados, ainda que optem por não declarar diretamente o paradigma adotado.

O fato de neste meu levantamento ter encontrado um quantitativo maior de pesquisas que se declaram com paradigmas opostos ao positivismo não significa que isso reflita de fato a maioria das pesquisas realizadas em nossa área. No entanto, em minha visão, sinaliza para uma gradativa abertura dos pesquisadores da ciência contábil para novas formas de enxergar os fatos, o mundo e suas relações.

Nesta senda, apenas 1 pesquisa apresentou-se como quantitativa, tendo sido a dissertação de Souza Junior (2019). As demais, adotaram a abordagem qualitativa de pesquisa. Em consonância, temos que os métodos de produção de dados são diversos, conforme apresentado no quadro 2, sendo que as entrevistas foram as mais utilizadas.

Quadro 2 – Técnicas de Produção/Coleta dos dados.

Técnica de Produção/Coleta dos dados	Autores
Entrevistas	Colle (2018), Ferreira (2021), Santana (2021), Silva (2022)
Questionários	Colle (2018)
observação participante	Colle (2018)
banco de dados	Souza Junior (2018)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para a análise dos dados, no que se refere às pesquisas qualitativas, a triangulação e a análise temática foram aquelas que os pesquisadores mais se valeram, conforme visível no quadro 3. Já o autor que adotou o paradigma positivista e a pesquisa quantitativa foi aquele que mais se valeu de diferentes técnicas de análise dos dados.

Quadro 3 – Técnicas de análise dos dados.

Técnica de Análise dos dados	Autores
Triangulação/metatriangulação	Colle (2018); Ferreira (2021),
Análise Temática	Santana (2021); Silva (2022)
Análise Envoltória de Dados	Souza Junior (2018)
Teste de Frideman	Souza Junior (2018)
Correlação de Spearman	Souza Junior (2018)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Um ponto que considero importante discutir é que fazer pesquisa qualitativa não significa necessariamente não ser positivista. Isso vai além de um método científico, é uma

questão de postura e de modo de olhar o mundo. Se fazemos uma pesquisa qualitativa valendo-nos, por exemplo, de uma análise de conteúdo que não se abre para a subjetividade, estaremos sendo positivas. Contudo, dificilmente uma pesquisa de viés quantitativo poderá ser considerada interpretativista ou crítica, tendo em vista que a própria metodologia quantitativa exige objetividade e distanciamento por parte do pesquisador.

Por fim, percebo que aos poucos a Ciência Contábil vem percorrendo novos modos de fazer pesquisa. Contudo, considero relevante reforçar que o que defendo não é a superioridade de um paradigma a outro, mas o respeito às múltiplas formas de buscar compreender os fenômenos. O importante é que o pesquisador, ao escolher um paradigma, seja coerente com esta escolha, selecionando os métodos de produção/coleta e análise dos dados adequados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi realizar um breve panorama do paradigma adotado em teses e dissertações relacionadas com a área contábil defendidas no Brasil. Para tal, selecionei pesquisas na BDTD, defendidas e publicadas entre 2018 e 2023. Como principal resultado identifiquei que, apesar de historicamente a Ciência Contábil ser vista como positivista, já temos pesquisas que se abrem para os paradigmas qualitativos, que permitem um olhar subjetivo para a realidade.

Identifiquei que as pesquisas qualitativas adotam como paradigma o interpretativismo e o crítico-interpretativismo, valendo-se das entrevistas, em sua maioria, para produção de dados e, conseqüentemente, da triangulação dos dados e da análise temática.

Percebi ainda que 2 das pesquisas realizadas com esse viés discutiam temas relacionadas à educação contábil. Considero isso pertinente, pois não se pode pensar em um processo de ensino e aprendizagem objetivo, tendo em vista que à medida que lidamos com pessoas existe uma multiplicidade de realidades, contextos, vivências, fazendo com que cada experiência em sala de aula seja diferente, nova e, portanto, subjetiva.

Neste breve capítulo busquei iniciar a discussão sobre essa temática tão relevante nas escolhas de mestrandos e doutorandos. Longe de querer esgotar o tema, até porque reconheço a limitação da pesquisa, tendo em vista o número restrito de trabalhos que fizeram parte da amostra analisada, meu pensamento foi o de contribuir para o percurso investigativo dos meus colegas pesquisadores, apontando possibilidades de posicionamento frente aos seus objetos de estudo.

Espero em pesquisas futuras aprofundar esta investigação, realizando a leitura de teses e dissertações que apresentaram seus paradigmas em outras seções do trabalho final. Considero também pertinente realizar um levantamento do paradigma dominante na América Latina, pois apesar de, em um certo sentido político, termos, em minha percepção, uma tendência para o paradigma crítico, talvez o modo de fazer ciência seja diferente. Não sei? Será? Veremos... o que me resta é encerrar essas linhas deixando evidente que para mim qualquer pesquisa é apenas o começo de um longo e extenso percurso de muito aprendizado. Às vezes esse caminho pode ser compreendido de forma objetiva, às vezes só pode ser compreendido de forma subjetiva. Tudo depende do fenômeno a ser estudado!

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZOTTI, A.J. O Método nas Ciências Sociais. In: ALVES-MAZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa. 2^o Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BENEDICTO, S. C. de et al. As contribuições da filosofia da ciência e da epistemologia inter-regional ao campo da administração e estudos organizacionais. **Revista de Administração da UNIMEP**, [S.l.], v. 10, n. 1, jan./abr. 2012. <http://repositorio.ufla.br/handle/1/37972>
- COLLE, Fatima Eduarda Schmitk. Avaliação docente à luz de Pierre Bourdieu: formação continuada dos professores do curso de ciências contábeis. 2018. 511 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Contabilidade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4271?mode=full>
- FERREIRA, Mônica Aparecida. Perfil do controller e escolhas estratégicas: uma análise qualitativa à luz da Teoria dos Altos Escalões. 2021. 260 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2021.278>
- GARCÍA, M.J.M.; CASTRO, A.M.P. La investigación en educación. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S., and ASSIS, R. A. M., orgs. **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias** [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, 170 p. ISBN: 978-85-7455-493-8. Available from: doi: 10.7476/9788574554938. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938.epub>
- LIMA, L. A. DE .. A representação das múltiplas dimensões paradigmáticas no estudo da administração: um ensaio sobre os limites contidos nas defesas paradigmáticas excludentes. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 198–208, mar. 2011. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200003>
- MELO, J.F.R.; VIEIRA, N.M. O paradigma da investigação qualitativa e a forma de garantir a validade e a fidelidade nos estudos científicos de natureza qualitativa. *Id Online*, **Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v.14, n.52, 549-557, 2020. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2730>

SANTANA, Felipe Borges de. Os impactos das viradas contábeis no processo de formação do profissional contábil na UFS. 2021. 217 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. <https://ri.ufs.br/handle/riufs/14716>

SILVA, G.D. Práticas contábeis no tratamento do ativo imobilizado: evidências de Heurísticas e Decoupling. 2022. 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2022. <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/11252?show=full>

SOUZA JUNIOR, Wagner Dantas de. A relação entre governança e eficiência econômica em cooperativas agropecuárias brasileiras. 2019. 141 f. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Contabilidade) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019. <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4270>

SOBRE OS AUTORES

NADIELLI MARIA DOS SANTOS GALVÃO

Doutoranda em Educação, Mestre em Ciências Contábeis, Especialista em Didática, docência e tutoria na Educação a Distância, Bacharel em Ciências Contábeis. Professora da Universidade Federal de Sergipe, no curso de Ciências Contábeis, campus de Itabaiana (UFS/ITA).

CAPÍTULO 9

ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR DESAFIOS NO ENSINO DE CÁLCULO: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Francisco Odécio Sales¹

Kevin Cristian Paulino Freires²

Maria Aliciane Martins Pereira da Silva³

Micael Campos da Silva⁴

RESUMO

Este artigo aborda um histórico de propostas de atualização do ensino de Cálculo Diferencial e Integral, especialmente diante do desafio representado pelo baixo rendimento nos cursos de ensino superior. A justificativa para essa investigação é respaldada pelos elevados índices de não-aprovação observados nessa disciplina. O estudo construiu um panorama das medidas mais relevantes inovadoras, destacando iniciativas como a reestruturação curricular e a modernização das metodologias em sala de aula. A metodologia adotada é qualitativa e argumentativa-crítica, fornecendo uma análise aprofundada dessas propostas. Os resultados revelam percepções importantes sobre a eficácia e limitações das abordagens utilizadas, fornecendo subsídios para melhoria do ensino do design. Nas considerações finais, destaca-se a importância de uma abordagem contínua e adaptativa, reforçando o compromisso com a melhoria constante do ensino dessa disciplina fundamental.

Palavras-Chave: Cálculo Diferencial e Integral; Educação Matemática; Índices de reprovação; Reforma curricular; Uso de tecnologias.

INTRODUÇÃO

A educação em Cálculo Diferencial e Integral enfrenta desafios importantes, refletidos no persistente baixo rendimento nos cursos de ensino superior. Este artigo propõe uma investigação detalhada sobre o histórico de propostas de atualização no ensino dessa disciplina, delineando estratégias que visam superar os desafios presentes.

A problematização do ensino de cálculo é evidenciada em eventos acadêmicos e científicos dedicados à educação matemática, respaldada por dados estatísticos que confirmam o baixo rendimento nas disciplinas de design nas últimas décadas. A necessidade urgente de aprimorar as estratégias educacionais é justificada pelos elevados índices de não aprovação nessa disciplina, constituindo uma preocupação para as universidades e uma questão relevante para os pesquisadores.

Seguindo a linha de investigação de Ávila (1991) e Duclos (1992), este estudo analisa as previsões de integração dos conteúdos do ensino médio de forma integrada com conceitos introdutórios de design, suavizando a transição para o ensino superior. Além disso, exploramos cursos introdutórios, como o pré-cálculo apresentado por Doering (2004), como práticas pedagógicas ministradas pelas universidades para ambientar os alunos do ensino médio ao ambiente acadêmico do cálculo.

A modernização das práticas didáticas, incentivada por Camargo (2010), está inserida na discussão, reconhecendo que novas tecnologias estão presentes no cotidiano de alunos e professores. Investigamos, assim, novas metodologias que aliam o uso da tecnologia ao ensino do design, examinando como essas práticas podem melhorar o rendimento da disciplina.

A metodologia adotada neste estudo é qualitativa e argumentativa-crítica, permitindo uma análise aprofundada das propostas de atualização e uma avaliação rigorosa da eficácia e limitações das estratégias renovadas. A coleta de dados inclui revisão bibliográfica, análise documental e, quando aplicável, entrevistas com profissionais da educação.

O recorte teórico está fundamentado nos princípios da educação matemática, com ênfase na evolução histórica do ensino de Cálculo. Teorias pedagógicas e conceitos relacionados à restrição curricular e modernização das metodologias em sala de aula são explorados para embasar a análise crítica das estratégias investigadas.

O artigo está estruturado de forma a fornecer uma progressão lógica da análise. Após esta introdução, a próxima seção aborda o contexto histórico das propostas de atualização, incluindo medidas importantes formuladas e aplicadas ao longo do tempo. Em seguida, apresentamos as estratégias mais relevantes, considerando a integração dos conteúdos do ensino médio, cursos introdutórios e a modernização das práticas didáticas. Posteriormente, realizamos uma análise crítica dos resultados obtidos, proporcionando insights para a melhoria contínua do ensino de Cálculo. As considerações principais destacam a importância de uma abordagem contínua e adaptativa, reforçando o compromisso com a evolução constante do ensino dessa disciplina crucial.

Por fim, cabe salientar que, este trabalho segue como uma atualização do trabalho denominado *Cálculo no Ensino Médio: Histórico e perspectivas*, dos autores Hauenstein e Porto (2022). Dessa forma, trazendo apontamentos que ao invés de trazer pontos contrários ao trabalho, traz pontos que reforçam e atualizam cada vez mais essa problemática do Ensino de cálculo no ensino superior. Além disso, traz parágrafos do referido trabalho para não ser simplesmente um *Apud*.

OS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO COMO PROBLEMA DE PESQUISA

Desde sua concepção, o cálculo diferencial e integral desempenha um papel crucial no avanço de diversas disciplinas/áreas científicas e tecnológicas. Suas aplicações permeiam praticamente todos os setores, abrangendo desde a análise de dados para estudos demográficos e sociais até a formulação de algoritmos e teorias abstratas nas áreas de física, engenharia e computação.

Os programas de ensino de cálculo diferencial e integral nas Instituições de Ensino Superior (IES) têm sido objeto de atenção primordial na pesquisa em educação matemática nas últimas décadas. Através da compilação de dados de Fiorentini (1993), Cury (2009), Sumbane e Khalil (2020) e Brim, Pinheiro e Miquelin (2021), elaboramos um resumo que evidencia a crescente relevância dessa temática em eventos acadêmicos dedicados ao estudo da matemática, que estará demonstrado logo abaixo.

- **1991:** Apenas 10 produções acadêmicas nacionais de educação matemática abordavam o ensino de cálculo.
- **1992 – 2001:** 42% dos artigos presentes nos anais do Congresso Nacional de Engenharia (COBENGE) eram dedicados ao tema.
- **2001 – 2004:** 36% das pesquisas apresentadas no Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM) falam sobre o ensino da disciplina.
- **2002 – 2005:** 19% dos artigos do Congresso Nacional de Matemática Aplicada (CNMAC) tratam sobre o estudo do cálculo.
- **2002 – 2006:** 49% dos trabalhos do Seminário Internacional de Pesquisas em Educação Matemática (SIPEM) são dedicados à temática.
- **2014 - 2018:** Apenas 17 Dissertações e 4 Teses nacionais de educação matemática abordavam o ensino de cálculo.
- **2015 - 2020:** Ao todo, foram encontrados 1071 trabalhos abordando a temática a respeito do processo de ensino-aprendizagem e da educação matemática sobre o assunto de cálculo diferencial e integral em periódicos nacionais, tais como: Bolema, Zetetiké, Educação Matemática em Revista e Revemat.

Sendo assim, é inegável que o processo de ensino e aprendizagem do cálculo tem relevância para alunos, professores e pesquisadores e, portanto, está sendo constantemente problematizado, investigado e avaliado para que possa ser melhorado.

Com intuito de problematizar os resultados que estão sendo obtidos pelo panorama atual do ensino de cálculo nas universidades, pesquisadores têm apontado o baixo rendimento apresentado pelos alunos na disciplina como uma questão preocupante que necessita ser estudada.

Em 1999, Barufi realizou um estudo quantitativo e qualitativo sobre o rendimento das turmas de cálculo diferencial e integral da Universidade de São Paulo (USP) no período entre 1990 e 1995, demonstrando que os índices de reprovação estavam entre 20% e 75%. Rezende (2003) realiza um estudo mais atual, utilizando como base os dados coletados nas turmas da Universidade Federal Fluminense (UFF) no período de 1996 a 2000, e observa resultados ainda mais alarmantes, constatando que as taxas de reprovação estavam entre 45% e 95%.

Trazendo para uma perspectiva mais atual, Rafael e Escher (2015) e Da Silva, Martins e Fernandes (2020) apresentam um estudo de caso e análise do Curso Técnico de Mineração do IFMG, respectivamente, onde realizam um levantamento estatístico dos índices de aprovação e reprovação na disciplina de cálculo nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 em uma universidade privada do estado do Rio de Janeiro e em um Instituto Federal de Minas Gerais. Por meio dos dados coletados, os autores mostram que a quantidade de alunos não aprovados em cada semestre está entre 30% e 60% do total alunos egressos durante o período avaliado, caracterizando um índice de não aprovação superior ao de outras disciplinas.

Cabe destacar que o problema não é exclusivo do panorama atual de ensino, uma vez que também vem sendo observado ao longo das últimas décadas. Já em 1995, a Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) demonstrou estar preocupada com a situação do ensino de cálculo nas universidades nacionais, publicando em um de seus boletins informativos uma nota alertando sobre os altos índices de repetência.

Analisando os índices de não aprovação das IES estrangeiras, nos conscientizamos de que o fracasso no processo de ensino e aprendizagem de cálculo diferencial e integral não é exclusivo das universidades nacionais.

O volume 98 da revista *American Mathematical Monthly* (1991) mostra que nos EUA, a cada ano, aproximadamente 600 mil pessoas se matricularam em disciplinas de cálculo em universidades americanas, cerca de 300 mil desses estudantes realizam a matéria de cálculo em cursos de engenharia e áreas semelhantes, e uma quantidade menor do que a metade é aprovada ao final do semestre. Para mais informações sobre estudos internacionais dessa temática, recomendamos os autores David Tall (University of Warwick

– Reino Unido), Anna Sierpinska (Concordia University - Canadá) e James Robert Leitzel (Duke University - EUA).

As pesquisas estudadas demonstram que realidades idênticas ocorrem em momentos e locais distintos, bem como em IES públicas e privadas. Com isso, podemos constatar que os problemas apresentados constituem uma mazela enraizada no histórico da disciplina durante as últimas décadas. Por fim, concluímos que o ensino de cálculo necessita ser intensamente investigado e avaliado para que possamos melhorar o rendimento dos alunos e docentes.

AS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO BAIXO RENDIMENTO

Oliveira *et al* (2018) mapearam os trabalhos que abordam as problemáticas do ensino de cálculo realizados no período de 2010 a 2018, com isso, identificaram que as principais causas apontadas para o baixo rendimento na disciplina são:

- A defasagem dos conhecimentos por parte dos alunos oriundos do ensino médio;
- Falhas na estrutura curricular dos programas de cálculo diferencial e integral das instituições de ensino superior;
- A defasagem das metodologias aplicadas ao ensino de cálculo.

Além disso, os autores também constataram que as principais medidas tomadas para sanar os problemas de aprendizagem do conteúdo são:

- A inserção do cálculo no Ensino Médio;
- Realização de cursos preparatórios para introdução e desenvolvimento do cálculo no ensino superior;
- Metodologias de ensino que façam o uso da tecnologia como recurso pedagógico.

É conveniente observar que cada uma das medidas tomadas para sanar os problemas com o ensino de cálculo é direcionada para tratar ao menos uma das suas possíveis causas.

Como contribuição original desta pesquisa, elaboramos um histórico com algumas das principais medidas já propostas para alterar o panorama que o ensino de cálculo tem vivenciado nas últimas décadas. Além disso, estudamos e analisamos os resultados obtidos por algumas das aplicações dessas propostas.

Primeiramente, debatemos os trabalhos de pesquisadores que propõem uma reforma na estrutura curricular atual, de forma que tópicos introdutórios de cálculo possam ser abordados durante o ensino médio, como já ocorre nos Institutos Federais (IF's). Em seguida, apresentamos os diferentes programas de apoio pedagógico realizados nas universidades para auxiliar os alunos nas disciplinas de cálculo, como monitoria. Por fim, estudamos metodologias de ensino que contextualizam a prática docente com o uso das novas Tecnologias da Informação (TI) integradas ao ensino dos conteúdos da disciplina.

Esperamos que nossa análise dessas propostas possa futuramente contribuir com melhorias na reestruturação dos currículos das disciplinas de cálculo, no processo de aprendizado dos alunos e nas metodologias de ensino empregadas pelos docentes.

Reforma Curricular: A Introdução do Cálculo no Ensino Médio

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) apontam que os conteúdos vistos no ensino médio devem preparar o aluno para continuar seus estudos em nível superior. Segundo Castro (2009) E Ribeiro (2020), o conteúdo de funções é um dos mais problemáticos para os alunos e, ao mesmo tempo, é um dos mais importantes para a estruturação dos conteúdos do cálculo diferencial e integral. Portanto, as deficiências provenientes do ensino médio precisam ser superadas para um melhor desenvolvimento dos estudos no ensino superior.

O tempo de transição entre a conclusão do ensino médio e o ingresso no ensino superior é, geralmente, de poucos meses. Sendo assim, não é plausível supor que em tão pouco tempo ocorra um desenvolvimento intelectual tão significativo que justifique o ensino do cálculo apenas na educação universitária. Desse modo, podemos inferir que é possível abordar tópicos introdutórios da disciplina ainda no fim do ensino médio.

Ávila (1991, p.6-7) analisou a estrutura curricular do ensino médio e criticou sua organização, observando que “[...] a ideia de que os programas de matemática são extensos e não comportariam a inclusão do cálculo é um equívoco. Os atuais programas estão, isto sim, mal estruturados.” Além disso, propôs mudanças significativas no ensino de funções ao declarar que “[...] o conceito de derivada pode ser ensinado, com grande vantagem, logo na primeira série do segundo grau, ao lado do ensino de funções”.

Duclos (1992) também propõe uma reforma substancial no currículo do ensino médio para que ele seja integrado ao desenvolvimento dos tópicos de cálculo do ensino superior. O autor defende que os estudos de funções e polinômios podem ser articulados com a

introdução de tópicos práticos de limites e derivadas, tornando o estudo mais significativo devido à importância dos métodos aprendidos.

Ávila (2006) afirma que os professores cumprem programas curriculares longos e fragmentados que prejudicam o processo de aprendizagem. Duclos (1992) e Ávila (2006) defendem que a articulação do conteúdo com tópicos de cálculo pode contribuir para o exercício docente, uma vez que possibilita abordagens mais significativas. As aplicações práticas do cálculo podem despertar o interesse dos alunos e motivar o estudo. O conceito de derivada, por exemplo, pode ser aliado ao estudo da cinemática na disciplina de física, demonstrando sua utilidade em um contexto interdisciplinar.

Os argumentos apresentados legitimam a introdução do estudo de cálculo no ensino médio. A proposta é justificada pela transição conturbada entre o ensino médio e o superior, que pode ser considerada uma das possíveis causas dos elevados índices de repetência nas disciplinas de cálculo. Além disso, demonstramos que a viabilidade de sua aplicação está associada com a construção de um novo currículo, que permita um ensino mais integrado com as aplicações práticas que serão foco de estudo no ensino superior.

Programas Universitários de Apoio Pedagógico

Avaliações dos estudantes do ensino médio, como o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação Escolar da Educação Básica) e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), apontam que muitos alunos concluem essa etapa com graves deficiências no aprendizado da Matemática (CASTRO, 2009; DE JESUS ANDRADE, 2020). Como já foi dito, tal condição dificulta a continuidade dos estudos em nível superior, pois as disciplinas dos cursos das áreas das exatas exigem um conhecimento prévio de diversas disciplinas, em específico, a Matemática, que podemos citar como necessidade prévia de conhecimento a matemática elementar.

Cientes de como tal situação afeta negativamente o desempenho das turmas de cálculo, as universidades têm criado políticas públicas de ensino voltadas tanto para a complementação dos estudos necessários para o ingresso no ensino superior, quanto para reforçar os conteúdos trabalhados nas disciplinas universitárias. Tais medidas têm como objetivo fornecer melhores condições para que o aluno realize a disciplina de cálculo e obtenha um bom desempenho.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) oferece o curso de Pré-Cálculo semestralmente em período anterior ao início das aulas de cálculo. Tal medida tem

como público-alvo os alunos oriundos do ensino médio que apresentaram baixo desempenho na prova de matemática do vestibular. O curso tem como objetivo desenvolver os conteúdos que são pré-requisitos necessários para a realização da disciplina de cálculo (DOERING, 2004; SCHIRMER *et al.*, 2022).

A UFRGS também conta com um Programa de Apoio à Graduação (PAG-Cálculo), oferecido durante o curso da disciplina de cálculo. Seu público alvo são os alunos que apresentaram baixo desempenho nas avaliações realizadas. O programa tem como objetivo reforçar os conteúdos trabalhados por meio de aulas de revisão (DOERING, 2004). Em contraste com o que foi apresentado, Schirmer *et al.*, (2022), afirma que um curso ou disciplina de pré-cálculo auxilia como um recurso de permanência nos cursos de exatas, bem como a aprovação na disciplina de cálculo I.

Muitas universidades oferecem durante todo o ano programas de monitoria acadêmica dedicados ao cálculo, geralmente em turno inverso ao da realização das aulas. Seu público-alvo são os alunos que tenham interesse em esclarecer dúvidas sobre os conteúdos trabalhados na disciplina. No programa, os alunos que concluíram a disciplina com bom desempenho auxiliam no esclarecimento das dúvidas daqueles que estão cursando a mesma, sempre sob a orientação de um professor (RAFAEL; ESCHER, 2015; DE FREITAS *et al.*, 2022).

Os cursos e programas de apoio pedagógico oferecidos pelas universidades possuem alguma eficiência em melhorar os índices de aprovação das disciplinas de cálculo. Essas propostas atuam recuperando os alunos que apresentam alguma defasagem de conhecimento proveniente do ensino médio ou que possuam dificuldades para compreender os conteúdos desenvolvidos ao longo do curso durante as aulas teóricas.

Tecnologias da Informação Aliadas ao Ensino de Cálculo

Do ponto de vista discente, os principais fatores que contribuem para as dificuldades de aprendizado em cálculo têm sua origem nas práticas didáticas defasadas que ainda são utilizadas. Camargo (2010) e Hallal *et al.*, (2022), incentivam na produção de metodologias mais modernas e que possuam a capacidade de reformar o panorama do processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de cálculo.

O surgimento de novas tecnologias exige que o processo de ensino seja integrado ao uso das mesmas, pois isso torna a aula mais atrativa, conectando a realidade escolar com o cotidiano do aluno. Palis (2010) e Hallal *et al.*, (2020, 2022) afirma que a realização de

práticas didáticas estruturadas com o uso da tecnologia permite a construção de uma aprendizagem mais imersiva, possibilitando que o aluno realize experimentos que produzem um conhecimento repleto de significado.

R. Talbert (2010) propõe a utilização do ambiente informatizado *Wolfram Alpha* para elaboração de práticas de ensino dedicadas ao cálculo. O autor produziu o vídeo “*Wolfram|Alpha for calculus students*” como um recurso didático, nele são apresentadas diversas funcionalidades que podem ser empregadas em metodologias de ensino voltadas para a construção dos significados associados aos conteúdos da disciplina. Ademais, pode-se ainda ser acrescentado *softwares* capazes de contribuir de forma significativa para a disciplina de cálculo, como *Mathway* e *Modellus*, que servem para simular situações do cotidiano, modelar para o formato de cálculo, ou simplesmente fazer a sua representação, dentre outras funções.

Junior (2015) e Hallal et al., (2020), defendem que a utilização de ferramentas visuais pode auxiliar na compreensão dos tópicos mais abstratos presentes no cálculo. O autor utiliza o *software Geogebra* para trabalhar conceitos e aplicações relacionados com o estudo da derivada, desenvolvendo atividades que propõem a exploração do recurso visual por meio da construção e análise de gráficos. Como avaliação, ele aponta que a visualização gráfica permite que os alunos (re)formulem suas interpretações errôneas dos conceitos abstratos trabalhados.

Com intuito de investigar a efetividade das tecnologias em sala de aula, Luca (2014) realizou um comparativo entre o ensino tradicional do cálculo (quadro-negro) e o ensino por meio da utilização do *software Maple*. O pesquisador ministrou aulas utilizando separadamente os dois recursos e avaliou o desempenho de cada um por meio da realização de provas e listas de exercícios. Por fim, o autor obteve evidências de que o uso do *software* contribui para a melhoria do desempenho dos estudantes e para uma compreensão mais significativa do conteúdo.

Os trabalhos discutidos aqui defendem que o uso de recursos computacionais torna o processo de ensino-aprendizagem do cálculo mais efetivo. A utilização de novas metodologias é justificada pela necessidade de modernização do exercício docente, uma vez que ele deve estar integrado ao cotidiano construído pelo avanço tecnológico. No entanto, destacamos que a falta de condições de acesso à tecnologia apropriada ainda é um tabu para muitos estudantes e muitas universidades.

ANÁLISE E CONCLUSÕES

Ao investigar as razões por trás do baixo rendimento em disciplinas de cálculo, analisamos diversas causas potenciais. Identificamos a falta de conhecimentos prévios essenciais para o ingresso no ensino superior, a baixa motivação dos alunos, a dificuldade cognitiva na compreensão de conceitos específicos e desafios sociais e pedagógicos como fatores preocupantes. Atualmente, o aprendizado matemático é construído em camadas, avançando progressivamente para capacitar os alunos a compreender conceitos mais complexos.

Propomos a reformulação e integração dos currículos do ensino médio e superior para modernizar essa estrutura de aprendizagem, avançando para alcançar resultados mais positivos no ensino do cálculo. Apesar dos esforços de universidades e professores por meio de cursos e programas, devemos considerar que a abordagem deve ser preventiva, evitando problemas em vez de remediar.

Pesquisas destacam que a modernização das práticas pedagógicas, combinada com o uso da tecnologia, pode melhorar o desempenho nas disciplinas de design. No entanto, salientamos que o simples uso de computadores não resolve questões educacionais; é crucial questionar e problematizar o uso dessas tecnologias como ferramentas educacionais integradas ao processo de ensino.

Embora as disciplinas de design ainda enfrentam desafios com altos índices de reprovação, observamos uma melhoria gradual com a implementação das propostas propostas. Reconhecemos que esse é um trabalho em fase inicial de desenvolvimento, mas com potencial para elevar a qualidade da educação universitária, fortalecendo o ensino do planejamento ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, G. **O Ensino do Cálculo no Segundo Grau**. *Revista do Professor de Matemática*, Rio de Janeiro, n.18, p.1-9, 1991.

ÁVILA, G. **Limites e Derivadas no Ensino Médio**. *Revista do Professor de Matemática*, Rio de Janeiro n. 60, p. 30–38, 2006.

BARUFI, M. C. B. **A construção/negociação de significados no curso universitário inicial de Cálculo Diferencial e Integral**, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1999.

BRIM, J. F. H.; PINHEIRO, N. A. M.; MIQUELIN, A. F.. Aplicação da Teoria da Aprendizagem Significativa no Cálculo Diferencial e Integral: uma análise das publicações em periódicos de Educação Matemática. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 12, n. 4, p. 1-20, 2021.

CAMARGO, V. L. V. **A invenção do mapa de mercator no séc. XVI: subsídios históricos para o ensino de cálculo.** In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., 2010, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: SBEM, 2010.

CASTRO, M. H. G. **Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

CURY, H. N. **COBENGE e ensino de disciplinas matemáticas nas Engenharias: um retrospecto dos últimos dez anos.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 30., 2002, Piracicaba. **Anais [...]**. Piracicaba: Unimep, 2002.

DA SILVA, B. C. R.; MARTINS, A. G.; FERNANDES, C. C. P. Análise de dados estatísticos para tomadas de decisão em conselhos de classe. **Terrae Didactica**, v. 16, p. e020039-e020039, 2020.

DE FREITAS, S. C. L. *et al.* ESTRATÉGIAS DIGITAIS PARA INOVAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NAS MONITORIAS ACADÊMICAS DO CICLO BÁSICO DO CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA DA UFT. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 1, p. 349-364, 2022.

DE JESUS ANDRADE, Sammela Rejane. Avaliação em larga escala na educação superior e a proficiência em leitura no contexto acadêmico. **Letrônica**, v. 13, n. 4, p. e37314-e37314, 2020.

DOERING, C. I.; NÁCUL, L. B. C.; DOERING, L. R. **O programa Pró-Cálculo da UFRGS.** In: CURY, Helena Noronha. **Disciplinas matemáticas em cursos superiores: reflexões, relatos, propostas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 201-223.

DUCLOS, R. C. **Cálculo no Segundo Grau.** **Revista do Professor de Matemática**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 26-30, 1992.

FERRINI-MUNDY, J.; GRAHAM, K. G. **An overview of the calculus curriculum reform effort: Issues for learning, teaching, and curriculum development.** **The American Mathematical Monthly**, v. 98, n. 7, p. 627-635, 1991.

FIORENTINI, D. **Rumos da pesquisa brasileira em educação matemática: o caso da produção científica em cursos de pós-graduação,**1994. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

HALLAL, R. *et al.* **Integração das metodologias ativas de ensino Just in Time Teaching e Peer Instruction aplicadas à disciplina de Cálculo Diferencial e Integral 1: estudo em um curso de engenharia.** 2022.

HALLAL, R. *et al.* O Ensino de matemática e o software GeoGebra: apresentando potencialidades dessa relação como recurso para o ensino de derivada. **Revista ESPACIOS.** ISSN, v. 798, p. 1015, 2020.

HAUENSTEIN, D. M.; PORTO, G. Cálculo no ensino médio: histórico e perspectivas Calculus in high school: history and perspectives. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 4, p. 26658-26667, 2022.

JUNIOR, J. C. M. **Ensino de derivadas em Cálculo I: aprendizagem a partir da visualização com o uso do GeoGebra**, 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

LUCA, N. C. S. **Tecnologias aplicadas ao ensino de cálculo nas engenharias: uma pesquisa quase experimental com uso de software maple**, 2014. Dissertação (Mestrado) - Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, 2014.

OLIVEIRA, R. A.; GONÇALVES, W. V.; PIASSON, D. **O uso do Geogebra para o ensino de cálculo diferencial e integral, um mapeamento de suas publicações**. *Revista Thema*, v. 15, n. 2, p. 466-484, 2018.

PALIS, G. **A transição do Ensino Médio para o Ensino Superior**. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10., 2010, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: SBEM, 2010.

RAFAEL, R. C.; ESCHER, M. A. **Evasão, baixo rendimento e reprovações em Cálculo Diferencial e Integral: uma questão a ser discutida**. In: Encontro Mineiro de Educação Matemática, 7., 2015. Juiz de Fora. *Anais [...]*. Juiz de Fora: SBEM, 2015.

REZENDE, W. M. **O ensino de Cálculo: dificuldades de natureza epistemológica**, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2003.

RIBEIRO, M. Discutindo o conhecimento especializado do formador de professores de e que ensinam matemática-um exemplo focando tarefas para a formação. **Formação de professores que ensinam matemática: Processos, desafios e articulações com a educação básica**, p. 241-261, 2020.

SCHIRMER, S. N. *et al.* O curso de Pré-Cálculo como estratégia de permanência e de conclusão da Graduação: percepções dos estudantes. **Revista Educación, Política y Sociedad**, v. 7, n. 2, p. 355-378, 2022.

SUMBANE, F. S.; KALHIL, J. B. . UM RECORTE DO ESTADO DA ARTE SOBRE ANÁLISE DE ERROS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL. **REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 483–497, 2020. DOI: 10.26571/reamec.v8i3.9983. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/9983>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TALBERT, R. **Wolfram| Alpha for calculus students**. Wolfram| Alpha Research Company, 2010. Video (8 min).

SOBRE OS AUTORES

Kevin Cristian Paulino Freires

Mestrando em Educação pela Universidade Europeia do Atlântico (Universidad Europea del Atlántico). Graduado em Gestão Ambiental e Graduando do Curso de Pedagogia pela

Faculdade Única de Ipatinga. Graduando do curso de Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – (IFCE/Juazeiro do Norte). Professor de Turma Voluntário na Escola Municipal Rui Barbosa, por meio da Prefeitura Municipal de Maracanaú no Programa de Fortalecimento de Aprendizagem em Matemática e Alfabetização do Ensino Fundamental I. Pesquisador Júnior do Grupo de Estudos e Pesquisa em Matemática do Ceará (GEPEMAC/IFCE/CNPq). Pesquisador Júnior do Grupo de Estudos e Pesquisa Hidrossedimentológica do Semiárido. Professor pesquisador no Grupo de Estudo História, Educação e Pedagogia Brasileira.

Micael Campos da Silva

Graduado em Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Piauí. Especialista na área da Matemática e as suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí. Mestrando em Tecnologias Emergentes da Educação pela Must University. Atua como Coordenador Pedagógico efetivo da Prefeitura Municipal de Parambu - Ceará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Matemática do Ceará (GEPEMAC/IFCE/CNPq).

Francisco Odécio Sales

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Matemática pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Ensino da Matemática pela Universidade Estadual do Ceará. Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual do Ceará. Bacharel em Matemática pela Universidade Federal do Ceará. Professor EBTT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Itapipoca. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Matemática do Ceará (GEPEMAC/IFCE/CNPq).

Maria Aliciane Martins Pereira da Silva

Graduanda em Matemática pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Crateús. Orientadora de Ensino na Secretaria Municipal de Educação de Nova Russas. Residente Bolsista no Programa Residência Pedagógica (PRP) - IFCE Campus Crateús.

CAPÍTULO 10

PRINCIPAIS DIRETRIZES NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA PESQUISA EM SERES HUMANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

*Ana Nery de Castro Feitosa
Ana Paula Brandão Souto
Josete Malheiro Tavares
Cristiane Ferreira Lima*

RESUMO

A pesquisa envolvendo seres humanos é bastante complexa, necessitando ser regulada por dispositivos que garantam a integridade física e psíquica dos participantes que se submetem a experimentos científicos nessa categoria. O atual estudo tem o objetivo de elencar as principais diretrizes nacionais e internacionais para a pesquisa em seres humanos, compilando informações relevantes para o seu bom desenvolvimento. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa sobre as principais diretrizes nacionais e internacionais para pesquisas envolvendo seres humanos. Como resultados, foram encontradas resoluções do Conselho Nacional de Saúde, dentre outros documentos legais, como a Resolução nº 466/2012, que é a mais atual no âmbito nacional. A nível mundial, vários documentos foram publicados ao longo dos anos, como o Código de Nuremberg (1949), a Declaração de Helsinque (1964) e as Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos, cuja versão mais recente é de 2016, que servem de base para estas pesquisas em todo o mundo. Conclui-se que este assunto não se esgota com a atual revisão, necessitando um aprofundamento maior sobre o referido tema, tão relevante e atual para esta área do conhecimento.

Palavras-chave: Ética em Pesquisa. Bioética. Pesquisa envolvendo seres humanos.

INTRODUÇÃO

A pesquisa envolvendo seres humanos é bastante complexa, necessitando ser regulada por dispositivos que garantam a integridade física e psíquica dos participantes que se submetem a experimentos científicos nessa categoria. A bioética é uma ciência que se preocupa com as questões éticas inerentes aos estudos que envolvem os seres humanos, desde a sua concepção.

Segundo Fendrich e Guaragni (2022), “a bioética, tendo em vista os grandes interesses sociais envolvidos, surgiu como limitador das pesquisas científicas, a fim de conter abusos que possam ser praticados contra o ser humano”.

Órgãos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Conselho das Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS), têm, ao longo dos anos, se preocupado com essa temática, o que resultou em algumas normas que regulam tais pesquisas.

No Brasil, um dos órgãos responsáveis por essa regulação é o Conselho Nacional de Saúde (CNS), de acordo com suas atribuições instituídas pelo **Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, que estipula, como uma de suas competências**, “acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do país” (Brasil, 2006).

Várias normas já foram publicadas com a finalidade de regulamentar as pesquisas envolvendo seres humanos, no país. Os pesquisadores dessa área devem desenvolver suas pesquisas em consonância com os princípios éticos e normativas legais.

Como aponta Deslandes (2013), o projeto de pesquisa a ser realizada “deve ter a preocupação de não causar malefícios aos sujeitos envolvidos no estudo, preservando sua autonomia em participar ou não do estudo e garantindo seu anonimato” (Deslandes, 2013).

Na área da saúde, os projetos de pesquisa devem ser, obrigatoriamente, submetidos a um comitê de ética (Deslandes, 2013), para que seja analisada a sua observância aos princípios éticos relacionados ao desenvolvimento de pesquisas nessa área. Geralmente, o comitê de ética para o qual o projeto de pesquisa é submetido está ligado à instituição cujo pesquisador está vinculado.

Nesse sentido, o atual estudo justifica-se pela necessidade de elucidar as diretrizes que norteiam a pesquisa em saúde envolvendo seres humanos. Assim, tem o objetivo de elencar as principais diretrizes nacionais e internacionais para a pesquisa em seres humanos. Além disso, propõe-se a ampliar os conhecimentos relacionados a esse tema, compilando informações relevantes para o bom desenvolvimento de pesquisas nessa área do conhecimento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa sobre as principais diretrizes nacionais e internacionais para pesquisas envolvendo seres humanos.

A revisão narrativa “não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca” e esta “não precisa esgotar as fontes de informações”, onde “a seleção dos estudos e a

interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores” (USP, 2022).

As etapas da atual revisão seguiram o modelo apresentado por Sousa *et al* (2018), que são: seleção de um tema de revisão; pesquisa na literatura; seleção/recolha, leitura e análise da literatura; redação da revisão; e referências.

Foram realizadas buscas nas plataformas Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), CAPES, SCIELO e Google Acadêmico. Também realizou-se busca nos sites oficiais do Ministério da Saúde, do Brasil e nos sites da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-americana da Saúde, além de busca em livros com assuntos relacionados ao tema.

Foram utilizados os descritores: ética em pesquisa, bioética e pesquisa envolvendo seres humanos, aplicados separadamente ou de forma combinada, sem estipular um intervalo temporal.

Os critérios de inclusão utilizados foram: publicações que contemplem o tema pesquisado, como publicações oficiais (leis, resoluções, decretos etc.), artigos, livros ou capítulos de livros. Como critérios de exclusão, foram excluídas dissertações e teses, além de publicações duplicadas.

RESULTADOS

Principais Diretrizes Nacionais para a Pesquisa em Seres Humanos

- a) **Código Penal Brasileiro** (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940): O artigo 132 do referido código estabelece pena de detenção para a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo direto e iminente. Esta penalidade recai sobre aquele que exponha a vida ou a saúde de outrem, por livre e consciente vontade ou que assuma o risco com sua conduta, mesmo que não fosse o resultado desejado, admitindo-se a tentativa (Gonçalves, 2020). A vida é um bem (objeto jurídico) indisponível e, portanto, “o consentimento da vítima na sua violação é irrelevante para excluir o crime de perigo para a vida ou saúde de outrem” (Ferreira, 2021). Ou seja, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) não justifica a violação do direito à vida.
- b) **Lei nº 8.501, de 30 de Novembro de 1992**: Regulamenta a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas. Em seu artigo 2º, determina que “o cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá ser destinado às escolas de medicina, para fins de ensino e de pesquisa de caráter científico” (Brasil, 1992).

- c) **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**, do Conselho Nacional de Saúde: Criou as primeiras diretrizes para a pesquisa em saúde envolvendo seres humanos, constituindo-se como o primeiro marco regulatório nacional da ética aplicada à pesquisa, além de instituir o sistema brasileiro de revisão ética, composto pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (Novoa, 2014).
- d) **Resolução nº 240, de 05 de junho de 1997**: Define os termos “usuários” e “representantes de usuários” dos serviços de saúde, considerando a necessidade dessa definição “para efeito de participação dos Comitês de Ética em Pesquisa das instituições” (Brasil, 1997(a)).
- e) **Resolução nº 251, de 07 de agosto de 1997**: Estabelece normas de pesquisa envolvendo seres humanos para a área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos, ressaltando que “a dignidade e o bem-estar do sujeito incluído na pesquisa devem prevalecer sobre outros interesses, sejam econômicos, da ciência ou da comunidade” (Brasil, 1997(b)).
- f) **Resolução nº 292, de 08 de julho de 1999**: Regulamenta “pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior”, enfatizando que “os patrocinadores e pesquisadores devem comunicar aos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP, informações relevantes de interesse público, independentemente dos relatórios periódicos previstos” (Brasil, 1999).
- g) **Resolução nº 303, de 06 de julho de 2000**: Complementa a Resolução 196/1996, regulando as pesquisas em reprodução humana com intervenção em: reprodução assistida; anticoncepção; manipulação de gametas, pré-embriões, embriões e feto; e medicina fetal (Brasil, 2000a).
- h) **Resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000**: Estabelece normas para pesquisas envolvendo povos indígenas, afirmando que “os benefícios e vantagens resultantes do desenvolvimento de pesquisa, devem atender às necessidades de indivíduos ou grupos alvo do estudo, ou das sociedades afins” (Brasil, 2000b).
- i) **Lei 11.105, de 24 de março de 2005**: Lei da Biossegurança, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre pesquisa científica e outras ações envolvendo organismos geneticamente modificados (Brasil, 2005). Esta lei revogou a lei anterior de biossegurança (Lei nº 8.974, de 05 de janeiro de 1995).
- j) **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**: Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, visando “a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado” (Brasil, 2012). Enfatiza que as pesquisas nessa área devem atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes, como o “respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua

vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa” (Brasil, 2012). Traz, ainda, algumas definições e exigências, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Assentimento. Esta resolução revoga as Resoluções nº 196/96, 303/2000 e 404/2008. Ela está organizada em 13 partes, sendo mais longa e filosófica do que as anteriores, levando-se em consideração referenciais básicos da bioética, como a beneficência, a não maleficência, a justiça e a equidade, dentre outros (Novoa, 2014).

Principais Diretrizes Internacionais para a Pesquisa em Seres Humanos

- a) **Imperativo da Bioética:** Em 1926, Fritz Jahr, na Alemanha, define o termo bioética (*Bio-Ethik*) e, com isso, cria o imperativo da bioética, afirmando que todo ser vivo deve ser respeitado essencialmente, como um fim em si mesmo e que deve ser tratado, se possível, como tal (Hoss, 2013; Goldim, 2022).
- b) **Código de Nuremberg (1949):** Regulamenta a realização de experimentos com seres humanos, enfatizando que “o consentimento voluntário do ser humano é absolutamente essencial” e que “o experimento deve ser conduzido de maneira a evitar todo sofrimento e danos desnecessários, quer físicos, quer mentais” (Tribunal Internacional De Nuremberg, 1949).
- c) **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):** Marco histórico para constituições de Estado Democrático no mundo (Desinstitute, 2021). Serve de base para fundamentar os regulamentos da pesquisa em saúde envolvendo seres humanos. Em seu artigo 5º, **postula que ninguém será submetido a tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, entre outras práticas (ONU, 2022).**
- d) **Declaração de Helsinque (1964):** Documento básico adotado pela 18ª Assembleia Geral da Associação Médica Mundial (CREMESP, 2002), do qual emanaram todas as normas relativas à pesquisa em seres humanos. Esta declaração enfatizou a importância de formulários de consentimento por escrito e afirma que o bem-estar do ser humano deve ser prioritário frente aos interesses da ciência e da sociedade. Ela foi revisada cinco vezes, nos anos de 1975; 1983; 1989, 1996 e 2000 (CREMESP, 2002; FHI, 2006).
- e) **Relatório de Belmont (1978):** Foi promulgado em reação aos escândalos causados pelos experimentos da medicina a partir do início da 2ª Guerra Mundial (Marelli, 2013). Este relatório utilizou, como referencial para as suas considerações éticas a respeito da adequação das pesquisas realizadas em seres humanos, três princípios básicos: o respeito às pessoas, a beneficência e a justiça (Goldim, 2003). Descreveu a necessidade de consentimento pelo participante e de avaliação dos riscos e benefícios inerentes à pesquisa (HHS, 2018).

- f) **Princípios de Ética Biomédica** (1978): Livro publicado por Tom Beauchamp e James Childress (*Principles of Biomedical Ethics*), que consagrou o uso de quatro princípios na abordagem de problemas relacionados à ética em pesquisa com seres humanos (*Autonomia, Não-Maleficência, Beneficência e Justiça*). Este referencial teórico serviu de base para o Princípioalismo, escola bioética baseada no uso dos princípios como modelo explicativo (Goldim, 2003).
- g) **Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos** (1982): Elaboradas pelo Conselho das Organizações Internacionais de Ciências Médicas (CIOMS), organização não governamental vinculada à Organização Mundial de Saúde (OMS). Trata-se de um guia com algumas normas, com a finalidade de fornecer princípios éticos para a realização de pesquisa com seres humanos, com “atenção especial às pesquisas realizadas em locais com recursos limitados” (CIOMS, 2018, p. 11).
- h) **Diretrizes internacionais para revisão ética de estudos epidemiológicos** (1991) e **Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos** (segunda versão, 1993): Após a eclosão da pandemia de HIV/AIDS e com o avanço da biotecnologia, surgiram novas perspectivas para as pesquisas na saúde. Com isso, foram elaboradas novas diretrizes e feita a revisão nas diretrizes do CIOMS de 1982 (CIOMS, 2018).
- i) **Resolução do Grupo Mercado Comum (GMC/MERCOSUL) nº 129/96**: Apresenta direcionamentos para as “Boas Práticas Clínicas”, postulando, entre outras normas, que as pesquisas clínicas devem ser precedidas por estudos pré-clínicos, permitindo inferir que os riscos para a saúde das pessoas envolvidas sejam previsíveis e não significativos (GMC, 1996). Há uma proposta de revisão desta resolução pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), visto que está defasada, não refletindo as boas práticas de pesquisa clínica da atualidade (ANVISA, 2022).
- j) **Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos** (1997): Elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), reafirma valores intangíveis referentes a manipulação do genoma humano, declarando que “nenhuma pesquisa ou suas aplicações relacionadas ao genoma humano (...) deve prevalecer sobre o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à dignidade humana dos indivíduos” (UNESCO, 1997, p. 8).
- k) **Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos** (terceira versão, 2002): Com o passar dos anos, surgiram questões éticas relacionadas às pesquisas envolvendo seres humanos, tais como o uso de “comparadores, em substituição às intervenções efetivas consagradas”, que necessitavam de direcionamentos não contemplados nas versões anteriores. Com isso, o CIOMS revisou este documento e publicou sua terceira versão no ano de 2002, contendo 15 diretrizes (CIOMS, 2018).

- l) **Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos (2004)**: Publicada pela UNESCO, tem o objetivo de “garantir o respeito da dignidade humana e a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais na recolha, tratamento, utilização e conservação dos dados genéticos humanos, dos dados proteômicos humanos e das amostras biológicas”, cujos procedimentos para tais finalidades devem ser transparentes e eticamente aceitáveis (UNESCO, 2004).
- m) **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (2005)**: Elaborada pela UNESCO, trata das questões éticas relacionadas à medicina, às ciências da vida e às tecnologias associadas aplicadas aos seres humanos. Ela estipula 17 princípios éticos que deverão ser aplicados nas tomadas de decisão com relação às pesquisas e tratamentos envolvendo seres humanos. Dentre os princípios estão: dignidade Humana e Direitos Humanos; benefício e dano; autonomia e responsabilidade individual; consentimento; respeito pela vulnerabilidade humana e pela integridade individual; dentre outros (UNESCO, 2005).
- n) **Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (quarta versão, 2016)**: Foi realizada uma atualização e expansão dessas diretrizes pela CIOMS, em parceria com a OMS. Esta versão atual conta com 25 diretrizes específicas e quatro anexos, tendo, como foco principal, a proteção dos participantes das pesquisas, objetivando que “pesquisas relevantes sejam realizadas de maneira equânime, sem duplo-standard, em qualquer lugar do mundo, independentemente de raça, gênero ou poder aquisitivo das populações locais” (CIOMS, 2018). Essas diretrizes atuais são elencadas no item seguinte.

Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos, 2016 (CIOMS, 2018)

- 1- **Valor científico e social, e respeito aos direitos**: refere-se à perspectiva de gerar conhecimento e meios necessários para proteger e promover a saúde das pessoas, respeitando os direitos humano.
- 2- **Pesquisa em locais com poucos recursos**: os responsáveis pela pesquisa devem se assegurar que ela seja condizente com as necessidades de saúde ou com as prioridades das populações ou comunidades onde será conduzida.
- 3- **Distribuição equitativa de benefícios e ônus na seleção de indivíduos e grupos em pesquisa**: os indivíduos (ou comunidade) deve ser recrutada por razões científicas e não por serem de fácil acesso devido sua vulnerabilidade.
- 4- **Potenciais riscos e benefícios individuais da pesquisa**: qualquer risco somente é justificável se houver valor social e científico da pesquisa. Deve-se assegurar que os riscos sejam minimizados e devidamente equilibrados em relação à perspectiva de potencial benefício individual e ao valor social e científico da pesquisa.
- 5- **Opção de controle em ensaios clínicos**: Impõe limites para a utilização de placebo assegurando que, se existir intervenção eficaz reconhecida, este pode ser usado como comparador somente se existirem razões científicas convincentes para seu uso ou se o retardamento ou a não disponibilização da intervenção efetiva estabelecida resultar

em apenas pequeno aumento acima do risco mínimo para os participantes e os riscos forem minimizados, inclusive através de procedimentos eficazes de mitigação.

6- Cuidados com as necessidades de saúde dos participantes: Devem ser feitas provisões adequadas para atender às necessidades de saúde dos participantes durante a pesquisa e, se necessário, também deve ser feita a transição destes aos cuidados de saúde quando a pesquisa for concluída.

7- Envolvimento da comunidade: Potenciais participantes e suas comunidades devem ser envolvidos num processo de participação efetiva que os engaje de forma sustentável desde as primeiras discussões, em relação à concepção, desenvolvimento, realização, modelo de processo de consentimento informado e monitoramento da pesquisa, assim como disseminação de resultados.

8- Parceria colaborativa e capacitação para pesquisa e para sua revisão: A colaboração internacional, às vezes, é necessária e algumas comunidades não têm capacidade de avaliar ou garantir a qualidade científica. Por isso, pesquisadores e patrocinadores que planejam elaborar pesquisas nessas comunidades devem capacitá-las para pesquisa e avaliação.

9- Indivíduos aptos a dar consentimento informado: Os pesquisadores devem fornecer aos potenciais participantes do estudo a informação e a oportunidade de dar seu consentimento livre e informado para participar de uma pesquisa ou de recusá-la, podendo desistir da participação a qualquer momento.

10- Modificações e dispensa do consentimento informado: O comitê de ética em pesquisa pode aprovar modificação ou dispensa do consentimento informado se a pesquisa não for viável ou executável sem a dispensa ou modificação; se tiver importante valor social e se não apresenta mais que riscos mínimos para os participantes.

11- Coleta, armazenagem e uso de material biológico, e dados relacionados: As instituições devem ter um sistema de governança para obter autorização para usar esses dados futuramente. Os pesquisadores não podem violar os direitos nem prejudicar o bem-estar dos indivíduos de quem os materiais foram coletados.

12- Coleta, armazenagem e uso de dados em pesquisas de saúde: Quando os dados são coletados e armazenados para fins de pesquisa, é necessário o consentimento informado específico para uma determinada utilização ou o consentimento informado amplo para uso futuro não especificado. Quando são utilizados dados coletados durante avaliação clínica de rotina, é necessário usar uma cláusula de autoexclusão informada (opt-out), indicando que os dados podem ser armazenados e utilizados para pesquisa, a menos que a pessoa se oponha explicitamente. No entanto, o paciente deve estar ciente de sua existência e da possibilidade de recusa.

13- Reembolso e compensação para participantes de pesquisa: Os participantes devem ser reembolsados e compensados, de modo razoável, pelos custos incorridos durante a pesquisa, tais como custos de transporte e os desconfortos e tempo dedicado ao projeto. A compensação pode ser monetária (pequena, para não gerar indução indevida) ou não monetária, podendo incluir serviços de saúde gratuitos não relacionados à pesquisa, seguro de saúde, materiais didáticos ou outros benefícios.

14- Tratamento e compensação de danos relacionados à pesquisa: Participantes de pesquisas que sofram dano físico, psicológico ou social como resultado dessa participação devem receber tratamento e reabilitação gratuitos, bem como compensação por salários perdidos, se necessário.

15- Pesquisa com pessoas e grupos vulneráveis: Pesquisadores e comitês de ética em pesquisa devem assegurar proteções específicas para salvaguardar os direitos e o bem-estar desses indivíduos durante a pesquisa.

16- Pesquisa com adultos incapazes de dar consentimento informado: São necessárias proteções específicas para salvaguardar os direitos e o bem-estar dessas pessoas, como a permissão dada por um representante legal autorizado, levando em conta as preferências e valores previamente estabelecidos pelo participante (se houver); e o assentimento do indivíduo, obtido de acordo com sua capacidade, após ter recebido informação adequada sobre a pesquisa no seu próprio nível de compreensão.

17- Pesquisa envolvendo crianças e adolescentes: Deve ser assegurado que um parente (pai ou mãe) ou representante legal autorizado da criança ou adolescente tenha dado permissão; e que a concordância (assentimento) da criança ou adolescente seja obtida de acordo com sua capacidade de compreensão.

18- Mulheres como participantes em pesquisas: Apenas o consentimento informado da própria mulher deve ser exigido para sua participação. Mulheres com potencial de engravidar devem ser informadas antecipadamente da possibilidade de riscos para o feto no caso de engravidarem durante a pesquisa.

19- Grávidas e lactantes como participantes em pesquisas: Pesquisas com esse público devem ser iniciadas apenas após consideração cuidadosa dos melhores dados relevantes disponíveis. Para intervenções ou procedimentos com potencial de beneficiar grávidas ou lactantes ou seus fetos e bebês, os riscos devem ser minimizados e devem ser superados pela expectativa de benefício individual potencial.

20- Pesquisa em região de desastre ou surto de doença: A pesquisa em saúde deve ser parte integral da resposta nessas situações. Contudo, sua condução não deve afetar indevidamente a resposta às vítimas. Deve ser assegurado que os estudos produzam resultados cientificamente válidos, que atendam às necessidades ou prioridades das vítimas, que os riscos e benefícios individuais em potencial sejam avaliados de modo realista e que os resultados da pesquisa sejam divulgados, dentre outras exigências.

21- Ensaios clínicos randomizados controlados: Deve ser determinado quem são os participantes da pesquisa e quais outros indivíduos ou grupos poderão ser afetados; se é exigido ou viável obter o consentimento informado dos pacientes, trabalhadores da saúde ou membros da comunidade em certos estudos; se exigir consentimento informado e permitir a recusa em consentir pode invalidar ou comprometer os resultados da pesquisa; se o grupo de não intervenção é eticamente aceitável como comparador em ensaio clínico randomizado específico; e se é preciso obter permissão de um guardião.

22- Dados obtidos em ambiente on-line e ferramentas digitais em pesquisas de saúde: Nestes casos, devem ser utilizadas medidas de proteção à

privacidade dos dados dos participantes, para que não sejam revelados diretamente ou inferidos, quando da publicação dos resultados. Os pesquisadores devem avaliar os riscos de sua pesquisa à privacidade dos sujeitos, mitigá-los tanto quanto possível e descrever os riscos restantes no protocolo de pesquisa. Eles devem antecipar, monitorar e revisar as interações com seus dados em todos os estágios da pesquisa.

23- Requisitos para estabelecer comitês de ética em pesquisa e revisar protocolos: Os comitês de ética em pesquisa devem ser estabelecidos formalmente e receber mandato e apoio adequados para garantir a revisão oportuna e competente, de acordo com procedimentos claros e transparentes, com composição multidisciplinar para avaliar, de modo competente, as pesquisas propostas, dispondo de mecanismos para assegurar a independência de suas atividades. Seus membros devem ser devidamente qualificados e atualizar regularmente seus conhecimentos sobre aspectos éticos da pesquisa em saúde.

24- Responsabilização pública pela pesquisa em saúde: É necessária para alcançar o valor social da pesquisa em saúde. Responsáveis pela pesquisa são obrigados a atuar em conformidade com as normas éticas reconhecidas de publicação de pesquisa e de seus resultados. Os estudos devem ser registrados prospectivamente, com resultados publicados e os dados compartilhados tempestivamente.

25- Conflitos de interesse: É necessário desenvolver e implementar políticas e procedimentos para identificar, mitigar, eliminar ou, de algum modo, gerir tais conflitos. Essa diretriz determina alguns passos que devem ser seguidos: as instituições de pesquisa devem desenvolver e implementar políticas e procedimentos para mitigar conflitos de interesse e instruir seu corpo de funcionários sobre tais conflitos; os pesquisadores devem assegurar que os materiais submetidos ao comitê de ética em pesquisa incluam a exposição dos interesses que possam afetar a pesquisa; os comitês de ética devem avaliar cada estudo à luz de quaisquer interesses expostos e assegurar que os meios de mitigação apropriados sejam aplicados e devem exigir que seus membros exponham seus próprios interesses ao comitê e apliquem os meios de mitigação apropriados nesses casos.

CONCLUSÃO

A pesquisa com seres humanos, por relacionar-se a um bem maior e indisponível, que é a vida, necessita ser regulamentada, para que se possa respeitar os direitos das pessoas envolvidas, assegurando-lhes segurança e proteção contra danos, seja em sua integridade física, psíquica, social ou intelectual.

O Brasil, através do Conselho Nacional de Saúde, órgão responsável pela regulação de pesquisas científicas no âmbito da saúde, apresenta várias resoluções que norteiam o desenvolvimento de pesquisas nessa área. Tais resoluções são revistas periodicamente, de

acordo com a evolução humana nas diversas áreas do conhecimento. A Resolução mais atual do Conselho Nacional de Saúde sobre esse tema é a de nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

A nível mundial, várias diretrizes foram publicadas ao longo dos anos. Algumas, mesmo sendo antigas, ainda são fontes norteadoras da ética em pesquisas em saúde, como o Código de Nuremberg e a Declaração de Helsinque. Outras sofreram revisões periódicas, como as Diretrizes Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos, que servem de base para estas pesquisas em todo o mundo.

As constantes revisões feitas nos documentos oficiais comprovam o zelo com a evolução histórica das ciências da saúde, bem como o compromisso ético em assegurar o bem-estar das pessoas envolvidas em pesquisas dessa área.

Ao se projetar uma pesquisa com seres humanos, há que se pensar, inicialmente, sobre a conduta adotada, que deve sempre ser pautada nos princípios éticos, assegurando-se a integridade da pessoa humana, sua liberdade e respeito aos direitos humanos, além de obter respaldo para questionamentos futuros.

A atual revisão bibliográfica apresentou apontamentos sobre as principais diretrizes nacionais e internacionais para a regulação das pesquisas envolvendo seres humanos. No entanto, o assunto não se esgota com esta revisão. Faz-se necessário um aprofundamento maior sobre o referido tema, tão relevante e atual para esta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Voto nº 13/2022/SEI/DIRE2/ANVISA.** Processo nº 25351.930792/2021-22. ANVISA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/composicao/diretoria-colegiada/reunioes-da-diretoria/votos/2022/copy_of_rop-02.2022/itens-2-1-2-e-2-3-1-voto-13-2022-dire2.pdf. Acesso em 13 de maio de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Nº 8.501, de 30 de Novembro de 1992.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8501.htm#:~:text=LEI%20N%C2%B0%208.501%2C%20DE,cient%C3%ADfica%20e%20d%C3%A1%20outras%20pravid%C3%AAsncias. Acesso em 21 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde.. **Resolução nº 240, de 05 de junho de 1997.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0240_05_06_1997.html. Acesso em 21 de abril de 2022(a).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 251, de 07 de agosto de 1997.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0251_07_08_1997.html. Acesso em 21 de abril de 2022(b).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 292, de 08 de julho de 1999.** Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1999/res0292_08_07_1999.html. Acesso em 21 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 303 de 06 de julho de 2000.** Disponível em: <http://www.cometica.ufpr.br/303.htm>. Acesso em 21 de abril de 2022 (a).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000.** Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/huol-ufrn/ensino-e-pesquisa/bioetica/informacoes-importantes/resolucao-304-2000-pesquisa-em-povos-indigenas.pdf/view>. Acesso em 21 de abril de 2022 (b).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 11.105, de 24 de março de 2005.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11105.htm.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5839.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%205839&text=DECRETO%20N%C2%BA%205.839%2C%20DE%2011,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em 19 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em 20 de abril de 2022.

CONSELHO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CIÊNCIAS MÉDICAS. **Diretrizes éticas internacionais para pesquisas relacionadas a saúde envolvendo seres humanos.** 4. ed. Genebra: CIOMS; Brasília, DF: CFM, 2018.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREMESP. Centro de Bioética. **Declaração de Helsinque - outubro/2000.** CREMESP, 2002. Disponível em: <http://www.bioetica.org.br/?siteAcao=DiretrizesDeclaracoesIntegra&id=4>. Acesso em 01 de junho de 2022.

DESINSTITUTE. **Declaração Universal dos Direitos Humanos: como surgiu e o que propõe?** 10 de dezembro de 2021. Disponível em: https://desinstitute.org.br/noticias/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-como-surgiu-e-o-que-defende/?gclid=Cj0KCQjwspKUBhCvARIsAB2IYusE5s09qwxWwVCi9s3A5ITN1iBqnrIZMh3QgK61LDZw1ofSu-6n-kgaAlurEALw_wcB

DESLANDES, S. F. O Projeto de Pesquisa como Exercício Científico e Artesanato Intelectual. In: MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FENDRICH, C. B.; GUARAGNI, S. A. **Biodireito e Direito Penal: Lei nº 11.105/05 e o Descarte De Embriões Humanos.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=259f6be2870132cc>. Acesso em 20 de abril de 2022.

FHI - Family Health International. Currículo de Treinamento de Ética em Pesquisa para Representantes Comunitários. **Documentos Básicos de Ética em Pesquisa**. 2006. Disponível em: <https://www.fhi360.org/sites/default/files/webpages/po/RETC-CR/sp/RH/Training/trainmat/ethicscurr/RETCCRPO/ss/Contents/SectionVI/b6sl68.htm>

FERREIRA, Jonathan. **Art. 132 – Perigo para a vida ou saúde de outrem**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, **ano 26, n. 6522, 10 maio 2021**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90356>. Acesso em 22 de abril de 2022.

GMC – Grupo Mercado Comum/MERCOSUL. **Resolução nº 129/96 – Boas Práticas Clínicas**. 1996. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/bpcmerco.htm>. Acesso em 13 de maio de 2022.

GOLDIM, J. R. **Princípios Éticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/princip.htm2003>

GOLDIM, J. R. **Origens da Bioética**. 2022. Disponível em: <https://www.sutori.com/en/story/origens-da-bioetica--9NLcmWiZvCxyhPeMgQksZCwF>
GONÇALVES, S. D. O crime de perigo à vida ou à saúde em tempos de coronavírus. **Consultor Jurídico**, 6 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-06/sociedades-risco-crime-perigo-vida-ou-saude-tempos-coronavirus#:~:text=do%20C%C3%B3digo%20Penal%3A-,Art.,n%C3%A3o%20constitui%20crime%20mais%20grave>. Acesso em 22 de abril de 2022.

HHS – U.S. Department of Health & Human Services. Office for Human Research Protections. **The Belmont Report: Ethical Principles and Guidelines for the Protection of Human subjects of Research**. 2018. Disponível em: <https://www.hhs.gov/ohrp/regulations-and-policy/belmont-report/read-the-belmont-report/index.html>

HOSS, G. M. Fritz Jahr e o Imperativo Bioético: Debate sobre o início da Bioética na Alemanha e sua importância em nível internacional. **Revista - Centro Universitário São Camilo**, 2013, v. 7, n. 1, pp.: 84-86.

MARELLI, L. F. Relatório de Belmont (1978). **Conteúdo Jurídico**. Brasília/DF, 2013. Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/34256/relatorio-de-belmont-1978>

NOVOA, P. C. R. O que muda na Ética em Pesquisa no Brasil: resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. **Editorial • Einstein**, São Paulo. Nº 12, V. 1. Jan-Mar 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/jeins/a/BSgGLY89g7m4qnqT67VcNwc/?lang=pt#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Conselho%20Nacional,de%20outubro%20de%202012%2C\(%202](https://www.scielo.br/jeins/a/BSgGLY89g7m4qnqT67VcNwc/?lang=pt#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Conselho%20Nacional,de%20outubro%20de%202012%2C(%202). Acesso em 22 de abril de 2022.

ONU – UNITED NATIONS. Office of the High Commissioner Human Rights. **Universal Declaration of Human Rights**. 2022. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>

TRIBUNAL INTERNACIONAL DE NUREMBERG. Código de Nuremberg, de 1947. **Control Council Law**, 1949;10(2):181-182. Disponível em: <https://www.ghc.com.br/files/CODIGO%20DE%20NEURENBERG.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Psicologia. **Revisão de Literatura**. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisao-de-literatura/>. Acesso em 20 de abril de 2022.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. **Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos**. Brasília/DF: UNESCO, 1997.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **Declaração Internacional sobre os Dados Genéticos Humanos**. Traduzido por: Comissão Nacional da UNESCO – Portugal. UNESCO, 2004.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Tradução e revisão final: Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília (UnB) e Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). Brasília/DF: UNESCO, 2005.

CAPÍTULO 11

EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DE PRODUTORES NA REGIÃO CENTRO SUL CEARENSE

Maylle Silva Ancelmo

*Tecnóloga em Irrigação e Drenagem
IFCE, Campus Iguatu*

Anny Kariny Feitosa

*Doutora em Ambiente e Desenvolvimento
Docente no IFCE, Campus Iguatu*

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar os efeitos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus para o setor agrícola na região centro-sul, especificamente para produtores da agricultura familiar, em virtude do período de isolamento social adotado, visando desacelerar o processo de disseminação da contaminação da população. O estudo foi realizado no Sítio Barra e Logradouro (Iguatu), Parelhas (Jucás), São André (Carius), Carnaubinha do Faé (Quixelô) e Bonsucesso (Icó). Foram realizadas 20 (vinte) entrevistas com agricultores familiares de cada localidade, totalizando 120 (cento e vinte) entrevistados. Como método de análise, adotou-se a análise de discurso. A partir da realização deste estudo, constatou-se que a pandemia do coronavírus teve efeito econômico negativo para a agricultura familiar, devido à redução das vendas. Observou-se que foram, principalmente, atingidos aqueles que dependiam exclusivamente de vendas no mercado e feira livre. Porém a agricultura familiar da região centro sul cearense tem mostrado sua resiliência e criatividade para vender seus alimentos e produtos. Os principais canais de comercialização utilizados para diversificar suas vendas e reduzir a dependência das feiras livres foram: vendas diretas ao consumidor, parcerias com mercearias locais, programas de compra direta do governo PAA e PNAE, vendas online através de aplicativos, linhas de créditos e vendas de leite para empresas de laticínio. Com a realização desta pesquisa, espera-se ter contribuído com um diagnóstico local da situação pós-pandemia, no sentido de corroborar com informações que podem subsidiar a formulação de políticas públicas municipais/estaduais específicas para o setor.

Palavras-chave: Ceará. Covid-19. Produção agrícola.

INTRODUÇÃO

Em virtude do estado de emergência em saúde, ocasionado pelo novo coronavírus, os países em todo o mundo têm adotado medidas de isolamento/distanciamento social, como forma de

diminuir a incidência de contágio da doença. No Brasil, governos estaduais e municipais impuseram medidas restritivas, incluindo a suspensão de feiras livres, com o intuito de evitar situações que acarretassem aglomeração de pessoas. Entretanto, estas medidas afetaram diversos setores da economia. No caso do setor agrícola, especialmente o pequeno agricultor familiar foi atingido, uma vez que um dos principais canais de comercialização deste público consiste nas feiras livres. Sem falar em todas as dificuldades já enfrentadas, de um modo geral, pelos pequenos agricultores, cotidianamente, tais como baixo nível de renda proveniente da atividade agrícola, insuficiente ou inexistente (em alguns casos) assistência técnica (DATASEBRAE, 2018). Como forma de tentar oportunizar condições para que os agricultores não sejam ainda mais prejudicados, algumas políticas públicas de Estado foram apresentadas, em caráter emergencial, em nível nacional, quais sejam: Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, Resolução nº 4.801, de 9 de abril de 2020, Resolução nº 4.810, de 30 de abril de 2020 e a Medida Provisória nº 957/2020. Tais iniciativas estão voltadas, basicamente, para: ampliação do crédito rural, por meio da contratação de novos créditos ou renovação dos créditos existentes; além da previsão da ampliação de compras governamentais pelo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), amenizando os impactos na comercialização dos produtos agrícolas.

Considerando o exposto, o presente estudo tem o objetivo de analisar a situação dos agricultores familiares na região centro-sul, diante do cenário da pandemia da Covid-19. É necessário conhecer a percepção dos agricultores a respeito da pandemia e seus efeitos na economia agrícola local. Também é interessante averiguar se os agricultores familiares da região em análise tiveram acesso às políticas públicas propostas/implementadas supracitadas, como forma de enfrentamento da crise. Por fim, buscou-se identificar as estratégias utilizadas pelos produtores para enfrentar as dificuldades trazidas pela pandemia.

A partir da realização deste estudo, espera-se poder contribuir com um diagnóstico do impacto acerca da pandemia na agricultura familiar, visando corroborar com a construção do cenário pós-pandêmico, no sentido de apresentar informações que podem subsidiar a formulação de políticas públicas municipais/estaduais específicas para o setor.

REVISÃO DE LITERATURA

O cenário pandêmico da Covid-19

O surgimento de Covid-19 foi ocasionado pela mutação do vírus SARS-CoV-2 pertencente à linhagem dos coronavírus. O primeiro registro da doença ocorreu em dezembro de 2019 na província chinesa de Hubei, mas logo se espalhou pelo mundo, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde – OMS como pandemia, no dia 11 de março de 2020, devido a sua alta capacidade de disseminação e contaminação. O Brasil, em janeiro de 2021, tornou-se um dos países mais afetados pela covid-19, apresentando mais de nove milhões de contaminados e mais de 220 mil óbitos (LIMA,

2021, p. 15). Além de ocasionar problemas para a saúde, ocasionou graves consequências para outros setores econômicos como hotéis, pontos turísticos, escolas, comércio com o fechamento total ou parcial das atividades não essenciais, em sequência, os agricultores familiares com o fechamento das feiras livres. Isso, na tentativa de evitar a propagação da doença. Outras medidas preventivas foram tomadas para ter mais controle da disseminação como: o isolamento, uso de máscaras, passar álcool nas mãos. Países do mundo todo adotaram estas medidas, inclusive o Brasil (LIMA, 2021, p. 15). Diante dos impactos e incertezas, a suspensão de quase todas as atividades e a não circulação de pessoas nas ruas foi uma das mais marcantes. Com avanço da doença e o agravamento das medidas restritivas, foi possível prever uma crise relacionada com a alimentação, comercialização e reposição de estoques (CLAUDINO, 2020, p. 41). Com o crescente agravamento da crise, meses seguintes registrou-se a alta do preço dos alimentos básicos no Brasil. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a inflação em janeiro de 2020 acumulou alta de 4,9% nos alimentos como: feijão, leite, arroz, legumes, frutas, óleo de soja, entre outros (IPEA, 2021, p. 307 e 308). Das certezas de impactos que se têm, sabe-se que os grupos com maior vulnerabilidade socioeconômica sofreram as piores consequências, contribuindo para o aumentando da pobreza (CLAUDINO, 2020, p.42).

A pandemia trouxe impactos para a agricultura familiar, especialmente, em relação ao escoamento da produção, aumento da vulnerabilidade social e redução da renda dos produtores (NEPOMOCENO, 2022, p.87).

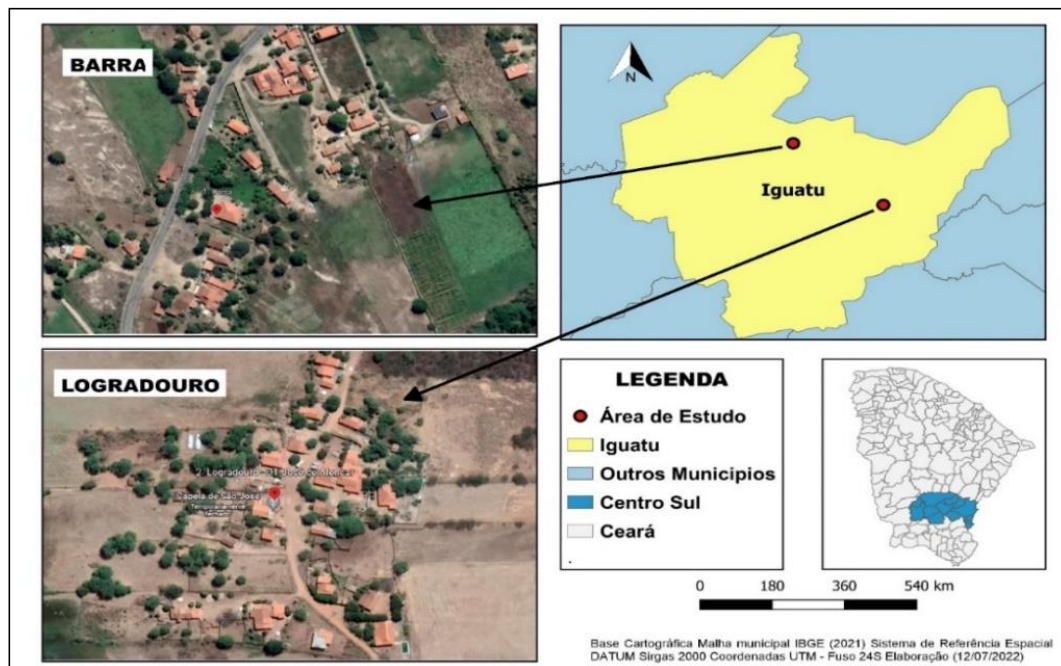
A relevância de agricultura familiar aos sistemas alimentares ficou mais claro em 2014, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) desencadeou um importante debate na sociedade e nos governos sobre agricultura familiar. Desde então, ficou evidente o papel central desse grupo na soberania alimentar e nutricional e segurança, erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e fortalecimento de um desenvolvimento (CAVALLI, et al., 2020, p.2). Nesse contexto, com a chegada da pandemia da covid-19 diferentes setores foram afetados. Inúmeros processos produtivos sofreram impacto, em consequência, das medidas sanitárias e paralizações adotadas. Consequentemente, problemas de geração de renda, desemprego e pobreza (NEPOMOCENO, 2022, p.87).

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado nos municípios Iguatu, Jucás, Cariri, Quixelô e Icó, localizados na região Centro-sul do Estado do Ceará. De acordo com o último Censo, realizado em 2017, o município de Iguatu contava com uma população de 96.495 habitantes, dos quais 22,66% são residentes na zona rural, e densidade demográfica de 94,87 hab./km². Icó com 65.456 habitantes

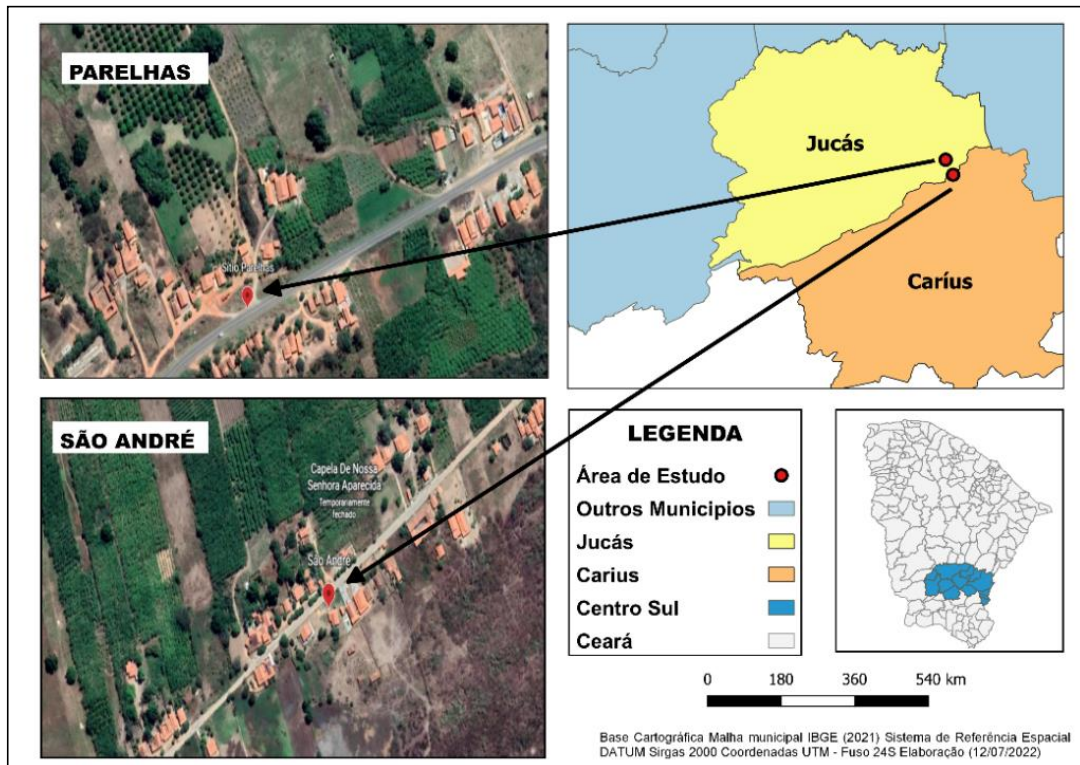
sendo 53,46% em área rural, densidade demográfica de 34,97 hab./km². Jucás 23.807 habitantes, sendo 59,44% área urbana e 40,56% área rural, com 25,40% de densidade demográfica, Carui com 18.567 habitantes, dos quais 55,24% reside em área rural, densidade demográfica de 17,49% e Quixelô com 15.000 habitantes, sendo 32,86% área urbana e 67,14% área rural, com 26,81% de densidade demográfica (IBGE, 2017). Na (figura 1) mostra as localidades Sítio Barra e Logradouro; (figura 2) Sítio Parelhas (Jucás) e São André (Carui); na (figura 3) Carnaubinha do Faé (Quixelô) e Bonssucesso (Icó) todas são áreas de estudo.

Figura 1 — Mapa de localização das áreas de estudo do município de Iguatu.



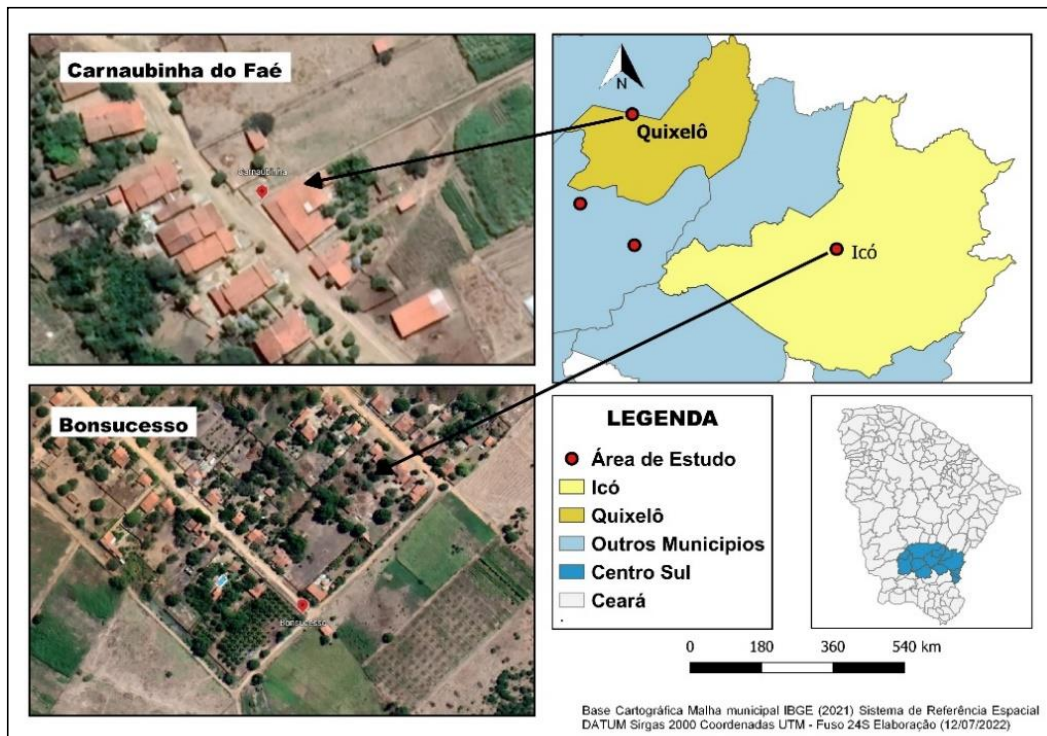
Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Figura 2 — Mapa de localização das áreas de estudo do município de Jucás e Carius.



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Figura 3 — Mapa de localização das áreas de estudo do município de Quixelô e Icó.



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

A respeito das características ambientais, os municípios apresentam clima tropical quente semiárido; todos com temperaturas médias de 26° a 28°, relevo composto por depressões sertanejas e vegetação caatinga arbustiva densa. Iguatu com pluviosidade de 806,5 mm; solos aluviais, litólicos, podzólico vermelho-amarelo e vertissolo; compõe a bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe. Jucás com pluviosidade de 819,9 mm, solos argissolos, luvisolos e neossolos. Carius com pluviosidade de 865,6 mm, solos argissolos e neossolos; faz parte da bacia hidrográfica do Alto Jaguaribe e Bacia do Salgado. Quixelô, com pluviosidade de 806,5 mm; solos argissolos, neossolos e vertisolos; compõe a bacia do alto e médio Jaguaribe. Icó com pluviosidade de 733,9; solos argissolos, luvisolos e neossolos; pertence a bacia do salgado e a bacia do alto e médio Jaguaribe (IPECE, 2018).

Descrição do Estudo

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se, inicialmente, visita à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE) dos municípios em análise, para identificação das associações de produtores rurais atuantes na agricultura familiar. Em seguida, foram escolhidas as localidades Sítio Barra e Logradouro (Iguatu), Parelhas (Jucás), São André (Carius), Carnaubinha do Faé (Quixelô) e Bonsucesso (Icó), devido as localidades possuírem uma associação bem estabelecida e ativa, tendo maior probabilidade de receber programas do governo destinados à agricultura familiar. Nas quais foram realizadas 20 entrevistas em cada município com agricultores familiares, os participantes da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. E como método de análise, adotou-se a análise de discurso através de uma entrevista aplicando questionário (BARDIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia da Covid-19 e seus Impactos na Agricultura Familiar

A pandemia da Covid-19 teve um grande impacto na agricultura em todo o mundo. Desde o início da pandemia, o setor agrícola enfrentou vários desafios, incluindo interrupções na cadeia de suprimentos, restrições de movimento e uma queda na demanda (SCHNEIDER, et al., 2020, p. 168).

Um dos principais problemas que a pandemia trouxe para a agricultura foi a interrupção das cadeias de suprimentos. Com as restrições de movimento, muitos agricultores enfrentaram dificuldades em transportar seus produtos para os mercados, o que resultou em desperdício de alimentos e perdas financeiras (SCHNEIDER, et al., 2020, p. 167).

A pandemia impôs a maior crise sanitária deste século, especialmente, em relação ao escoamento da produção, afetando fortemente a dinâmica de mercado e atividade econômica (SCHNEIDER, et al., 2020, p. 167). Houve a decretação de quarentena em várias localidades, com a suspensão de feiras livres, escolas públicas e privadas, proibição de atividades e eventos que aglomerassem um grande número de pessoas, conseqüentemente, reduziu-se o nível da atividade econômica desenvolvidas na agricultura brasileira, e de forma especial a agricultura familiar (BREITENBACH, 2020, p. 189). Houve a suspensão de compras institucionais por meio dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em virtude da interrupção das aulas, a partir da determinação das medidas de isolamento social em várias partes do país (IPEA, 2021, p. 308). Segundo o autor:

“A suspensão das compras públicas de alimentos para as refeições escolares, entretanto, poderia implicar uma perda econômica significativa aos agricultores familiares que respondem por parte da provisão desses alimentos: uma vez que, desde a Lei no 11.947/2009, os municípios devem usar 30% dos recursos federais destinados à alimentação escolar pelo PNAE para a aquisição de produtos da agricultura familiar. Desse modo, os produtores familiares que fornecem alimentos para o programa poderiam perder esse canal de comercialização e renda” (IPEA, 2021, p.308 e 309).

A ameaça de desabastecimento alimentar e redução da renda do homem do campo deu força à categoria dos agricultores familiares, movimentos sindicais e sociais apresentaram uma pauta de demandas ao governo relacionada à retomada ou à intensificação de políticas públicas já existentes. Medidas em esferas local e federal foram tomadas, afim de assegurar continuidade das atividades produtivas no intuito de amenizar os efeitos da crise econômica (IPEA, 2021, p.309).

Estratégias de enfrentamento adotadas no Sítio Barra

Sobre a pandemia e estratégias adotadas com base na visita às propriedades e nas entrevistas aplicadas, foi possível identificar a situação em análise, considerando o total de entrevistados, 20 participantes. Em princípio, perguntou-se se ouviram falar sobre a pandemia da Covid-19, 100% afirmaram que sim, dos quais 30% informaram que alguém em sua residência contraiu coronavírus e 65% relataram que suas atividades foram paralisadas devido à pandemia, enquanto 35% praticaram atividades na propriedade durante o período de isolamento social, dentre elas, produção de leite na pequena propriedade, plantio de horta, venda de carne, pequena mercearia em casa dos produtos adquiridos no plantio, busca por pontos alternativos para comercializar, entregas na cidade por meio de encomendas, através das redes sociais, entre outros.

Entretanto, ainda que os produtores tenham buscado maneiras de enfrentar a crise, 75% informaram que houve redução nas vendas dos seus produtos, em função dos decretos, que alteraram o funcionamento das atividades de produção, comercialização e lazer. Segundo Claudino (2020), os agricultores e feirantes tiveram perdas de produtos, pois os que compravam mercadorias pra vender suspenderam as compras e a produção, já em época de colheita, teve perdas, em função dos preços praticados abaixo do custo, ou fizeram doações, efeito das medidas preventivas da pandemia, redução e interdição dos horários de funcionamento das feiras, principalmente.

As estratégias utilizadas para enfrentar as dificuldades deste novo cenário foram possíveis através de novas dinâmicas de trabalho e comércio, ações governamentais e políticas públicas emergenciais, incluindo-se a adoção de novas linhas de créditos para pequenos e médios produtores rurais. Observou-se que muitas das táticas para combater a pandemia partiram dos próprios agricultores, da sociedade civil e de organizações representativas. Criaram estratégias como o uso das tecnologias de informação e comunicação (páginas na internet, uso de aplicativos, sistema de delivery, entre outros), para manter seus negócios no mercado e garantir o escoamento da produção.

Entretanto, as estratégias adotadas para comercialização serviram, também, para expor a fragilidade da agricultura familiar na inserção da área digital. Isso pode ser justificado pela idade dos agricultores, baixa escolaridade e a falta de conhecimento das tecnologias digitais. Apesar das dificuldades, muitos agricultores aderiram ao mundo tecnológico, a fim de evitar o afastamento do mercado. A internet tem sido aliada em resposta à pandemia do coronavírus (BREITENBACH, 2021, p.202).

Estratégias de enfrentamento adotadas no Sítio Logradouro

A partir das visitas perguntou-se aos entrevistados se já tinham ouvido falar da pandemia do coronavírus, do total de 20 participantes, 100% afirmaram que sim. Dos quais 80% informou que alguém em sua residência contraiu a covid-19 e 20% não contraiu. Foi relatado que a contaminação de um membro da família dificultava as condições de cumprir o isolamento social devido a pequena quantidade de cômodos e quantidade de pessoas residentes, em alguns casos, o patriarca da família foi contaminado e não seguiu as restrições da quarentena, devido a insegurança econômica precisou sair de casa para ganhar algum dinheiro. De acordo com Silva, et al (2020, p.136) em tempos de pandemia, ficar em casa (para quem pode) tem sido considerado um ato de responsabilidade social. Foi declarado que 35% das atividades agrícolas foram paralisadas, enquanto 65% em época de lockdown desenvolveu atribuição na própria propriedade, dentre elas, plantio de milho e feijão, produção de leite, hortaliças, hortifruti, venda de lanche... O fato de estar em casa não limitou a ação e famílias agrícolas se reinventaram, se redescobriram e mudaram seus hábitos para adaptar-se a atual situação protagonizada pelo coronavírus. A sociedade foi literalmente forçada a substituir seus

hábitos, como aulas e reuniões presenciais por vídeo conferência, feiras livres por delivery, apresentações artísticas por lives, escritórios por home office, a atual situação fez com que a humanidade passasse por uma fase adaptativa (SILVA, et al., 2020, p.136). Foi exposto pelos entrevistados que houve redução nas vendas dos seus produtos durante a pandemia, para algumas famílias o que amorteceu o impacto foram os incentivos governamentais, para outras a substituição/agregação de uma atividade.

Perguntou-se quais dificuldades eles identificaram para vender/entregar seus produtos e quais estratégias adotadas para enfrentar essa dificuldade. Explicam-se a dificuldade de comercializar e de sair de casa, em consequência, do isolamento social. Como estratégia o delivery através das ferramentas tecnológicas que utiliza a internet, possibilitou a entrega de alguns produtos por meio dos aplicativos oportunizando o escoamento da produção e a entrada de renda, para outros a jeito foi economizar e sobreviver com a ajuda do auxílio emergencial. Fica evidente que a pandemia do coronavírus (apesar da tragédia acometida) intensificou o uso de tecnologias digitais (SILVA, et al., 2020, p.137).

Estratégias de enfrentamento adotadas no Sítio Parelhas

Perguntou-se ouviram falar sobre a pandemia da Covid-19, 100% afirmaram que sim, dos quais 65% informaram que alguém em sua residência contraiu coronavírus e 45% relataram que suas atividades foram paralisadas devido à pandemia, enquanto 55% praticaram suas atividades na propriedade durante o período de isolamento social, dentre elas, cultivo de hortaliças, produção de banana, frutas, plantio de milho, feijão e venda de aves. A princípio, perguntou-se quais dificuldades identificou para comercializar seus produtos e quais estratégias adotadas para enfrentar essas dificuldades. Foi relatado pelos entrevistados a dificuldade de sair de casa para vender seus produtos devido o isolamento social, tiveram que se adaptar as mudanças do cenário pandêmico, em questão, as plataformas digitais que no momento era o canal de escoamento da produção. Porém relata que a falta de interação face a face dificulta a venda, em razão da desconfiança da qualidade do produto. Estudo realizado por Gazolla e Aquino (2021, p.439) informa que parte das dificuldades chegou no momento da pandemia, uma vez que as medidas de proteção e os riscos de contaminação tendem a induzir os consumidores a flexibilizarem seus hábitos de compras em favor dos mercados digitais, esse mercado em ambiente on-line traz a dificuldade de avaliar a mercadoria, não se pode olhá-los, toca-los ou cheirá-los. Outra dificuldade, aprender a utilizar essas ferramentas tecnológicas, em razão da idade dos produtores e a falta de conhecimento sobre as tecnologias digitais. As ações governamentais e as políticas públicas emergências também foram aliadas em arranjar estratégias para comercializar a mercadoria vinda da agricultura familiar.

Estratégias de enfrentamento adotadas no Sítio São André

Baseada na visita às propriedades e nas entrevistas aplicadas a 20 participantes, foi possível identificar a situação em análise. Perguntou-se se ouviram falar sobre a pandemia da Covid-19, 100% afirmaram que sim, dos quais 40% informaram que alguém em sua residência contraiu coronavírus, enquanto 60% não foi contagiado.

Na sequência perguntou se as atividades foram paralisadas durante à pandemia, 40% relataram que suas atividades foram paralisadas, enquanto 60% praticaram atividades na propriedade durante o período de isolamento social, dentre elas, pesca, silagem, produção de leite, cercar a propriedade, cuidar dos animais, produtos derivados da sua produção original, como doces, verduras lavadas e ensacadas, etc.

Mesmo dando continuidade nas atividades, notou-se a redução nas vendas dos seus produtos. Para comercializar submeteu a venda de porta em porta devido a baixa procura de revendedores e dos atravessadores, em virtude da pandemia e das medidas sanitárias. Foi possível observar que os entrevistados da comunidade em análise não aderiu tanto as ferramentas digitais, segundo os mesmos, por não saber utilizar e a desatenção com o uso do aparelho celular.

No trabalho realizado por Gazolla, M. & Rufino de Aquino, J. (2021, p.454) também encontraram resultado semelhante a resistência dos produtores rurais para aderir o uso da tecnologia, porém, com a crise sanitária os agricultores estão conseguindo aderir o uso do mercado digital para vender seus produtos e alimentos.

Percebe-se que os produtores rurais se depararam com inúmeras dificuldades para enfrentar a pandemia, um fator essencial para superar as dificuldades foi adaptação as mudanças e a abertura de um canal de comercialização direto com o consumidor e sem intermediários para escoar seus produtos e assim faturar.

Outras estratégias adotadas foram, parcerias com pequenos negócios como restaurantes e lojas de alimentos naturais, para garantir uma fonte confiável de vendas. Diversificação de produtos, alguns agricultores rurais começaram a diversificar sua produção, oferecendo novos produtos que poderiam ser vendidos diretamente aos consumidores. Essas estratégias ajudaram muitos agricultores rurais a sobreviver à pandemia e manter seus negócios em funcionamento. No entanto, muitos ainda enfrentam desafios significativos, e é importante apoiar os agricultores rurais para garantir que continuem a fornecer alimentos saudáveis e nutritivos para nossas comunidades.

Estratégias de enfrentamento adotadas no Carnaubinha do Faé

Baseada na visita às propriedades e nas entrevistas aplicadas a 20 participantes, foi possível identificar a situação em análise. A advento, perguntou-se se ouviram falar sobre a pandemia da

Covid-19, 100% afirmaram que sim, dos quais 40% informaram que alguém em sua residência contraiu coronavírus, enquanto 60% não foi contagiado.

Os moradores que apresentaram sintomas da covid-19 foram isolados em um cômodo separado da casa, de acordo com as medidas de proteção, até a testagem para confirmar ou descartar a infecção. As atividades agrícolas não foram paralisadas, houve dificuldades em relação à disponibilidade de mão-de-obra, à interrupção das cadeias de suprimentos e à queda dos preços dos produtos agrícolas, em vista disso a comercialização. Os moradores que apresentaram sintomas da covid-19 foram isolados em um cômodo separado da casa, de acordo com as medidas de proteção, até a testagem para confirmar ou descartar a infecção. As atividades agrícolas não foram paralisadas, houve dificuldades em relação à disponibilidade de mão-de-obra, à interrupção das cadeias de suprimentos e à queda dos preços dos produtos agrícolas, em vista disso a comercialização.

A comunidade em análise relatou que a empresa de laticínio, manteve a logística da coleta do leite. Diante disto, a venda de leite para empresas de laticínios mostrou ser uma boa opção para os agricultores familiares. Segundo Maraschin (2004, p.20 e 21) a venda de leite para empresas de laticínios, além de proporcionar uma maior estabilidade financeira para a família, a produção de leite pode ser realizada com menor investimento financeiro em comparação com outras atividades agrícolas, como a produção de grãos. No entanto, é importante ressaltar que a dependência das feiras livres como único canal de escoamento dos produtos agrícolas das comunidades rurais evidencia uma maior vulnerabilidade dessas comunidades. Quando não há diversificação nos canais de venda, as comunidades ficam expostas a possíveis interrupções ou restrições nesse único meio de comercialização.

Durante situações de crise, como a pandemia da COVID-19, as feiras livres podem ser suspensas ou ter seu funcionamento limitado, o que afeta diretamente a capacidade dos agricultores familiares de venderem seus produtos e obterem renda.

Estratégias de enfrentamento adotadas no Sítio Bonsucesso

Fundamentada nas visitas às propriedades e nas entrevistas aplicadas aos participantes, foi possível identificar a situação em análise. Onde 100% afirmaram que ouviram falar sobre a pandemia da covid-19, dos quais 70% informou que alguém em sua residência contraiu a doença e 30% não foi contagiado.

Os contagiados tiveram sintomas como febre, tosse, perda do olfato e paladar, más, não houve dificuldade de respirar. A famílias adotaram as medidas de higiene e segurança, como a lavagem frequente das mãos, o uso de máscaras em ambientes compartilhados e a abertura das

portas e janelas para uma ventilação adequada dos ambientes afim de evitar o contágio.

Perguntou-se se suas atividades foram paralisadas em virtude da pandemia, relatam que não, porém teve redução nas vendas dos seus produtos. Em sequência quais atividades foram praticadas, a produção de alimentos, comercialização local diretamente na comunidade, entregas em domicílio e vendas em pequenos estabelecimentos comerciais. Tiveram dificuldades de mobilidade com o fechamento das rodovias, muitos produtores tiveram obstáculos para transportar seus produtos para os mercados, com o fechamento do mercado e da feira para evitar aglomeração e a propagação da covid-19 dificultou ainda mais a venda dos produtos, além disso, a mudança de hábitos de consumo com o aumento do trabalho remoto e o isolamento social, muitas pessoas passaram a comprar mais produtos pela internet (CLAUDINO, 2020, p.44 e 45).

A comunidade em análise adotou estratégias de comercializar na própria comunidade, venda para pequenos estabelecimentos comerciais e entrega em domicílio. Entretanto, a venda online, segundo os entrevistados, não é uma opção viável devido não possuírem infraestrutura para a venda online. De acordo com Breitenbach (2021, p.202) na zona rural brasileira o acesso à internet é precário, conseqüentemente, devido à falta de infraestrutura de rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa aplicada, foi possível constatar que os agricultores familiares da região centro-sul cearense foram afetados pela pandemia do coronavírus. Os efeitos econômicos negativos para a agricultura familiar nas localidades estudadas foram sentidos, principalmente, pela redução das vendas da produção, em função das medidas sanitárias adotadas para conter a disseminação da doença, tais como o isolamento social e as barreiras sanitárias. Observou-se que os produtores mais atingidos foram aqueles que dependiam exclusivamente de vendas no mercado e feira livre, ou seja, que possuíam menor diversificação de meios de comercialização e escoamento da produção.

As principais estratégias utilizadas para minimizar os efeitos da crise ocasionada pela pandemia foram: utilização de canais de comercialização para diversificar suas vendas e reduzir a dependência das feiras livres; vender diretamente ao consumidor, principalmente porta-a-porta; firmar parcerias com mercearias locais; participação nos programas de compra direta do governo PAA e PNAE; vendas online, através de aplicativos; acesso a linhas de créditos; vendas de leite para empresas de laticínio; e acesso ao auxílio emergencial do Governo Federal.

Destaca-se que as ações governamentais foram aliadas para comercializar a mercadoria vinda da agricultura familiar. Não obstante, os produtores também enfrentaram dificuldade, em função da baixa escolaridade e pouca habilidade com tecnologias digitais, o que prejudicou, em

algumas localidades, o uso de aplicativos e redes sociais para otimizar a comercialização da produção. Apesar dos desafios enfrentados, a agricultura familiar da região centro sul cearense mostrou sua resiliência e criatividade para vender seus alimentos e produtos, implementando estratégias que garantiram a segurança sanitária e o acesso aos mercados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. De volta ao futuro: mudanças recentes da agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina. Anais [...]. Petrolina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Semiárido, 1995. p. 17-27.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto de; RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa; BANDONI, Daniel Henrique. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

AQUINO, J. R. de; ALVES, M. O.; VIDAL, M.de F.; Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, agosto, 2020.

BAIARDI, Amílcar. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 143-156, 2014. ISSN impressa: 0100-4956, ISSN eletrônica (online): 2357-9226.

BAKERS, Martin; LANSLOR, Tobias; ESKELNER, Mikael. **História da Agricultura**. Cambridge Stanford Books. p. 1-367. Disponível em: <História da Agricultura - Martin Bakers, Tobias Lanslor, Mikael Eskelner - Google Livros>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2011. Disponível em: <Vista do Análise de Conteúdo: A visão de Laurence Bardin (ufscar.br)>

BRASIL. Decreto n. 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 103-A, p.11, 31 maio 2017. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/decreto/d9064.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Banco Central do Brasil. **Resolução nº 4.801**, de 9 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4.801-de-9-de-abril-de-2020-252079914>. Acesso em: 14 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Banco Central do Brasil. **Resolução nº 4.810**, de 30 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-4.810-de-30-de-abril-de-2020-255164291>. Acesso em: 14 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.986**, de 7 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lein-13.986-de-7-de-abril-de-2020-251562807>. Acesso em: 14 maio 2020.

BRASIL. **Medida Provisória no 957/2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv957.htm. Acesso em: 14 maio 2020.

BREITENBACH, R. Estratégias de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia na Agricultura Familiar. **Desafio Online**, Campo Grande, v.9, n.1, p. 188 – 211, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/10941>.

CARVALHO, F. de F., GROSSI, S. de F., A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura. **Interface Tecnológica**, v. 16 n. 2, p. 226-234, 2019. DOI: 10.31510/infa.v16i2.665.

CAVALLI, S. B.; SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar em tempos de Covid-19. **Rev. Nutr. [online]**. 2020, vol.33, e 200180. E pub 16 de outubro de 2020. ISSN 1415-5273. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-9865202033e200180>.

CLAUDINO, Livio Sergio Dias. Impactos dos primeiros meses de pandemia de covid-19 para a agricultura familiar paraense e como a agroecologia pode apoiar a superação. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, p. 40-54, 2020. DOI: 10.24979/ambiente. v1i1.832.

DA SILVA, L. F., Fonseca Maltez, M. A. P., Oliveira, C. E. A., Gusmão, Y. J. P., de Souza, M. A., do Nascimento, J. A. C., ... & de Bueno, O. C. (2021). Sustentabilidade, agricultura familiar e políticas públicas no Brasil: Uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. e42310414220-e42310414220, 2021.

DATASEBRAE. **Perfil do produtor rural, 2018**. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-doprodutor-rural/>. Acesso em: 20 out. 2019.

DE AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; DE FÁTIMA VIDAL, Maria. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 31-54, 2020.

DE SOUSA, Diego Neves; DE JESUS, Maria Eduarda Ribeiro; BERALDO, Keile Aparecida. Impactos da pandemia da Covid-19 e estratégias para a inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na Cooperato. 2021.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; DE AZEVEDO MARQUES, Vicente PM. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre**, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, v. 42, n. 84, 2007.

FELDENS, Leopoldo. O homem, a agricultura e a história. **Lajeado: Univantes**, 2018. ISBN 978-85-8167-241-0

GAZOLLA, Marcio; RUFINO DE AQUINO, Joacir. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, 2021.

GURGEL, A. D. M., Santos, C. C. S. D., Alves, K. P. D. S., Araujo, J. M. D., & Leal, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4945-4956, 2020.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017 – Brasil: Agricultura Familiar.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento rural. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 28, p. 320, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3KvZVyL>>.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Desenvolvimento Rural, Políticas Sociais: acompanhamento e análise, BPS, n. 28, 2021. Disponível em:< [BPS_28_desenvolvimento_rural.pdf](#) (ipea.gov.br)>

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Atlas Socioeconômico do Ceará 2007. Produção de mel de abelha 2020. Disponível em: < Atlas Socioeconômico do Ceará - IPECE>

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Municipal Iguatu, 2017**. Fortaleza: IPECE, 2018. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wpontent/>.

LEMOS, J. D. J. S., Bezerra, F. N. R., da Costa Filho, J., & de Oliveira Gurjão, N. Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 93-112, 2020.

LIMA, Antônia Francisca; DE ASSIS SILVA, Edvânia Gomes; DE FREITAS IWATA, Bruna. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019. ISSN: 1516-8182. Doi:10.25059/25272594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332.

LUCENA, C. C. de.; FILHO, Z. F. H.; BOMFIM, M. A. D. Atuais e Potenciais Impactos do Coronavírus (Covid-19) na Caprinocultura e Ovinocultura. CIM. Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos. Boletim Nº 10 - Sobral, CE - abril, 2020.

MARASCHIN, Ângela de Faria. As relações entre produtores de leite e cooperativas: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa-RS. 2004.

MATTEI, Lauro. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos avançados**, v. 29, p. 35-52, 2015.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, v. 4, p. 200, 2001.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MORONI, M. M. F.; Qualidade de vida e perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF D na mesorregião centro-sul cearense. 2006. 157f. – **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 2006.

MOURA, Willian Bitler de. Análise do desenvolvimento da agricultura familiar com uso de crédito rural. 2019.

NEPOMOCENO, T. A. R. Efeitos da Pandemia de Covid-19 para a Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 86–96, DOI:10.5281/zenodo.5399498. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/461>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. 2019. Disponível em:< Curso_Lic-Ed-Campo_Agricult-Famil-Desenv-Rur-Sust.pdf (ufsm.br)>

SAMBUICHI, R. H. R., ALMEIDA, A. F. C. S. D., PERIN, G., SPÍNOLA, P. A. C., & PELLA, A. F. C. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1079-1096, 2020.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Informação Tecnológica, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35977/0104-1096.cct2014.v31.20857>. Acesso em: ago. 2020.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. de M. Os efeitos da pandemia covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudo Avançadov**, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Serie documentos de trabajo, n. 145, 2013. Disponível em:<1434745041145AgriculturaFamiliarBrasilShneiderycassol_editado.pdf (rimisp.org)>

SILVA, Yuri Lopes; GAMARRA-ROJAS, Guillermo; FERNANDES, Francisco Éden Paiva; FARIAS, Jorge Luis de Sales; FERNANDES, Cellyneude de Souza. A Produção animal na economia da agricultura familiar: estudo de caso no semiárido brasileiro. Caderno de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 35, n. 1, p. 53-74, 2018.

TEIXEIRA, Gerson. O Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 8, n. 16, p. 8-39, 2019.

VALADARES, A. A., Alves, F., Galiza, M., & Silva, S. P. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. 2020.

VALADARES, Alexandre Arbex. O Perfil na produção da agricultura familiar entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017: um panorama e sinais de mudança. 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 64-83. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: ago. 2020.



ISBN 978-655376282-4



9

786553

762824